



UFS - POSGRAP – NEREN
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM AGROECOSSISTEMAS

DISSERTAÇÃO

O PAPEL DAS MULHERES NA CONSERVAÇÃO DAS
ÁREAS REMANESCENTES DE MANGABEIRAS
(Hancornia speciosa Gomes) **EM SERGIPE**

JANE VELMA DOS SANTOS

2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO E ESTUDOS EM RECURSOS
NATURAIS**



**O PAPEL DAS MULHERES NA CONSERVAÇÃO DAS
ÁREAS REMANESCENTES DE MANGABEIRAS
(*Hancornia speciosa* Gomes) EM SERGIPE**

JANE VELMA DOS SANTOS

Sob a orientação da Professora Doutora
Dalva Maria da Mota

Dissertação submetida como requisito
parcial para a obtenção do título de
Mestre em Agroecossistemas.

São Cristóvão – Sergipe
Julho de 2007

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Santos, Jane Velma dos
S237p Ó papel das mulheres na conservação das áreas remanescentes de mangabeiras (*Hancornia speciosa Gomes*) em Sergipe / Jane Velma dos Santos. - - São Cristóvão, 2007.
xvii, 103 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Núcleo de Pós-Graduação em Estudos e Recursos Naturais, Pró-Reitoria de Pró-Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe, 2007.

Orientador: Prof^a Dr^a Dalva Maria da Mota.

1. Agroecossistemas. 2. Extrativismo. 3. Mangaba. 4. Gênero. I.
Título.

CDU 630*28:582.937-055.2

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA – POSGRAP
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO E ESTUDOS EM RECURSOS NATURAIS –
NEREN
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOSSISTEMAS

JANE VELMA DOS SANTOS

Dissertação apresentada ao Núcleo de Pós-graduação em Recursos Naturais, como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Agroecossistemas**.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 24/08/2007

Pesquisadora Dra. Dalva Maria da Mota
Embrapa Amazônia Oriental - CPATU
(Orientadora)

Pesquisador Dr. Fernando Fleury Curado
Embrapa Tabuleiros Costeiros - CPATC

Professor Dr. Pedro Roberto Almeida Viégas
Universidade Federal de Sergipe - DEA

À memória de uma grande
trabalhadora rural,
Dona Jovelina – minha avó.

Agradecimentos

- À Deus e a todas as forças da natureza por me conceder coragem na realização deste trabalho.
- À Dra. Dalva Maria da Mota, um **OBRIGADO** todo especial pelos ensinamentos e por me possibilitar o desenvolvimento desse belo trabalho. És um grande exemplo de conhecimento, de profissionalismo e de ser humano. Sou muito grata pelo privilégio da convivência diária e profissional, além da paciência, depositando créditos e abrindo caminhos onde antes para mim não eram visíveis.
- À minha filha, Letícia, por compreender as minhas ausências e pelo carinho: TE AMO!
- À Herbert, por ser mais que um marido, um grande amigo, companheiro de todas as horas difíceis e felizes desta jornada.
- Aos meus pais, José e Vilma, grandes referenciais na minha vida.
- À minha irmã pela torcida e constante apoio.
- Aos familiares.
- À Raquel que incondicionalmente ajudou-me dispendo de seu tempo nas horas mais difíceis. Além de muito importante para mim, foi o elo de comunicação entre eu e Dra. Dalva, principalmente nos momentos em que a máquina não ajudava. Obrigada AMIGA!
- Aos mais que colegas de curso, os grandes e eternos amigos que levarei sempre em meu coração: Ana Consuelo, Cleidnilson, Emanuel, Evanildes e Franco. Como vocês foram importantes nessa caminhada.
- À Andréia Vieira, César Moraes, Débora Bernardes, Eliane Vargas, Érica, Genival Nunes, Marinoé Gonzaga, Vera Lúcia Miñam, Tânia Brito, Zélia Amado, Selenobaldo Sant'Anna e Simone, obrigada por terem me concedido a honra de conviver e dividirmos tantos momentos juntos.
- Aos sempre amigos: Ana, Anúzia, Flávia, Glória, Man, Margô, Marcos, Marcos Vitor, Simone, Tio Ailton e Tia Vanda. Valeu a torcida!
- Agradeço a todos que compõe a família do Colégio Estadual Dr. Carlos Firpo: aos agentes administrativos, aos professores, às funcionárias da merenda e limpeza, os vigilantes e a direção escolar. Em especial, agradeço aos meus alunos pela

compreensão das minhas ausências, pela torcida e força que sempre passaram: Amo vocês.

- Às Pedagogas Eurides Nunes e Sonia Maria.
- À Professora Lucivane pelo árduo trabalho de revisão gramatical, dedicação e contribuição.
- Às grandes atrizes dessa pesquisa, as catadoras de mangaba, que abriram as portas de suas casas e de suas vidas.
- A um casal de catadores que convivi durante os dois anos da pesquisa: Dona Luzia e Seu Moacir.
- Ao grande pesquisador e mestre Josué Francisco da Silva Júnior, pioneiro no estudo da mangaba, pelo incentivo e significativas contribuições no desenvolvimento da pesquisa.
- Ao Dr. Heribert pelas reflexões.
- Às Dras. Myrna Landim e Laura Jane pela significativa contribuição no trabalho e na forma que conduziram o processo avaliativo na Qualificação.
- Aos Drs. Fernando Curado e Pedro Viégas pelas significativas contribuições e participação na Banca examinadora.
- À Universidade Federal de Sergipe (UFS) e ao Núcleo de Pós-graduação e Estudos em Recursos Naturais (NEREN) pela oportunidade de obtenção do título de mestre.
- À Embrapa Tabuleiros Costeiros.
- Ao CNPq
- À Prefeitura Municipal de Barra dos Coqueiros, através das Secretarias Municipais de Educação e de Meio Ambiente que concedeu tempo e espaço para a conclusão deste trabalho.
- Enfim, agradeço a todos que colaboraram para a realização desse sonho.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS.....	xi
LISTA DE FIGURAS.....	xii
LISTA DE QUADROS.....	xiv
LISTA DE TABELAS.....	xv
RESUMO.....	xvi
ABSTRACT.....	xvii
CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO.....	01
Considerações iniciais.....	01
1.1 – Revisão de literatura.....	02
1.1.1 – Problemática ambiental, extrativismo e populações tradicionais.....	02
1.1.2 – Catadores de mangaba: Uma nova tipologia.....	08
1.1.3 – As relações de gênero no extrativismo da mangaba.....	12
1.2 – Referências bibliográficas.....	19
CAPÍTULO 2: METODOLOGIA.....	25
2.1 – Campo de pesquisa.....	25
2.2 – Procedimentos metodológicos e amostra.....	28
2.2.1 – Revisão de literatura e levantamento de dados secundários.....	29
2.2.2 – Amostra.....	31
2.2.3 – Entrevistas: semi-estruturadas e questionários.....	32
2.2.4 – Caminhadas transversais.....	33
2.2.5 – Observação participante.....	34
2.3 – Análise dos dados.....	34
2.4 – Referências bibliográficas.....	36
CAPÍTULO 3: DO EXTRATIVISMO AO CONSUMO: ECOSSISTEMA, ATORES E CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO DA MANGABA EM BARRA DOS COQUEIROS/SE.....	39
Resumo.....	39
Abstract.....	39
3.1 – Introdução.....	40
3.2 – O mapa do extrativismo no município de Barra dos Coqueiros.....	41
3.2.1 – Um breve perfil dos atores de pesquisa.....	41
3.2.2 – A importância do extrativismo na renda familiar.....	45

3.2.3 – Caracterização do ecossistema e do sistema de recursos.....	46
3.2.4 – Disponibilidade, conservação e uso dos recursos hoje.....	49
3.3 – A disputa pelo uso do dos recursos e a comercialização.....	49
3.4 – A venda: mercado cada vez mais promissor.....	54
3.5 – Conclusões.....	56
3.6 – Referências bibliográficas.....	58
CAPÍTULO 4: USO E CONSERVAÇÃO DOS REMANESCENTES DE MANGABEIRA POR POPULAÇÕES EXTRATIVISTAS.....	60
Resumo.....	60
Abstract.....	60
4.1 – Introdução.....	61
4.2 – O extrativismo da mangaba em Barra dos Coqueiros.....	63
4.3 – Formas de acesso às áreas naturais e cultivadas de mangabeira.....	65
4.4 – Organização do trabalho.....	66
4.5 – Conservação e usos.....	69
4.5.1 – Mangabeiras: “coisa de Deus ou dos homens”?	69
4.5.2 – A produção de mudas como um desafio.....	70
4.5.3 – Os cuidados com as plantas: tarefa das mulheres?	72
4.5.4 – A colheita e “encapotamento” do fruto.....	73
4.6 – Conclusões	73
4.7 – Referências bibliográficas.....	75
CAPÍTULO 5: O EXTRATIVISMO DA MANGABA NA PERSPECTIVA DAS MULHERES.....	77
Resumo.....	77
Abstract.....	77
5.1 – Introdução	78
5.2 – Os campos nativos e a presença das mulheres	79
5.3 – Uma paisagem em definição: A influência da mulher versus o intenso processo de urbanização.....	81
a) Povoado Olhos D’água.....	83
b) Povoado Capoã.....	84
c) Povoado Jatobá.....	86
5.4 – As mulheres e os saberes tradicionais no extrativismo.....	87

5.4.1 – Que saberes essas populações tem apresentado sobre o extrativismo da mangaba?	88
5.4.2 – O calendário da mangaba.....	91
5.5 – A vulnerabilidade do acesso aos campos nativos.....	93
5.6 – A divisão do trabalho e o extrativismo da mangaba como renda complementar.....	94
5.7 – A importância das mulheres na conservação da biodiversidade: Reflexões finais.....	96
5.8 – Referências bibliográficas.....	99
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	101
APÊNDICES.....	104

“Bom, quando não tem ou a safra ta pouca, faço de tudo vou pro mangue, faço roça... Mas, quando começa a botar eu vou pra minhas MANGABAS”.

LISTA DE ABREVIATURAS

CODISE	Companhia de Desenvolvimento Industrial de Recursos Minerais de Sergipe
Funrural	Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização geográfica do município de Barra dos Coqueiros	26
Figura 2: Barra dos Coqueiros: Localidades e povoados	28
Figura 3: A participação no extrativismo por gênero segundo os entrevistados.....	42
Figura 4: Situação conjugal dos entrevistados	42
Figura 5: Número de filhos por família	43
Figura 6: Escolaridade dos entrevistados	44
Figura 7: Chefes de família	44
Figura 8: Atividades desenvolvidas pelo grupo familiar	45
Figura 9: Rendas familiares derivadas de políticas sociais	46
Figura 10: Quantidade de mangabeiras hoje em relação há 30 anos.....	46
Figura 11: Vegetação no entorno das mangabeiras	48
Figura 12: Manejo das mangabeiras	48
Figura 13: Formas de acesso aos recursos extrativistas.....	50
Figura 14: Cadeia produtiva da mangaba	52
Figura 15: Diversidade de compradores de mangaba	53
Figura 16: Perfil dos consumidores de mangaba	54
Figura 17: Os grupos consumidores de mangaba	55
Figura 18: Visão geral da disposição das mangabeiras no município	82
Figura 19: Área privada no Povoado Olhos D'água	84

Figura 20: Área privada de acesso comum no Povoado Capoã (Sítio São José do Arrebancado)	85
Figura 21: Expansão imobiliária do Povoado Jatobá	86
Figura 22: Mês de janeiro	91
Figura 23: Mês de fevereiro	91
Figura 24: Mês de março	91
Figura 25: Mês de abril	92
Figura 26: Mês de maio	92
Figura 27: Mês de junho	92
Figura 28: Mês de julho	92
Figura 29: Mês de agosto	92
Figura 30: Mês de setembro	92
Figura 31: Mês de outubro	92
Figura 32: Mês de novembro	92
Figura 33: Mês de dezembro	92

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Produção da extração da mangaba nos estados brasileiros (IBGE, 2006).....	08
Quadro 2: Estimativa de produção da extração da mangaba nos municípios de Sergipe (IBGE, 2006).....	27

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Instrumentos metodológicos utilizados e locais de aplicação e quantidade de atores envolvidos.	31
Tabela 2: Estimativa de colheita da mangaba	49
Tabela 3: Organização do trabalho numa comunidade tradicional do município de Barra dos Coqueiros, SE.	66
Tabela 4: Descrição do processo artesanal de produção de mudas.	71
Tabela 5: Práticas culturais executadas na mangabeira no município de Barra dos Coqueiros, SE.	72
Tabela 6: Plantas usadas em uma comunidade tradicional do município de Barra dos Coqueiros, estado de Sergipe.....	89

RESUMO

SANTOS, Jane Velma dos. **O papel das mulheres na conservação das áreas remanescentes de mangabeiras (*Hancornia speciosa* Gomes) em Sergipe.** São Cristóvão: UFS, 2007. 105p (Dissertação, Mestrado em agroecossistemas).

O extrativismo da mangaba desenvolvido por grupos tradicionais tem se revelado como uma importante fonte de ocupação, renda e conservação da biodiversidade. Paradoxalmente, num contexto de crescente valorização da fruta, esses grupos enfrentam dificuldades de acesso aos campos nativos o que tem dificultado a sua reprodução social e, conseqüentemente, a conservação dos recursos extrativistas. Nesse contexto, o objetivo dessa dissertação é analisar o papel das mulheres no extrativismo da mangaba, num contexto paradoxal de crescente valorização comercial da fruta e aumento das dificuldades de acesso aos campos nativos no município de Barra dos Coqueiros/SE. A metodologia constou de abordagens qualitativas e quantitativas com os seguintes procedimentos metodológicos: caminhadas transversais, observações, entrevistas (questionários e semi-estruturadas) com os atores de pesquisa nos três povoados estudados, quais sejam, Capoã, Olhos D'água e Jatobá. Os principais resultados demonstram que: i) o extrativismo é uma importante fonte de ocupação e renda para os grupos extrativistas; ii) as formas de acesso aos recursos extrativistas dão-se de três formas: em terras próprias, pelo sistema de “meia” e uso de áreas comuns; iii) a participação das mulheres no extrativismo e na comercialização da mangaba é predominante; iv) a atuação das mulheres no extrativismo e na comercialização representa um rompimento nos padrões culturais tradicionais; v) as mulheres exercem papel fundamental na conservação dos remanescentes de mangabeiras; vi) os principais saberes dominado pelas mulheres são quanto ao desenvolvimento, fenologia e reprodução das plantas; vii) os saberes sobre o manejo das plantas foi repassado de geração para geração pela oralidade; viii) as mangabeiras estão ameaçadas de desaparecerem mediante a intensificação de atividades turísticas e da especulação imobiliária.

Palavras-chave: Extrativismo, mulheres, conservação.

ABSTRACT

SANTOS, Jane Velma dos. **The women work in the remainder areas of mangabeiras (*Hancornia speciosa Gomes*) in Sergipe.** São Cristóvão: UFS, 2007. 105p (Dissertation, Masters in Agroecosystems)

The extraction of mangaba developed by traditional groups has proven to be an important source of occupation, income and conservation of biodiversity. In a paradox, in a crescent context of valuation of the fruit, these groups face difficulties in accessing the native fields, which has made it hard its social reproduction and consequently the conservation of sources for extraction. In this context, the goal of this dissertation is to analyze the purpose of women in the extraction of mangaba, in the paradoxal context of crescent commercial valuation of the fruit and the increase in the difficulties in accessing the native fields in the town of Barra dos Coqueiros/SE. The methodology is formed by qualitative and quantitative approaches with the following methodological procedures: transversal walks, observations, interviews (semi-structuralized questionnaires) with the research actors in the three investigated towns: Capoã, Olhos D'Água e Jatobá. The main results show that: i) the extraction is an important source of occupation and income for the groups; ii) the ways to access the extraction sources will happen in three ways: in their own land, by the system of “half” use of common areas; iii) the participation of women in the extraction and commercialization of mangaba is predominant; iv) the work of women in the extraction and commercialization represent a breach in traditional cultural standards; v) the women have fundamental participation in the conservation of remainder mangabeiras; vi) the main knowledge dominated by the women are regarding development, fenology and plant reproduction; vii) the knowledge about the handling of the plants was passed through generations orally; viii) the mangabeiras are an endangered species because of touristic activities that have been intensified and because of real state speculation.

Keywords: extraction of mangaba (*Hancornia speciosa Gomes*), women, conservation.

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO

“Não são menos que as outras saborosas
as várias frutas do Brasil campestres:
Com gala de ouro e púrpura vistosas,
Brilha a MANGABA e os mocuiés silvestres”
(Fragmento do poema épico “Caramuru” do
Frei José de Santa Rita Durão)

1.1 – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As populações tradicionais de áreas de restinga do Estado de Sergipe têm encontrado no extrativismo da mangaba uma alternativa de ocupação e de geração de renda, particularmente, após o declínio da coleta do caranguejo nos manguezais (MOTA; SILVA JÚNIOR, 2003). Em decorrência disto, investem na conservação dos remanescentes dessa cultura ao mesmo tempo em que, frente às dificuldades de reprodução social, intensificam a sua exploração num momento de crescente pressão sobre áreas de acesso comum e de intensificação da ação dos proprietários das áreas privadas.

Nesse contexto, o objetivo desse trabalho é analisar o papel das mulheres na conservação das áreas remanescentes de mangabeiras em Sergipe no município de Barra dos Coqueiros num momento de crescente pressão que ameaça o acesso aos recursos de uso comum, dentre os quais, a construção de uma ponte sobre o Rio Sergipe que facilitará o acesso dos residentes em Aracaju às áreas remanescentes, crescentemente ocupadas com atrações turísticas.

O trabalho proposto analisará porque são as mulheres as principais responsáveis por todas as atividades relacionadas ao extrativismo da mangaba, desde a coleta até a comercialização num contexto em que, tradicionalmente, há uma divisão social do trabalho em que as mulheres atuam, predominantemente, na esfera privada, doméstica. Partindo dessa problemática, procurar-se-á responder aos questionamentos: Como é o acesso dessa população aos recursos extrativistas? Qual a importância do extrativismo no conjunto das atividades desenvolvidas pelo grupo familiar? Como se evidencia a divisão social do trabalho e as relações sociais de gênero? Que saberes e práticas de manejo são desenvolvidas pelos grupos extrativistas? Qual o papel desempenhado pelas

mulheres nas atividades extrativistas, na organização da produção, na comercialização e na constituição da renda familiar? Qual a contribuição das mulheres para a conservação da biodiversidade?

As análises aqui realizadas proporcionarão uma contribuição inédita sobre o importante papel que as mulheres vêm desenvolvendo no extrativismo da mangaba com conseqüências positivas na conservação da biodiversidade. Mostrará também que as relações de gênero se reconfiguram localmente questionando modelos nos quais as mulheres se limitam à esfera privada.

1.2 – REVISÃO DA LITERATURA

1.2.1 – Problemática ambiental, extrativismo e populações tradicionais.

Os problemas ambientais no espaço rural vêm sendo ocasionados principalmente pela retirada da vegetação nativa, pelo uso indiscriminado de insumos para a implantação de sistemas agrícolas, muitas vezes, de monoculturas, sendo estas historicamente incentivadas pelas políticas públicas, em detrimento da tradicional diversificação de culturas agrícolas. Essas iniciativas, em conseqüência da forte pressão antrópica sobre os ecossistemas, têm gerado inúmeros impactos, dentre os quais, desaparecimento rápido de extensas áreas nativas, de espécies vegetais e animais (DIEGUES; ARRUDA, 2001; FONSECA-KRUEL; PEIXOTO, 2004), degradação dos solos, declínio da produtividade, escassez da água pela alteração geral do clima mundial e perda da biodiversidade (HORA et al, 2004). Além de desencadear o desaparecimento da cultura e das tradições das comunidades que habitam estas áreas e que dependem de recursos do meio para sobreviver.

Por tudo isso, a problemática ambiental tem se apresentado como importante tema de discussão acerca de novos valores éticos, políticos e existenciais da vida na biosfera terrestre (GERHARDT; ALMEIDA, 2004) tendo como ponto de referência os ecossistemas naturais para entender os fundamentos ecológicos da sustentabilidade. Os agroecossistemas tradicionais (a exemplo dos sistemas de produção tradicionais e indígenas) dão exemplos de práticas agrícolas sustentáveis, e de como sistemas

socioeconômico, cultural, político e ecológico – encaixam-se na equação da sustentabilidade (GLIESSMAN, 2005).

Em se tratando dos agroecossistemas tradicionais os campos remanescentes de mangabeiras constituem um exemplo onde o extrativismo¹ é uma atividade que vem sendo praticada há séculos por populações locais e que tem sido intensificado diante da importância econômica que a fruta apresenta ultimamente no contexto de valorização de produtos nativos e exóticos frescos (YOUNG, 2002). Assim, tem contribuído para a sobrevivência e reprodução de modos de vida particulares de grupos sociais em íntima relação com a natureza, o que dá continuidade ao seu sistema social e cultural (CASTRO, 1997) e que tem resultado na construção contínua de saberes associados aos recursos (CUNHA, 1999) cujas conseqüências são observáveis na conservação dos remanescentes e da biodiversidade a eles associadas.

Baseados em estudos recentes, Mota e Silva Júnior (2003) afirmam que esses grupos são reconhecidos na literatura como fundamentais à conservação da biodiversidade por apresentarem saberes e formas de manejo a eles pertinentes, que ainda não foram sistematicamente estudadas e são responsáveis pela gestão coletiva de áreas remanescentes de mangabeira. São cada vez mais, considerados essenciais na preservação da biodiversidade, por ser um tipo de grupo social que se identifica como agente do processo de desenvolvimento sustentável que tem baixo impacto sobre o meio ambiente e, assim, é visto também pelo resto da sociedade (CASTRO, 1997; ALMEIDA, 2004).

Mesmo que sejam considerados assim, e a sua relação com o extrativismo da mangaba seja fonte simultânea de renda e de conservação ambiental, o debate sobre o futuro dessa atividade tem divergências. Homma (1990; 1993) predetermina para a atividade uma inevitável extinção, apesar de se tratar de recursos naturais renováveis. Para o mesmo, a evolução da extração passa por três fases distintas: expansão, estagnação e declínio, além das causas endógenas que levam ao seu desaparecimento, como: (1) aquelas inerentes à extração do recurso em si, dado o desequilíbrio na taxa de regeneração; (2) o processo de domesticação e (3) o desenvolvimento de substitutos industriais dada a incapacidade do setor extrativo em atender à demanda crescente. O

¹ Segundo Diegues (2002) o extrativismo inclui uma gama de atividades, desde a coleta de espécies nativas da mata até o manejo dessas espécies pelos pequenos produtores e o cultivo dessas espécies.

autor aponta também variáveis exógenas ao processo extrativo: a expansão da fronteira agrícola e o crescimento populacional que, por requererem maior demanda de terras, destroem a base extrativa, independente de sua rentabilidade (HOMMA, 1990).

Um outro argumento apontado pelo autor é o fato de o extrativismo vegetal constituir uma base de desenvolvimento bastante frágil, justificado pelo elevado nível de pobreza dos seus habitantes e do mercado de mão-de-obra marginal. Essa economia extrativa denominada pelo autor de moribunda, cuja tendência inevitável é seu desaparecimento, não consegue atender a economia do mercado, e qualquer tentativa de apoio ao extrativismo vegetal seria no sentido de prolongar essa agonia (HOMMA, 1993, p.viii).

O pressuposto do uso predatório generalizado dos recursos vegetais, também caracterizado por Hardin (1968) em a "Tragédia dos bens comuns", deve ser analisado a partir de situações concretas de cada sistema de recursos e de cada região. No caso do extrativismo de frutas, caracterizado por Homma (1993) como "extrativismo de coleta",² trata-se de um sistema de recursos naturais que fornece um fluxo de unidades de recursos (frutas). O máximo que pode ser retirado é determinado pela oferta de frutas (tamanho da área, número de mangabeiras por área, número de frutas por árvore e dia, etc.). Mesmo que sejam retiradas todas as frutas, isso não prejudica o sistema ou delimita a quantidade de unidades da próxima safra (MOTA; SCHMITZ; SILVA JÚNIOR, 2006). Diferentemente do que ocorre no caso da sobrepesca, que compromete a disponibilidade futura. Por isso, não existe a idéia de identificar um máximo através de uma capacidade de suporte (p.ex., número máximo de cabeças de gado por área) ou a cota de reabastecimento (fluxo máximo de unidades retiradas que não pode ser ultrapassado sem prejudicar o sistema de recursos, p.ex., no caso da pesca ou de águas subterrâneas)³, expressos no trabalho de Hardin (1968) e contestados por Cunha (2002).

No caso concreto das mangabeiras no litoral nordestino, predomina atualmente a tendência do aumento das mesmas, não havendo ameaça ao sistema de recursos pelas catadoras, ou seja, esse sistema não se encontra prejudicado pela retirada das frutas

² Homma (1993, p.4) distingue entre "extrativismo por aniquilamento ou depredação" (p.ex., extração da madeira ou caça e pesca indiscriminadas) e "extrativismo de coleta" (coleta de produtos extrativos produzidos por plantas ou animais, p.ex., seringa ou castanha-do-pará).

³ Desde que a cota média de coleta não ultrapasse a cota média de reabastecimento, uma fonte de recursos renováveis pode ser sustentada por tempo indeterminado.

(SCHMITZ; MOTA; SILVA JÚNIOR, 2006). Mas se reconhece que fatores externos podem dificultar a permanência destes modos de uso coletivo, como apontado também por Homma, o que pode ser observado no caso dos remanescentes de mangabeiras que estão sujeitas à pressão exercida pela construção de infra-estruturas turísticas, cuja implantação dependem do corte das mangabeiras (MOTA; SCHMITZ; SILVA JÚNIOR, 2006).

Neste contexto, a especulação imobiliária leva a um aumento da plantação de mangabeiras em áreas de propriedade privada que pode ser comparada à "domesticação", segundo ponto da argumentação de Homma.

Em relação ao terceiro ponto apresentado, o "desenvolvimento de substitutos industriais", Mota (2005, p.75) destaca uma tendência oposta, o desenvolvimento de

"... processos de construção social dos produtos frescos na agricultura com fortes vínculos aos mercados nacional e internacional, tanto pelo aumento da demanda por produtos naturais e exóticos por parte de extratos de consumidores exigentes e preocupados com hábitos saudáveis quanto pelos significados de conquistar novos mercados em um contexto globalizado por parte dos empreendedores".

Uma outra perspectiva é adotada por Rêgo no Acre (1999) ao sugerir o conceito de neoextrativismo que

"... abrange todo uso econômico dos recursos naturais não conflitante com o modo de vida e a cultura extrativistas. No sentido econômico, neoextrativismo é a combinação de atividades estritamente extrativas com técnicas de cultivo, criação e beneficiamento imersas no ambiente social dominado por essa cultura singular".

Portanto, contrariando Homma (1990,1993) Rêgo (1999) destaca que

... cultivo, criação, artesanato e agroindústria são extrativistas desde que harmonizem com valores, crenças e costumes da população extrativista e com as características do seu ambiente natural. Entre outros atributos, tais atividades devem: 1) basear-se na exploração de espécies animais e vegetais da floresta; 2) integrar o sistema de valores do trabalhador extrativista; 3) inserir-se na organização do espaço existente no extrativismo; 4) incluir sistema de manejo apoiado em saberes, práticas e tradições do trabalhador extrativista; e 5) harmonizar-se com os hábitos dos processos de trabalho extrativistas (REGO, 1999, p.63).

Finalmente, Shanley, Luz e Swingland (2002) reconhecem a importância do extrativismo para a satisfação das necessidades de grupos em situações desfavoráveis (mulheres e crianças), mas questionam a suposição que o aumento do comércio dos

produtos dali oriundos para mercados globais poderia ser promissor. Argumentam que a dificuldade de acesso ao mercado, a baixa densidade dos recursos em muitos casos, a frutificação imprevisível, a perecibilidade dos produtos, dentre outros aspectos indicados, colocam as populações extrativistas em desvantagem quando comparadas a outros grupos que têm possibilidade de regularidade da oferta e de controle da qualidade do produto (cor, tamanho e sabor) no momento da venda (SHANLEY; ROSA, 2005). Essa exigência de qualidade tende a se generalizar, mas ainda não vigora nos dinâmicos mercados regionais nordestinos e amazônico de frutas nativas no qual a diversidade dos frutos e a irregularidade da oferta no decorrer do ano são considerados quase que naturalmente mesmo que o mercado de polpas supra boa parte da demanda (MOTA; SCHMITZ; SILVA JÚNIOR, 2006). Mais recentemente, no entanto, há tendência de revalorização de produtos nativos num mercado cada vez mais globalizado. Exemplo disso é a comercialização de frutas como o caju, o umbu e a mangaba nos supermercados, pois até pouco tempo atrás se restringiam apenas às feiras livres (MOTA; SILVA JÚNIOR, 2003).

Em geral, o extrativismo exige uma proporção muito baixa de capital, tecnologia e trabalho. Por isso, a maior parte do valor desses bens é atribuível às suas características naturais, o que favorece quanto a sua comercialização uma maior rentabilidade (DRUMMOND, 2002).

As populações extrativistas da mangaba são caracterizadas particularmente pela sua relação conservacionista com o ambiente que contribui para a manutenção da diversidade biológica, tanto das espécies como dos ecossistemas (DIEGUES; ARRUDA, 2001). As mesmas desenvolvem um modelo de ocupação do espaço e uso dos recursos naturais voltado principalmente para subsistência, com fraca articulação com o mercado, baseado no uso intensivo da mão-de-obra familiar, tecnologias de baixo impacto derivadas de conhecimento patrimoniais e, normalmente, de base sustentável (ARRUDA, 1999).

A relação dessas populações com o meio ambiente é diferente da mesma relação entre populações urbanas, na medida em que as primeiras não o concebem como recursos para a vida e, sim, como meio de vida (FARIA et al, 2005). A idéia de recurso colocada pela autora supõe a utilização da natureza em grande escala, e a idéia de meio

supõe que a relação com o meio natural deva primar pela moderação visando à perpetuação de sua utilização no tempo e no espaço.

Referindo-se à conservação dos recursos genéticos por essas populações, Mota e Silva Júnior (2003) salientam que essa forma de conservação é uma das mais eficientes e menos dispendiosas, uma vez que a conservação “in situ” garante às plantas uma melhor adaptação às mudanças nos agroecossistemas. As populações extrativistas apresentam um grande volume de informações constituindo-se nos principais atores na conservação das áreas remanescentes, fundamentais para o desenvolvimento sustentável e por habitarem as áreas de maior riqueza genética, são as grandes responsáveis pela manutenção da biodiversidade (CUNHA, 1999).

Nesse estudo, as populações são extrativistas de mangaba, principal produto da mangabeira⁴, muito utilizada pelas indústrias de polpas, sucos e sorvetes. Mangaba é uma palavra de origem indígena que significa “coisa boa de comer”. Além do sugestivo nome, a mangaba é uma das frutas mais ricas em ferro e uma importante fonte de vitamina C (SILVA JÚNIOR, 2004).

Apesar de o estado de Sergipe⁵ apresentar as áreas de maior concentração de mangabeiras e de ser o primeiro produtor nacional (Quadro 1), pesquisadores como Mota e Silva Júnior (2003) chamam a atenção para a redução das áreas naturais de ocorrência da planta, apesar de sua importância socioeconômica. Essa pressão se deve a incorporação de atividades ligadas ao turismo, carcinicultura, expansão agrícola e pela especulação imobiliária. Em Barra dos Coqueiros uma particularidade que ameaça os campos nativos decorre da crescente expansão imobiliária intensificada com a construção da ponte que liga Aracaju a Barra dos Coqueiros. Tal fato aliado à privatização crescente do espaço, que antes era de acesso comum ocupado pelas mangabeiras e de pequenos estabelecimentos que apresentam áreas extrativistas conservadas, trarão como consequência a expulsão da população e a perda dos saberes acumulados ao longo das gerações, colocando em risco a sustentabilidade do ecossistema que tem sido manejado de forma equilibrada por essa população.

⁴ A mangabeira (*Hancornia speciosa* Gomes) é uma planta frutífera de clima tropical, nativa do Brasil e encontrada em várias regiões do País, desde os Tabuleiros Costeiros e Baixada Litorânea do Nordeste até os Cerrados das regiões Centro-oeste, Norte e Sudeste (SILVA JÚNIOR, 2003). Além do fruto, a mangabeira é produtora de látex.

⁵ Segundo decreto de Lei nº12. 723 de 20 de janeiro de 1992, a mangabeira é a árvore símbolo do estado de Sergipe.

QUADRO 1: Produção da extração da mangaba nos estados brasileiros (IBGE, 2006)

Estados produtores	Quantidade produzida em toneladas	Valor da produção em Reais
Sergipe	497 toneladas	735 mil reais
Bahia	163 toneladas	144 mil reais
Rio Grande do Norte	79 toneladas	56 mil reais
Paraíba	48 toneladas	67 mil reais
Alagoas	19 toneladas	19 mil reais
Minas Gerais	5 toneladas	7 mil reais

Mesmo assim, Mota e Silva Júnior (2003) afirmam que ainda são raros os estudos relacionados ao extrativismo da mangaba, seus atores, suas lógicas produtivas e formas coletivas de gestão das áreas naturais. Talvez isso se deva à pluriatividade⁶ das catadoras⁷, inclusive desenvolvendo atividades que têm uma maior visibilidade em relação às atividades extrativistas, por serem atividades mais comuns no mundo rural a exemplo do assalariamento na agricultura e pesca.

Contudo, a invisibilidade do extrativismo não se deve meramente à pluriatividade das catadoras. Mas, do ponto de vista da economia familiar, à condição de que historicamente essa atividade, em Barra dos Coqueiros, sempre foi considerada complementar à cultura do coco, além das roças de maxixe e quiabo. Para Figueiredo (2005) essa condição de complementaridade e invisibilidade do trabalho extrativista também é um reflexo de uma cultura tanto de grupos camponeses locais, como da cultura social mais ampla na qual esses grupos estão inseridos, e também da não valorização de uma atividade que é eminentemente feminina.

1.2.2 – Catadores de mangaba: uma nova tipologia.

A coleta de frutos da mangabeira é uma prática extrativista muito comum nas áreas de restinga e tabuleiros costeiros do Nordeste (SILVA JÚNIOR; LÉDO, 2006).

⁶ Segundo Schneider (2003), a pluriatividade refere-se a situações sociais em que os indivíduos que compõem a família com domicílio rural passam a se dedicar ao exercício de um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente ligadas à agricultura ou ao cultivo da terra, e cada vez menos executadas dentro da unidade de produção.

⁷ Os catadores de mangaba são uma nova tipologia nas populações tradicionais, muito bem descritas por Mota; Silva Júnior; Gomes (2003a, 2003b); Mota; Silva Júnior (2003) e Mota; Santos (2005).

Nos últimos anos, estudos como os de Silva Júnior et al (2006) apontam que a conservação das áreas remanescentes de mangabeiras (apesar do contexto de intensa ameaça de desaparecimento dos campos nativos) está associada à ação de comunidades extrativistas que em tempos passados através dos saberes e práticas construídos, contribuíram significativamente para o aumento do número de plantas. Além da intensificação na produção de mudas artesanais, o aumento no número de plantas deu-se naturalmente através do processo de regeneração de áreas que anteriormente foram degradadas pela cultura intensiva de produtos exóticos, a exemplo do coco. Em trabalhos como o Vieira Neto (2003) que tratam sobre o manejo fitotécnico da mangabeira é ressaltado que a presença dessa frutífera em áreas intensamente antropizadas e devastadas é fundamental em processos de recuperação. Apesar de serem poucos os estudos relativos à planta, a recomendação de o sentido das faixas de plantio ser preferencialmente abertas no sentido leste-oeste, proporciona previamente uma classificação dessa espécie como pioneira.

Derivada de uma atividade extrativista, a mangaba é uma fruta de crescente valorização no mercado de frutas nativas e exóticas, além de viável aos grupos extrativistas, que buscam por uma oportunidade que favoreça a composição da renda familiar.

Para o caso em análise as catadoras de mangaba, assim denominadas, são habitantes do litoral de Barra dos Coqueiros, predominantemente, descendentes de sitiantes⁸ e quilombolas, que detêm a propriedade da terra em estabelecimentos denominados pelo nome de famílias ou que têm acesso a áreas de uso comum de propriedade do Estado ou abandonadas. No primeiro caso, as terras são privadas e no segundo são devolutas. Mas, apesar das distintas formas de acesso das catadoras aos campos, as áreas têm sido cada vez mais exploradas pela especulação imobiliária para a construção de infra-estruturas turísticas. Atividades cuja implantação depende do corte das plantas e, por extensão, da desestruturação de sistemas de acesso aos bens comuns a partir de normas de conduta partilhadas há anos.

⁸ Os sitiantes, segundo Diegues (2002), são uma categoria ampla considerados pequenos produtores rurais que desempenham outras atividades complementares, como a pesca, o artesanato, o trabalho assalariado, etc.

Em Sergipe, segundo a tipologia de Mota e Silva Júnior (2003), as catadoras de mangaba são grupos tradicionais de áreas de restinga que além de encontrar no extrativismo o seu meio de vida, particularmente, após o declínio da coleta do caranguejo nos manguezais, têm investido na conservação dos remanescentes dessa cultura.

Esses grupos a partir de sua vivência e adaptações ao meio ao qual estão inseridos, têm elaborado saberes sobre os processos e os recursos dos quais fazem uso, saberes esses que lhes têm garantido a reprodução de seu sistema social e cultural (CASTRO 1997). Isso tem se confirmado a partir de alguns estudos que mostram como a exclusão de populações tradicionais de seu meio natural tem resultado na perda da biodiversidade, visto que as mesmas não podem ser vistas de forma isolada e sim como parte integrante da natureza (DIEGUES; ARRUDA, 2001; PEREIRA, 2004).

As relações de proximidade e dependência em relação ao meio ambiente, de diferenciadas maneiras, vêm sendo transformadas em decorrência da degradação ambiental e cultural. Em Barra dos Coqueiros, ao mesmo tempo em que contribuíram para a conservação dos remanescentes, as catadoras de mangaba enfrentaram dificuldades de reprodução social ao intensificarem a sua exploração num contexto de crescente pressão sobre os recursos nas áreas de acesso comum, além das ameaças já existentes. A intensificação no processo de cata ocorreu diante da valorização dos frutos notadamente pela indústria de processamento, o que provocou o interesse de grandes proprietários das terras pela fruta.

Mas, além do processo de degradação ambiental gerado pela disputa do espaço da terra, seja para o capital imobiliário ou para a criação e/ou ampliação dos estabelecimentos, pode-se observar que um dos traços fundamentais das culturas tradicionais, a sua relação com a natureza, não sobrevive ao desenvolvimento urbano e industrial (FARIA et al, 2005).

Sobre os regimes de propriedade que permeiam áreas extrativistas, Feeny et al (2001) identifica quatro *regimes* de direitos, no âmbito dos quais, recursos de propriedade comum são manejados e que, de uma certa forma, devem ser considerados tipos analíticos ideais: o de livre acesso; a propriedade privada; a propriedade comunal e a propriedade estatal. Os bens comuns, assim como os de livre acesso, são delimitados, segundo Hardin (1968), pela ausência de direitos de propriedade bem definidos. O que

fica evidente que as formas de acesso aos recursos são caracterizadas de acordo com os regimes de propriedade, e evidencia particularidades inerentes a cada processo.

Na área da pesquisa são identificados dois regimes de direito: A propriedade privada e a de acesso comum, além de um sistema particular desses grupos, o de “meia”. O sistema de meia consiste no acesso às áreas privadas, com autorização do dono, pelas catadoras de mangaba. O que foi coletado é comercializado pela catadora e, posteriormente, dividido o lucro com o proprietário da área. Em Barra dos Coqueiros é predominante as catadoras que buscam pelos recursos na área de acesso comum. Mas, são muitas as que catam em suas próprias áreas.

Sobre a gestão coletiva de bens comuns, trabalhos como de Schmitz, Mota e Silva Júnior (2006) apontam como uma ação bem sucedida por longos períodos. Isso ocorre quando pequenos grupos locais e até populações maiores são capazes de se auto-organizar em relação ao uso dos bens, como é o caso das áreas remanescentes de mangabeiras onde as mulheres, fazem a gestão comum do recurso. Alguns fatores externos podem até dificultar, ou mesmo eliminar, a permanência destes modos de uso. Mas, a persistência de alguns sistemas⁹, que se dá a partir da aquisição de experiências de uso coletivo de bens comuns de longa duração, é determinante na continuidade desse processo (OSTROM, 1990). Além do mais, há condições que são necessárias para motivar as pessoas a buscar soluções comuns para a melhoria da produtividade em longo prazo.

Mas, autores como Olson (1965) e Hardin (1968) expressam a ação coletiva como um empreendimento de difícil realização, mudando a maneira de seu entendimento. Schmitz, Mota e Silva Júnior (2006) ressaltam que diante do destino atual dos recursos escassos propostos por Hardin, a ação coletiva coexiste com a concepção de que os indivíduos agem no sentido de defenderem seus próprios interesses o que, conseqüentemente, torna-se impossível a sua implantação para regular o uso apropriado. No entanto, a reflexão teórica de autores como Ostrom (1990) e Feeny et al

⁹ Dos princípios de funcionamento desenvolvidos por Ostrom (1990) e abordados por Schmitz, Mota e Silva Júnior (2006), identificam-se: a existência de um interesse comum, em geral, econômico; a possibilidade de organização e determinação de regras para a gestão de bens comuns; o conhecimento dos recursos em questão; a ausência de um ator dominante que por si mesmo possa impedir a ação coletiva; a definição de um arranjo institucional, incluindo a definição clara do sistema de recursos e dos participantes; o monitoramento regular, as sanções gradativas contra desviantes e instâncias de fácil acesso para a resolução de conflitos. Além do mais, as atividades devem ser integradas num conjunto de regras gerais compatíveis com as normas e valores dos envolvidos.

(2001), mostram que há possibilidade na gestão de bens comuns de longa duração, e que critérios podem ser identificados para o desenvolvimento de um manejo bem sucedido.

1.2.3 – As relações de gênero no extrativismo da mangaba

Há pouco que a presença da mulher nos diferentes espaços da sociedade tem sido objeto de discussão. Sua inserção no mundo do trabalho, até certo tempo atrás, restringia-se a esfera doméstica de acordo com padrões culturais em que ao homem competia o papel de provedor da família. Até os dias atuais, as relações de poder existentes na sociedade e conseqüentemente na família, têm sido um grande empecilho à maior inserção e participação das mulheres no mundo do trabalho formal. E as discriminações e preconceitos revelados nas próprias famílias de origem perpetuam-se nos diferentes espaços de convivência social (D'ÁVILA, 2001).

Dessa forma, nas sociedades camponesas tradicionais, o domínio doméstico sempre foi caracterizado como o espaço exclusivo da mulher, embora o seu cotidiano fosse uma mescla entre a dura jornada de trabalho no campo e em casa (FIGUEIREDO, 2005). Essa dualidade expressa em muitos trabalhos como no de Sena (2004), reflete que atualmente o maior índice de absorção de mão-de-obra feminina ocorre nas unidades de produção familiar, grande centro de absorção dessa força específica de trabalho.

Porém, a invisibilidade do trabalho da mulher historicamente relaciona-se a padrões e/ou normas culturais que caracterizam o trabalho feminino como complementar ou “de ajuda” ao do homem, justificando sua ausência nos dados estatísticos (SENA, 2004; CASTRO; LAVINAS, 1992; D'INCAO; COTTA JÚNIOR, 2001). O fato é que historicamente, as mulheres vivenciam uma condição de subordinação na família, traduzida numa posição de segundo sexo que só recentemente começa a mudar.

De fato, o extrativismo da mangaba é uma atividade que, enquanto prática social (DIEGUES, 2002) tem envolvido de forma significativa as mulheres como força de trabalho organizadora da atividade com um importante destaque na constituição da

renda familiar. Há que se considerar, segundo alguns estudos (CAVALCANTI; RAMOS; SILVA, 1998), que a presença feminina, ultimamente, vem assumindo uma posição relevante nas atividades produtivas. Não é por acaso que desde os anos 60, a questão ambiental e o processo de valorização da mulher nos programas de desenvolvimento aparecem como fatores significativos quanto à incorporação de perspectivas de gênero (SIMONIAN, 2001).

Mas, apesar da importância da mulher nos diferentes setores da sociedade e nos estudos de gênero, a sua inserção na força de trabalho, até mesmo no meio urbano, deu-se de forma desigual e precária. Um exemplo é o trabalho de tempo parcial que surge num período de intensa crise e/ou desemprego massivo, com a decadência do fordismo. Criado para ser uma das alternativas viáveis ao momento, tal modelo de emprego parece socialmente justificado, por conciliar a esfera familiar e profissional (HIRATA, 1998), porém trata-se de uma consagração do patriarcado¹⁰, o que legitima a discriminação social integrada ao capitalismo (CRUZ, 2005).

Em relação às questões que envolvem a promoção da inclusão e da igualdade no segmento das trabalhadoras rurais Pinheiro (2004) destaca que

...as trabalhadoras rurais por sua vez, representam 16,14% da população e destas últimas, 24,43% são chefes de família, chegando essa porcentagem a mais de 30% em algumas regiões do país... De acordo com o IBGE, a maioria dos 16 milhões de trabalhadoras rurais enfrenta o trabalho precário, não remunerado, ou recebem menos de 25% em relação aos homens, embora desempenhe as mesmas funções. O Instituto de Economia do Rio de Janeiro vem informar que no ano 2000, do total de pessoas sem acesso à renda monetária no Brasil, 80% são mulheres trabalhadoras rurais (PINHEIRO, 2004, p.33).

Ou seja, à medida que houve um rápido crescimento do trabalho assalariado frente a outras formas de relações de trabalho presentes no campo brasileiro, houve também um movimento de feminização do emprego agrícola, o que significa uma participação cada vez maior da mulher no mercado de trabalho (SIQUEIRA, 1992).

Até mesmo no sistema familiar a renda não é composta apenas pelo que vem da lavoura ou da produção animal. Outras atividades começam a ter uma importância fundamental na subsistência superando a renda principal, como é o caso do extrativismo

¹⁰ Segundo Saffioti (1987), o patriarcado é necessário ao capitalismo, pois não pode ser pensado apenas através da lógica do capital, mas identificado pelo seu sistema sexual de poder, organização hierarquicamente masculina da sociedade, que se perpetua através do matrimônio, da família e da divisão sexual do trabalho.

desenvolvido pelas mulheres catadoras de mangaba. Com isso, uma nova visão gradativamente começa a ser incorporada, a de que todo o trabalho é produtivo e importante seja ele realizado pelo homem, pela mulher ou pelos jovens. Dessa forma é fundamental que todo trabalho seja valorizado e considerado na divisão dessa renda, apesar das diferenças entre trabalho de homem e de mulher.

Mas, diante das constantes lutas para o reconhecimento da importância do trabalho feminino, um grande avanço ocorreu na década de 80, quando foi incorporado o termo gênero nos diferentes espaços de debate. A mudança favorece a rejeição do determinismo biológico implícito no uso dos termos sexo ou diferença sexual e enfatiza os aspectos relacionais e culturais da construção social do feminino e masculino (HEILBORN; SORJ, 1995). Segundo Mendes (1985), de forma geral, os estudos feministas tinham o propósito de tornar as mulheres visíveis, denunciar as desigualdades e explicar as causas da condição de inferioridade e discriminação da mulher na sociedade. A utilização do termo gênero passa a se referir não só as mulheres, mas a “organização social da relação entre os sexos”, o que segundo Garvía (1998) atribui ao gênero uma construção social.

Nesse aspecto, um reflexo histórico da desigualdade no Brasil é registrado quando, na década de noventa, 36% da força de trabalho feminino encontra-se situado em nichos precários do mercado de trabalho (MARUANI; HIRATA, 2003) e as mulheres, nesse período, continuam a ganhar menos que os homens. Deste modo, a noção de que as mulheres constituem uma mão-de-obra secundária ajuda a perpetuar a segregação e a discriminação salarial.

De acordo com Díaz e Ruíz (2006)

Una de las preocupaciones que se desprenden de este conjunto de investigaciones es la relacionada con las diferenciaciones genéricas que perviven con la llegada de los nuevos modelos de organización y desarrollo industrial. Desde tal óptica, la relación entre el cambio tecnológico y el empleo femenino no tiene como correlato una disminución en la segmentación y discriminación de la mujer en el mercado laboral. De hecho, al avance cuantitativo de la participación femenina parece seguirle un deterioro cualitativo em sus condiciones de trabajo (DÍAZ; RUÍZ, 2006, p.137).

Até mesmo quando não trabalham ou não são afetadas diretamente pelo desemprego, as mulheres suportam as conseqüências indiretas através da acumulação de

suas tarefas domésticas e econômicas. Por uma parte, a degradação das condições de vida, a desorganização familiar (devido à migração dos maridos em busca de melhores oportunidades) e os efeitos psicológicos entre seus membros concentram seus esforços caracterizando-a como o pilar da família e receptáculo das frustrações. Porém, uma outra consequência evidenciada, decorre do aumento da violência doméstica que, entre outras razões, pode possivelmente estar relacionado às elevadas taxas de desemprego entre os homens (CHARLIER; RYCKMANS, 2003).

Nessa perspectiva deve-se considerar que a história das relações de gênero no Brasil fornece elementos suficientes para a construção do quadro das desigualdades entre homens e mulheres, nos limites do desenvolvimento rural. Buarque (2004) aborda que:

De forma taxativa, qualquer pessoa de bom senso afirmaria que, entre o longínquo ano de 1500 e a década de 1980, as mulheres rurais, ricas ou pobres, brancas, negras ou índias, viveram na mais cruel invisibilidade, seja com relação às suas atividades produtivas, seja no tocante às suas lutas sociais; enquanto os homens, dependendo da classe, da cor, ou do período histórico, conheceram momentos de apogeu e de decadência. Não obstante as dificuldades vividas pelos homens, relativas a discriminações fora do campo do gênero, os diferentes extratos masculinos sempre foram os que mais se beneficiaram das políticas, sejam elas as governamentais de reforma agrária, a do movimento social, a das igrejas ou a dos sindicatos (BUARQUE, 2004, p.119).

Para Charlier e Ryckmans (2003), as investigações feministas foram muito importantes no sentido em que puseram igualmente em evidência que o acesso, o controle e a utilização dos recursos, variavam em função do gênero e das sociedades. Historicamente, as mulheres sempre tiveram menos direitos que os homens, o que coloca ambos em diferentes níveis frente às estratégias de desenvolvimento.

Mas, em que elementos se ampara a discriminação? É consenso que as diferenças biológicas presentes na construção física do corpo e nas funções associadas à reprodução da espécie não justificam nenhum modelo de relação social que implique na subordinação de um sexo ao outro (HEILBORN; SORJ, 1995). No entanto, a diferença biológica entre os sexos tem legitimado “racionalmente” uma hierarquização (MENDES, 1985; OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996), através de um discurso que almeja o “natural” manifestado numa assimetria que se diz própria da “essência” do macho e da fêmea. Deste modo, a divisão biológica implica numa divisão entre papéis

sexuais (GARVÍA, 1998) masculinos e femininos, amparados numa polarização de qualidades “próprias” ou “adequados” a cada um deles.

Considerando esse quadro as relações de gênero são compreendidas no presente trabalho como uma maneira contemporânea de organizar normas culturais passadas e futuras. O gênero é relacional e a sua construção pode ser analisada como um processo infinito de modelagem–conquista dos seres humanos, que tem lugar na trama das relações sociais entre mulheres, entre homens e entre mulheres e homens (SAFFIOTI, 1992).

Para Simonian (2001) a participação das mulheres em lutas por acesso a terra, à floresta e a outros recursos naturais ocorre em todos continentes através de ações que tende a consolidá-las como agentes de desenvolvimento por apresentarem conhecimentos relativos à biodiversidade, a partir da percepção e da racionalidade no uso de certos recursos. Por sua vez Luz et al (2003) considera que um sistema é sustentável se, entre outras coisas, consegue dá mais autonomia e visibilidade ao trabalho feminino.

O ecofeminismo¹¹ é uma importante corrente de pensamento que tem contribuído no estudo de gênero por demonstrar a forma como se têm apresentado o ambiente e as mulheres nos programas de “desenvolvimento” (DI CIOMMO, 2003). O ambiente, muitas vezes, visto como um recurso separado e à disposição da humanidade sempre esteve em paralelo com uma outra forma de pensar, a exclusão das mulheres no meio rural. Essa visão possibilitou as mulheres, em relação ao ambiente, a perda do conhecimento ecológico e a condição de inferioridade na sociedade. A contraposição para todos esses fatores é o modelo instalado que visa à privatização dos lucros e a exploração ambiental, cujo principal símbolo é a monocultura. Com a quebra das relações tradicionais, as mulheres perderam o acesso às terras para as culturas alimentares, e passaram a ter menos renda, emprego, e menos acesso ao poder (SILIPRANDI, 2000).

¹¹ Movimento social que surgiu no início dos anos 90 do século XX. É uma vertente com princípios, valores distintos e uma ética contextualizada. O ecofeminismo é um movimento surgido recentemente entre feministas que aderiram ao ecologismo, sendo considerado "mais profundo do que a ecologia profunda", quando oferece uma teoria ambientalista crítica e uma ética dos seres humanos para com o meio ambiente e seus membros (DI CIOMMO, 2003).

Di Ciommo (2003) cita em seu trabalho que a ligação entre mulher e natureza e as razões pelas quais ambas são consideradas como de nível inferior não é tema do passado, mas continua a dirigir a degradação do meio ambiente, a caracterizar a atividade feminina e a marcar, de maneira geral, a esfera da reprodução. Essa ligação contém inúmeras questões importantes sobre as causas da subordinação das mulheres e a existência de uma natureza feminina.

No município de Barra dos Coqueiros, há predominância da mulher no extrativismo da mangaba, tanto na reprodução das plantas quanto na coleta, armazenamento e comercialização do produto, o que conseqüentemente, têm possibilitado uma maior participação das mesmas na constituição do patrimônio e da renda familiar (MOTA; SANTOS, 2005). A predominância da mulher no extrativismo remonta a uma tradição em que catar mangaba não era uma atividade vinculada ao mercado e, por isso, constituía um campo de domínio feminino no passado. A cata da mangaba era uma atividade doméstica e não geradora de renda, portanto, pertinente ao domínio das mulheres em oposição ao dos homens que sempre foi o da produção, o público, segundo construções sociais que variam no tempo e no espaço.

Além da presença da mulher no extrativismo da mangaba, o foco de estudo no presente trabalho, dentre outros pontos, é também a sua intervenção junto aos recursos. Sua participação nas diferentes etapas do extrativismo caracteriza as condições de acesso aos recursos extrativistas, chamando a atenção para a importância dessa atividade no conjunto de estratégias desenvolvidas pelo grupo familiar. Também foi feita análise das ameaças que circundam a atividade e o possível processo de marginalização decorrente desse processo.

Em se tratando da divisão social do trabalho, os homens são encarregados de cuidar da agricultura, coletam mangaba apenas quando estão disponíveis, mas não há uma participação constante no encapotamento¹² e na comercialização da mesma por que essas tarefas ficaram designadas às mulheres. O homem passa a representar o seu papel na cultura da mangaba como de ajuda ao da mulher. Ou seja, mesmo tendo havido uma mudança na intensidade da inserção da cultura no mercado, padrões culturais são

¹² Processo de amadurecimento dos frutos retirados ainda verdes. Inicia-se com a lavagem dos mesmos, retirada da umidade com tecido limpo e seco, e armazenagem em baldes revestidos e revestidos com tecido.

preservados (CASTRO; LAVINAS, 1992; D'INCAO; COTTA JÚNIOR, 2001) e as mulheres rompem à barreira do privado.

Segundo Luz et al, (2003), a proposta de desenvolvimento sustentável através da valorização das diferenças sociais, econômicas e ambientais, possibilita que soluções inovadoras possam ser criadas para os problemas encontrados, adaptados para cada realidade na qual estão inseridos. Dessa forma, adotando o enfoque de gênero é possível reconhecer a existência de relações hierárquicas de desigualdade entre homens e mulheres, materializados em opressão, injustiça, subordinação, discriminação das mulheres em diversos aspectos ao longo da história.

Por último, a reconfiguração de normas culturais analisada nesta pesquisa mostra novos modelos de participação feminina no mercado de trabalho e explicita como a mulher enquanto catadoras compreendem o seu papel na conservação da biodiversidade. É no estudo da presença feminina e na inversão de tendências que permeiam o extrativismo da mangaba que reside a originalidade dessa dissertação.

1.3 – Referências bibliográficas

- ALMEIDA, M. W.B. **As reservas extrativistas e as populações tradicionais.** Entrevista do mês. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/entrevistas/almeida.htm>> Acesso em 14 set. 2004.
- ARRUDA, R. Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. **Ambiente & sociedade**, Campinas, n. 5, p. 79-92, jul./dez.1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>> Acesso em 16 dez. 2006.
- BUARQUE, C. A dimensão de gênero no mundo rural brasileiro contemporâneo. In: Equidade de gênero e desenvolvimento sustentável dos territórios rurais: documento-síntese do Seminário Internacional, 1., 2004. São Luís. **Documento-síntese...** Brasília: IICA, 2004. p.118-124.
- CASTRO, E. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: CASTRO, E.; PINTON, F (orgs.). **Faces do Trópico Úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente.** Belém: Cejup, 1997. p.263 – 283.
- CASTRO, M. G.; LAVINAS, L. Do Feminismo ao Gênero: A Construção de um Objeto. In: COSTA, A. O. & BRUSCHINI, C. (orgs.). **Uma Questão de Gênero.** Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p.216-251.
- CAVALCANTI, J. S. B.; RAMOS, J. V. R.; SILVA, A. C. B. da. O Trabalho Feminino na Agricultura de Exportação. As Trabalhadoras na Viticultura. In: ABRAMO, L. & ABREU, A. R. de P. (orgs.). **Gênero e trabalho na sociologia latino-americana.** São Paulo: ALAST, 1998. p.101-114.
- CHARLIER, S.; RYCKMANS, H. Los movimientos de mujeres por outra globalización. In: AMIN, S.; HOUTART, F. (Eds.). **Globalización de las resistencias: El estado de las luchas 2003.** Barcelona, Madrid: Icaria, Cáritas. 2003. p. 241-252.
- CRUZ, M. H. S. **Trabalho, gênero, cidadania: tradição e modernidade.** São Cristóvão: UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2005. 390p.
- CUNHA, L. H. **Manejo comunitário de recursos naturais na Amazônia: arranjos institucionais e mediação externa.** 2002. 196 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2002.
- CUNHA, M. C. da. Populações tradicionais e a Convenção da diversidade biológica. **Estudos avançados**, São Paulo, v.13, n.36, p. 147-163, mai./ago. 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>> Acesso em 16 dez. 2006.

D'ÁVILA, S. M. G. Trabalho Feminino e Seu Significado: Uma Análise de Trajetórias de Mulheres Trabalhadoras. In: Congresso Brasileiro de Economia Doméstica, 16., 2001. Viçosa. **Anais...** Viçosa, 2001.

DÍAZ, S. S.; RUIZ, A. P. La sociología del trabajo latinoamericano frente al siglo XXI. In: TOLEDO, E. de la G. (coord.). **Tratado latinoamericano de Sociología**. Barcelona: Anthropos Editorial; México: Universidad Autónoma Metropolitana – Iztapalapa, 2006. p. 133-145.

DI CIOMMO, R. C. Relações de gênero, meio ambiente e a teoria da complexidade. **Revistas Estudos Feministas**, Florianópolis, v.11, n.2, p.423-443, jul./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br>> Acesso em 20 nov. 2005.

DIEGUES, A. C. S. Aspectos sociais e culturais do uso dos recursos florestais da Mata atlântica. In: SIMÕES, L. L.; LINO, C. F. (orgs.). **Sustentável Mata Atlântica**. São Paulo: Senac, 2002. p. 135-158.

DIEGUES, A. C.; ARRUDA, R. S. V. (orgs.). **Saberes Tradicionais e biodiversidade no Brasil**. *Brasília*: Ministério do Meio Ambiente, São Paulo: USP, 2001.

D'INCAO, M. A.; COTTA JÚNIOR, H. Transformações e Permanências no Espaço Feminino na Agricultura Familiar. In: D'INCAO, M. A., ALVARES, M. L. M.; SANTOS, E. F. **A Mulher e Modernidade na Amazônia**. Belém: GEPEM/CFCH/UFGA, 2001. p. 429-465.

DRUMMOND, J. A. Natureza rica, povos pobres? – Questões conceituais e analíticas sobre o papel dos recursos naturais da prosperidade contemporânea. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, n.10, p. 45-68, jan./ jun. 2002.

FARIA, I. M., VALENCIO, N. L. da S., MANCUSO, M. I. R.; SILVA, M. A. de M. Vozes e imagens do rio São Francisco: um estudo sobre populações tradicionais e problemas ambientais. In: BRUMER, A., PIÑERO, D.; LEPRI, M. C. ... [et al]. **Agricultura Latino-americana: novos arranjos e velhas questões**. Porto Alegre: UFRGS, 2005. p. 259-286.

FEENY, D.; BERKES, F.; MCCAY, B.J.; ACHESON, J.M. A tragédia dos comuns: vinte e dois anos depois. Trad. André de Castro C. Moreira. In: DIEGUES, A.C.; MOREIRA, A.C.C. (orgs.). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB/LASTROP-USP, 2001. p.17-42.

FIGUEIREDO, L. D. **Empate nos Babaçuais**: Do espaço doméstico ao espaço público – lutas de quebradeiras de coco babaçu no Maranhão. 2005. Dissertação (Mestrado em agriculturas familiares e desenvolvimento sustentável) – UFGA, Belém, 2005.

FONSECA-KRUEL, V. S. da.; PEIXOTO, A. L. Etnobotânica na Reserva Extrativista de Arraial do Cabo, RJ, Brasil. **Acta Botanica Brasílica**, São Paulo, v.18, n.1, p.177-190, jan./ mar. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>> Acesso em 29 out. 2005.

GARVÍA, R. **Conceptos fundamentales de Sociología**. Madrid: Alianza Editorial, 1998. 115p.

GERHARDT, C. H.; ALMEIDA, J. Problemática ambiental, agricultura familiar e construção de novos processos de dominação. In: MOTA, D. M. da.; GOMES, J. B. V.; CARVALHO, L. M. de. (orgs.). In: Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, 6., 2004. Aracaju. **Anais...** Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2004.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: Processos ecológicos em agricultura sustentável**. 3.ed. Porto Alegre: UFRGS, 2005. 653p.

HARDIN, G. **The tragedy of the commons**. Science 162:1244-8, 1968.

HEILBORN, M. L.; SORJ, B. Estudos de Gênero no Brasil. In: MICELI, S. (org.). **O que Ler na Ciência Social Brasileira**. São Paulo: Sumaré; Brasília: CAPES, [1970 – 1995] p.183-221.

HIRATA, H. Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero. **Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho**, Campinas, n. 7, p. 5-27, 1998.

HOMMA, A. K. O. **Extrativismo vegetal na Amazônia: limites e oportunidades**. Brasília: Embrapa-SPI, 1993. 202p.

HOMMA, A.K.O. **A dinâmica do extrativismo vegetal na Amazônia: uma interpretação teórica**. Belém: Embrapa-CPATU, 1990. 38p. (Documentos 53).

HORA, F. M. D. da; GOMES, L. J.; FERREIRA, R. A.; HOLANDA, F. S. R.; CAMPOS, E. D. Seleção de Indicadores de sustentabilidade para o Riacho Cajueiro dos Veados – Malhador/SE. In: MOTA, D. M. da.; GOMES, J. B. V.; CARVALHO, L. M. de. (orgs.). Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, 6., 2004. Aracaju. **Anais...** Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção da extração vegetal e silvicultura**; Malha Municipal digital do Brasil: situação em 2005. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php> Acesso em 10 ago. 2007.

LUZ, C.; SOUZA, D. F. de; CARDOSO, E. M.; TELLES, L.; RIBEIRO, S. Um olhar de gênero sobre as relações sociais no campo. **Informe agropecuário**, Belo Horizonte, v.24, n.220, p.103-111, 2003.

MARUANI, M.; HIRATA, H. (Orgs.). **As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho**. São Paulo: Senac, 2003.

- MENDES, M. A. Estudos feministas: entre perspectivas modernas e pós-modernas. **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife, v.1, p.223-237, sem. 1985.
- MOTA, D. M. da. **Trabalho e sociabilidade em espaços rurais**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil; Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2005. 256p.
- MOTA, D. M. da.; SANTOS, J. V. dos. Populações tradicionais e conservação dos remanescentes de mangabeira na Barra dos Coqueiros/Sergipe. In: III Congresso Brasileiro de Agroecologia, 3., 2005. Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2005.
- MOTA, D. M. da.; SCHMITZ, H.; SILVA JÚNIOR, J. F. da. **Atores, canais de comercialização e consumo da mangaba no Nordeste Brasileiro**. Belém, 2006. (Texto mimeografado).
- MOTA, D. M. da.; SILVA JÚNIOR, J. F. da. Populações Tradicionais e Formas Coletivas de Gestão das áreas de ocorrência natural de mangabeira. **Raízes: Revista de Ciências sociais e econômicas**, Campina Grande, v.22, n.2, p.225-233, jul./dez. 2003.
- MOTA, D. M. da, SILVA JÚNIOR, J. F. da.; GOMES, J. B. V. Lógicas de reprodução social de uma população tradicional de catadores de mangaba no litoral sul sergipano. In: Simpósio Brasileiro sobre a Cultura da Mangaba, 2003. Aracaju. **Anais...** Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2003a.
- MOTA, D. M. da, SILVA JÚNIOR, J. F. da.; GOMES, J. B. V. Representações de uma população tradicional de catadores acerca do extrativismo da mangaba no litoral sul de Sergipe. In: Simpósio Brasileiro sobre a Cultura da Mangaba, 2003. Aracaju. **Anais...** Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2003b.
- OLSON, M. **The logic of collective action**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1965. 186p.
- OSTROM, E. **Governing the common: the evolution of institutions for collective action**. Cambridge, New York: Cambridge University Press, 1990.
- OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1996.
- PINHEIRO, M.L.S. Conferência Magna: Equidade de Gênero e Políticas Públicas. In: Equidade de gênero e desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, 2004. São Luís. **Documento-síntese...** Brasília: IICA, 2004. p.31-35.
- PEREIRA, O. P. Criação de projeto de assentamento sob condições especiais em área frágil. In: MOTA, D. M. da; GOMES, J. B. V.; CARVALHO, L. M. de. (orgs.). Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, 6., 2004. Aracaju. **Anais...** Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2004.

REGO, J. F. Amazônia: Do extrativismo ao neoextrativismo. **Revista Ciência hoje**, Rio de Janeiro: SBPC, v.25, n.147, p.62-65, 1999.

SAFFIOTI, H. I. B. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, A. de O.; BRUSCHINI, C. **Uma Questão de Gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p.183-215.

SAFFIOTI, H. I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SCHMITZ, H.; MOTA, D. M. da.; SILVA JÚNIOR, J. F. da. Gestão Coletiva de Bens Comuns e Conflito Ambiental: o Caso das Catadoras de Mangaba. In: Encontro da ANPPAS, 3., 2006. Brasília. **Anais...** Brasília: 2006. (CD-ROM)

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, p.99-122, fev. 2003.

SENA, M. das G. C. de. Um Olhar sobre o Trabalho Rural: As Representações das Mulheres de Taperoá – Bahia. **Magistra**. Cruz das Almas, v. 16, n. 2, p. 77-84, jul./dez. 2004.

SERGIPE. Decreto nº 12.723, de 20 de janeiro de 1992. Institui a Mangabeira, como Árvore Símbolo do Estado de Sergipe, e dá providências correlatas.

SHANLEY, P.; LUZ, L.; SWINGLAND, I. **A frágil promessa de um mercado distante**: um levantamento sobre o comércio de produtos florestais não-madeireiros em Belém. Belém: CIFOR, 2002. 24p. (mimeografado).

SHANLEY, P.; ROSA, N. A. Conhecimento em erosão: um inventário etnobotânico na fronteira de exploração da Amazônia Oriental. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, [], v.1, n.1, p.147-171, abr. 2005. (Série Ciências Naturais)

SILIPRANDI, E. Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.1, n.1, p. 61-71, jan./ mar. 2000.

SILVA JÚNIOR, J. F. da. A cultura da mangaba. **Revista Brasileira de Fruticultura** (apresentação), Jaboticabal, v.26, n.1, 2004.

SILVA JÚNIOR, J. F. da. Recursos genéticos da mangabeira nos tabuleiros costeiros e baixada litorânea do nordeste do Brasil. In: *ANAIS do Simpósio Brasileiro sobre a Cultura da Mangaba, 2003*. Aracaju. **Anais...** Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2003. (CD-ROM)

SILVA JÚNIOR, J. F.; ARAÚJO, I. A. de.; BARRETO NETO, M.; ESPÍNDOLA, A. C. de M.; CARVALHO, N. S. G. de.; MOTA, D. M. da.; Recursos Genéticos nos Tabuleiros Costeiros e Baixada Litorânea do Nordeste. In: SILVA JÚNIOR, J. F. da.;

LÉDO, A. da S. **A cultura da mangaba**. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2006. p.58-74.

SILVA JÚNIOR, J. F. da.; LÉDO, A. da S. Botânica. In: SILVA JÚNIOR, J. F. da.; LÉDO, A. da S. **A cultura da mangaba**. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2006. p.26-33.

SIMONIAN, L. T. L. **Mulheres da Amazônia brasileira**: entre o trabalho e a cultura. Belém: UFPA / NAEA, 2001. 270p.

SIQUEIRA, D. E. A organização das mulheres trabalhadoras rurais: O cruzamento de gênero e de classe social. In: TEIXEIRA, J. G. L. C.; SIQUEIRA, D. E.; PORTO, M. S. G. **Tecnologia agropecuária e a organização dos trabalhadores rurais**. Brasília: Universidade de Brasília, 1992. p.57-89.

VIEIRA NETO, R. D.; Manejo fitotécnico no cultivo da mangabeira. In: Simpósio Brasileiro sobre a Cultura da Mangaba, 2003. Aracaju. **Anais ...** Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2003. (CD-ROM).

YOUNG, C. E. F. Economia do extrativismo em áreas de Mata Atlântica. In: SIMÕES, L. L.; LINO, C. F. (orgs.). **Sustentável Mata Atlântica**. São Paulo: Senac, 2002. p. 173-183.

CAPÍTULO 2: METODOLOGIA

“A mãe do mato é a mãe dos passeios
ao campo da MANGABA, da
gramixama e da mixacurumba.”
(Fragmento do poema “Brasília”,
de Sosígenes Costa)

Trazer à tona os recônditos que circundam a prática do extrativismo é um dos pontos de extrema relevância neste trabalho. Para tanto, a atividade extrativista e seus conteúdos subjacentes foram analisados como parte de um processo social. A característica central da construção metodológica nesta pesquisa é a diversidade de procedimentos, com vistas a levantar o maior número de informações possíveis, relativas ao objeto de estudo que é o papel das mulheres no extrativismo da mangaba, através do estudo de uma população tradicional que tem se reproduzido num contexto de crescente valorização da fruta e do aumento das dificuldades de acesso aos campos nativos.

Neste âmbito, as formas de acesso aos recursos, o extrativismo no conjunto das atividades e na constituição da renda familiar, os saberes, as práticas de manejo e a relação homem-natureza, bem como a percepção da necessidade da manutenção da biodiversidade estão no foco da investigação.

2.1 – Campo de pesquisa

O presente estudo foi realizado em áreas de ocorrência natural de mangabeiras e onde a intensificação da produção de mudas para plantio vem se desencadeando em decorrência do aumento da demanda da fruta no mercado. Esta área localiza-se na faixa terrestre que inclui os povoados Olhos D’água, Capoã e Jatobá, no município de Barra dos Coqueiros, nos quais o extrativismo da mangaba é uma das principais fontes de geração de emprego e renda. O município tem 25% da sua população residindo no espaço rural, cujas principais atividades são a agricultura, o extrativismo (com destaque da mangaba), a pesca, o turismo e o artesanato.

Localizado na região leste do estado de Sergipe, o município de Barra dos Coqueiros (Figura 1) foi criado pela Lei Estadual nº 525-A de 25/11/1953 e possui

17.811 habitantes. Destes, 15.174 pessoas residem na zona urbana e 2.637 na zona rural, tendo o município uma densidade demográfica de 202,63 hab/km² (SERGIPE, 2000). Com uma área de 87,9 km² aproximadamente, sua localização é definida pela latitude 10°50'41" S e longitude 36°55'07" W; e sua jurisdição compreende a costa do Estado de Sergipe, desde a extremidade N da foz do Rio Sergipe até a divisa com o município de Pirambu através do Rio Japarutuba, apresentando limites a oeste com Santo Amaro das Brotas e a sudoeste com a capital Aracaju.

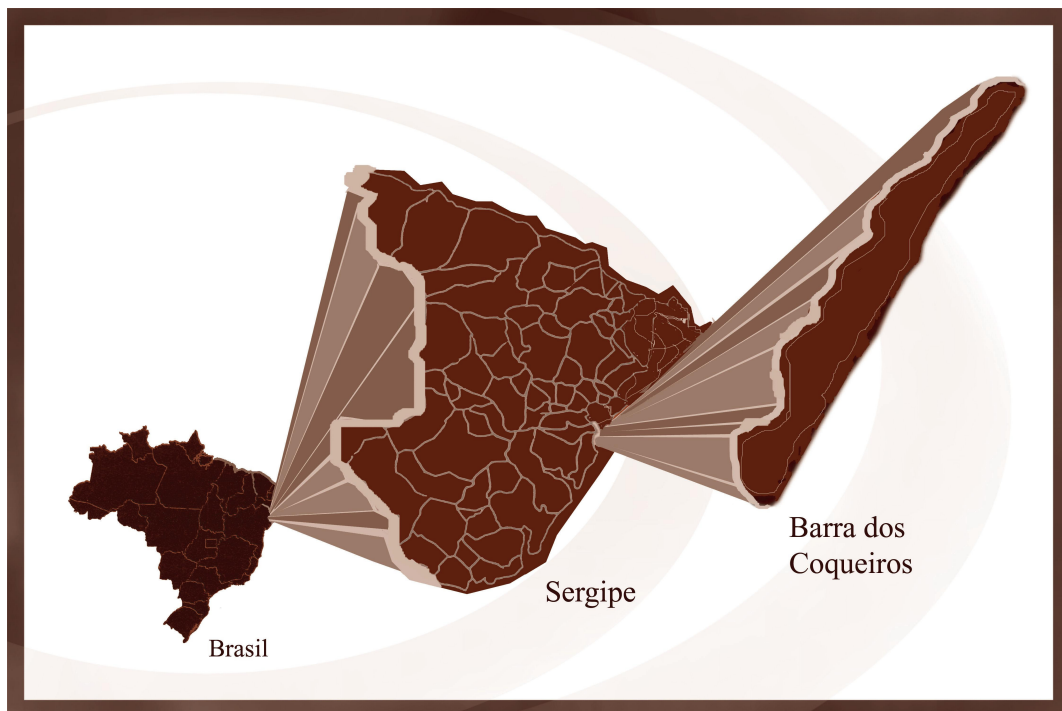


FIGURA 1: Localização geográfica do município de Barra dos Coqueiros

Barra dos Coqueiros tem se caracterizado pela crescente produção de mangaba, que, segundo dados do IBGE (2006), está estimada em quatorze toneladas anuais, classificando o município como quinto produtor estadual (Quadro 2). Apesar de muito próximo de Aracaju, o município ainda preserva a agricultura, o extrativismo e a pesca como importantes fontes de renda para a população, juntamente com o turismo que se encontra em forte processo de expansão.

QUADRO 2: Estimativa de produção da extração da mangaba nos municípios de Sergipe (IBGE, 2006)

Municípios	Estimativa de produção
Estância	315 toneladas
Pirambu	82 toneladas
Itaporanga	43 toneladas
Indiaroba	24 toneladas
Barra dos Coqueiros	14 toneladas
Santa Luzia do Itanhy	6 toneladas
São Cristóvão	5 toneladas
Japarutuba	5 toneladas
Pacatuba	2 toneladas

A escolha do município, como campo de pesquisa, deve-se a algumas particularidades: Primeiro pelo fato do mesmo apresentar uma crescente e significativa produção de mangaba num contexto de crescente pressão sobre as áreas remanescentes. O segundo, são as peculiaridades relativas ao início da prática na região e o envolvimento de mulheres na atividade. O terceiro, o reflexo econômico do extrativismo nas áreas e as diferentes formas de acesso aos campos nativos de mangaba. E um outro fato é que diferentemente dos demais municípios produtores da fruta, o município destaca-se pela sua proximidade da capital, o que facilita um rápido escoamento da produção, ao mesmo tempo em que abre precedentes para discussão de como remanescentes tão próximos da urbanização conseguiram manter-se nessa região e qual a contribuição das comunidades nesse processo.

O outro aspecto relevante foi o de apenas três povoados do município desenvolverem a prática extrativista. Dentre os sete povoados existentes em Barra dos Coqueiros constituem a amostra: Olhos D'água, Capoã e Jatobá (Figura 2). Os três foram escolhidos porque possuem sistemas diferentes quanto à domesticação, áreas comuns e privadas, acesso, quantidade de atores envolvidos e situações particulares de manejo quanto à percepção de conservação dos recursos extrativistas.

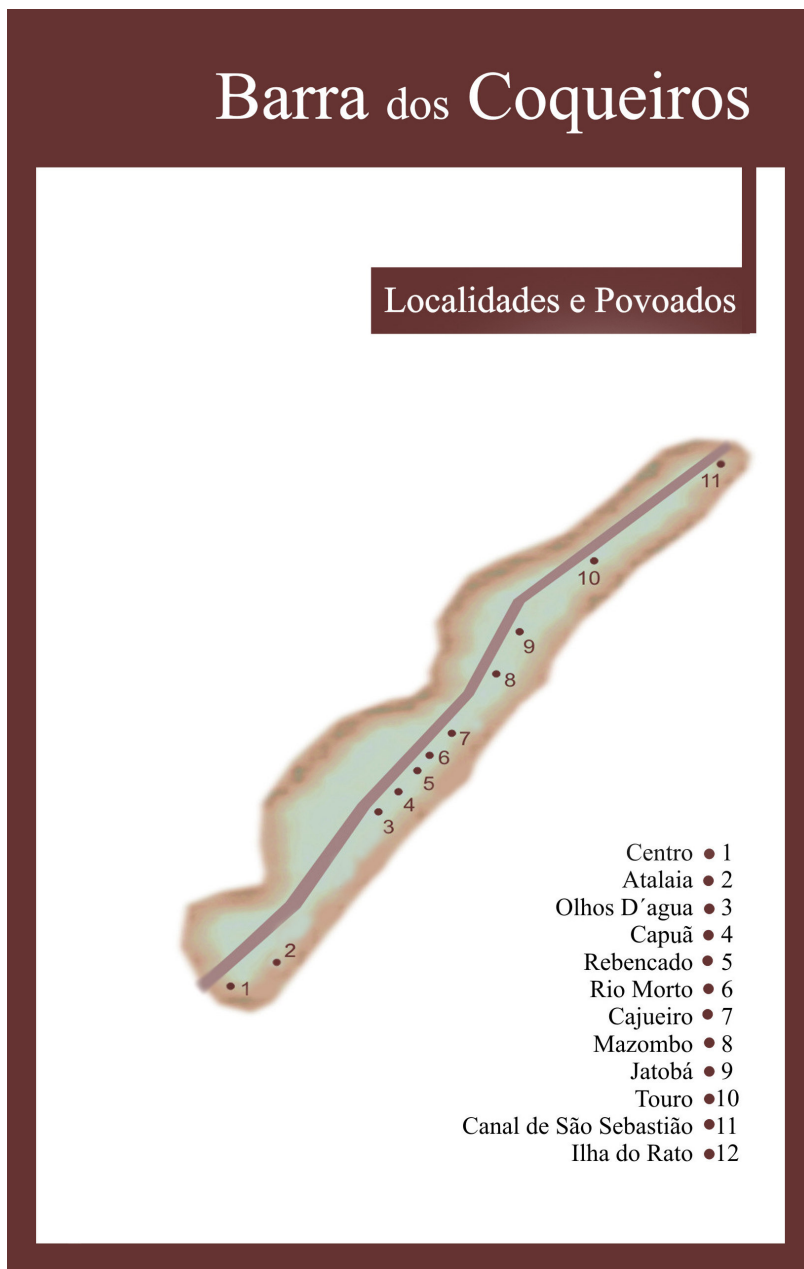


FIGURA 2: Barra dos Coqueiros: Localidades e povoados

2.2 – Procedimentos metodológicos e amostra

Levando-se em consideração o tema de estudo e os objetivos propostos, a metodologia adotada primou por abordagens qualitativas e quantitativas. Sendo que o enfoque qualitativo foi uma prioridade, através do qual o conteúdo abordado sobre o papel das mulheres e a conservação dos remanescentes pode ser analisado.

Em relação à abordagem qualitativa nos trabalhos acadêmicos, Cecília Minayo afirma que:

...a pesquisa social trabalha com gente, com atores sociais em relação, com grupos específicos. Esses sujeitos de investigação, primeiramente, são constituídos teoricamente enquanto componentes do objeto de estudo. No campo, fazem parte de uma relação de intersubjetividade, de interação social com o pesquisador, daí resultando um produto novo e confrontante tanto com a realidade concreta como com as hipóteses e pressupostos teóricos, num processo mais amplo de construção de conhecimentos (MINAYO, 1996, p.105).

Dessa forma, pode-se considerar que a metodologia qualitativa procura enfatizar, principalmente, o social como um mundo de significados passível de investigação e a linguagem comum ou a “fala” como matéria-prima, a ser contrastada com a prática dos sujeitos sociais (MINAYO; SANCHES, 1993).

O uso na investigação de metodologias distintas é importante para a construção correta dos dados, ajudando na reflexão sobre a dinâmica da teoria. Dessa forma, ao passo que o quantitativo é utilizado para abarcar grandes aglomerados de dados numéricos, classificando-os e tornando-os inteligíveis através de variáveis, o qualitativo trabalha com valores, crenças, representações, hábitos, atitudes e opiniões, remetendo-se à complexidade dos fenômenos, fatos e processo particulares de grupos.

Minayo e Sanches (1993) ressaltam em seu trabalho que nenhuma das abordagens, seja ela quantitativa ou qualitativa, é mais científica do que outra. Mesmo sendo de natureza diferente, as abordagens qualitativas e quantitativas podem e devem ser utilizadas como complementares, sempre que o planejamento da investigação estiver em conformidade.

Procurando-se evidenciar uma particularidade do campo de pesquisa, a partir de uma perspectiva de gênero, as catadoras de mangaba constituem, neste trabalho, o grupo central de análise.

2.2.1 – Revisão de literatura e levantamento de dados secundários

Os estudos teóricos foram fundamentais para a pesquisa e, através de um levantamento bibliográfico das categorias centrais de análise, foram examinados o papel

da mulher no espaço rural, no extrativismo e na sociedade contemporânea, o manejo tradicional, a conservação da biodiversidade, saberes, extrativismo, gênero, etc. O que favoreceu a estruturação do trabalho em temas-chave da pesquisa, como: O mapa do extrativismo e a caracterização de seus atores; O uso e conservação de recursos extrativistas por populações tradicionais e o extrativismo num recorte de gênero.

Inicialmente, a consulta à literatura referente ao extrativismo e populações tradicionais primou por autores como Diegues (1998; 2002), Diegues; Arruda (2001), Almeida (2004) e Faria et al (2005) e posteriormente estendeu-se a outros contextos do extrativismo e ação coletiva propostas por Hardin (1968), Homma (1993), Olson (1965), Schmitz; Mota; Silva Júnior (2006), dentre outros. A literatura referente a nova tipologia dentro das populações tradicionais, as catadoras de mangaba, foram utilizadas seguindo Mota; Silva Júnior; Gomes (2003a; 2003b), Mota; Silva Júnior (2003) e Mota; Santos (2005), referências fundamentais na caracterização dos atores da pesquisa. A abordagem de gênero foi evidenciada a partir de Garvía (1998), Outhwaite; Bottomore (1996), Simonian (2001), Cavalcanti; Ramos; Silva (1998), D'Incao; Cotta Júnior (2001), Hirata (1998), Maruani; Hirata (2003), Mendes (1985) num debate teórico que possibilitou uma inferência quanto à divisão de papéis na sociedade.

O ecofeminismo, corrente feminista de origem francesa, foi abordado no sentido de justificar a relação entre mulher e natureza a partir das autoras Di Ciommo (2003) e Siliprandi (2000) o que propôs uma discussão sobre o início da atividade extrativista e a presença feminina na região.

Os termos conhecimento tradicional ou conhecimento popular foram utilizados seguindo Martin (2000) citado por Fonseca-Kruel; Peixoto (2004), Reis et al (2002) e Castro (1997) e referem-se ao saber das populações locais sobre o ambiente, e considera-se conhecimento científico como a informação derivada da pesquisa.

O levantamento de dados secundários deu-se através da consulta aos documentos disponíveis sobre o município. Por ser uma região em que a intervenção governamental foi inexistente, nas últimas décadas, não existem dados sistematizados sobre a ocupação das áreas, atividade extrativista, dentre outros. A ausência de documentos que retratassem a dinâmica de ocupação dessas áreas e o início da atividade serviu como um desafio na busca de informações diretas com os atores.

2.2.2 – Amostra

Uma particularidade neste trabalho é o recorte de gênero. No primeiro momento da pesquisa, tornou-se relevante a informação acerca da coleta da mangaba ser uma atividade que foi iniciada por mulheres. Apesar da presença de homens na atividade, a predominância feminina acabou sendo o ponto central da análise.

Sendo o extrativismo caracterizado pela maioria dos entrevistados como um trabalho feminino, as mulheres, catadoras de mangaba, foram as informantes ou alvo preferenciais da pesquisa, por participarem de todas as etapas do extrativismo, desde a coleta da fruta, beneficiamento e comercialização, além de serem as responsáveis pelas atividades domésticas.

Na tabela 1 estão descritos quantitativamente os instrumentos utilizados e os respectivos locais onde foram aplicados, ou seja, os pontos constituintes da amostragem.

TABELA 1: Instrumentos metodológicos utilizados e locais de aplicação e quantidade de atores envolvidos.

Instrumentos \ Povoados	Nº de entrevistados		Nº de questionários ¹³		Nº de transects	Total de catadores existentes por povoado ¹⁴
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres		
Olhos D'água ¹⁵	-	04	-	-	03	15
Capoã	05	07	11	29	03	200
Jatobá	02	03	-	-	03	15
Total	07	14	11	29	09	230
	21		40			

¹³ A circunstância que marcou o uso de questionários, exclusivamente no povoado Capoã, foi o número muito grande de pessoas envolvidas na atividade e a aplicação dos mesmos deu-se por família e não individualmente.

¹⁴ Esses dados tratam-se de uma estimativa do total de catadores (homens e mulheres) no município.

¹⁵ Somente no povoado Olhos D'água nenhum homem foi localizado para a entrevista, o único catador descoberto desenvolve a prática no povoado Capoã em uma propriedade particular através do sistema de meia.

2.2.3 – Entrevistas: semi-estruturadas e questionários

O levantamento de informações primárias deu-se, inicialmente, em março de 2005. Nesta oportunidade foram contatados dois catadores (sendo um homem e uma mulher) de estabelecimentos distintos no povoado Capoã, lócus de referência na produção de mangaba no município. Nesse primeiro encontro direto, as entrevistas tiveram como objetivo levantar dados iniciais relativos à área e à atividade, utilizando como variáveis: número de estabelecimentos, formas de acesso, regime de propriedade, horários de coleta, as relações de gênero e a divisão social do trabalho. A partir daí, novas idas a campo foram realizadas e concomitantes, todos os comportamentos observados e informações dadas pelas catadoras foram registradas em diários de campo.

Com um levantamento prévio dos locais onde era comum a prática do extrativismo, um novo contato foi agendado nos povoados Olhos D'água, Capoã e Jatobá, em julho de 2005. Nessa oportunidade, duas catadoras de cada povoado (com exceção do Povoado Jatobá em que, por ocasião da pesquisa, um homem também foi entrevistado) foram consultadas a cerca da prática extrativista e das particularidades de cada região.

Foram utilizadas as mesmas variáveis consideradas em março de 2005, o que possibilitou estabelecer um comparativo de situações pertinentes a cada área com opiniões e observações dos catadores em relação ao extrativismo. No total foram entrevistadas vinte e uma pessoas, sendo que quatorze eram mulheres e sete eram homens. Com as entrevistas buscou-se, prioritariamente, o conhecimento que as catadoras tinham sobre a história do uso de plantas, da dispersão de sementes, da tipologia de folhas, frutos e da própria mangabeira e sobre o ambiente.

Uma caracterização da área e das condições de acesso aos recursos extrativistas e uma análise da importância do extrativismo no conjunto de atividades foram realizadas. Nesse contexto, também foram verificados a divisão social do trabalho, as relações sociais de gênero, os saberes locais, as técnicas utilizadas no manejo tradicional, a participação das mulheres nas atividades extrativistas, na organização da produção, na comercialização e na constituição da renda familiar e especificamente a compreensão do papel dessas populações na conservação da biodiversidade. Os dados

derivados da aplicação das entrevistas foram gravados e transcritos e as observações foram registradas posteriormente.

Tendo em vista a composição de um quadro quantitativo do objeto de estudo com o propósito de dar uma maior visibilidade da importância do universo da pesquisa, foram aplicados quarenta questionários no povoado Capoã, devido ao mesmo apresentar o maior número de plantas e de catadoras e a maior produção do município. Todas as famílias dessa localidade que dependem do extrativismo da mangaba foram visitadas, no período de agosto a outubro de 2006. Algumas das variáveis utilizadas no questionário foram: idade, estado civil, escolaridade, atividades desenvolvidas, rendas familiares, caracterização das áreas, histórico, acesso, uso, disponibilidade e conservação dos recursos.

Sendo o questionário, em sua maioria, composto de perguntas fechadas, algumas observações e particularidades de cada estabelecimento foram registradas, com a finalidade de compreender a dinâmica dessas comunidades na construção de seus conhecimentos. Os dados analisados foram utilizados na composição do mapa do extrativismo, bem como na caracterização dos atores envolvidos.

As entrevistas realizadas e os questionários aplicados possibilitaram evidenciar acontecimentos referentes não somente ao presente, mas também ao passado e foram necessários no sentido de identificar se em ambas as localidades a mangaba é de fato uma importante alternativa de renda.

2.2.4 – Caminhadas transversais

Durante o período da pesquisa também foram realizadas caminhadas transversais nos diferentes povoados com objetivo de fazer um diagnóstico visual das áreas, possibilitando reflexões sobre a conformação da paisagem nos diferentes locais. Essas caminhadas serviram de base na visualização sistemática do ambiente. Essa técnica foi um ponto-chave na pesquisa, pois permitiu representar o olhar crítico do observador acerca do local, através da construção de esquemas e da compreensão do uso dos recursos, manejo, formas de acesso e conservação das plantas pelos atores envolvidos.

2.2.5 – Observação participante

Simultâneas as idas a campo e independentemente dos seus objetivos, as observações foram uma constante. Durante aproximadamente dois anos, no período de março de 2005 a dezembro de 2006, as visitas aos espaços de coleta da mangaba, beneficiamento, comercialização e de realização da vida social foram efetivadas. Nesses momentos, foram feitos registros e um deles ofereceu a probabilidade de os instrumentos utilizados não serem capazes de identificá-lo. Seria o registro da prática dos atores da pesquisa in loco, com o intuito de verificar se de fato o que eles diziam nas entrevistas estava de acordo com a realidade.

De início, as visitas soavam estranhamente como uma invasão de privacidade e intimidava-os no momento de cata da mangaba, mas, com a frequência dos encontros e do estabelecimento de laços de amizade, começou a se instituir uma certa naturalização da presença do observador, o que facilitou o trabalho.

Com relação às mulheres, havia uma particularidade nas observações: os espaços da casa e de cata eram confundidos devido à alternância constante das atividades. Como num processo de simbiose, os cuidados com a família eram estendidos de forma semelhante às plantas e o comportamento registrado primava por uma certa intimidade no trato, o que caracterizava os momentos de cata como de lazer. Nesses momentos de constante interação, conversas informais se estabeleceram, o que viabilizou um rico e detalhado levantamento de informações.

2.3 – Análise dos dados

As informações derivadas da realização das entrevistas e observação participante foram analisadas a partir das análises já existentes na literatura sobre gênero (DI CIOMMO, 2003; MENDES, 1985; SILIPRANDI, 2000; SIMONIAN, 2001; CAVALCANTI; RAMOS; SILVA, 1998; D'INCAO; COTTA JÚNIOR, 2001; GARVÍA, 1998; HIRATA, 1998; MARUANI; HIRATA, 2003; OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996), extrativismo (ALMEIDA, 2004; HARDIN, 1968; HOMMA, 1993;) e catadores de mangaba (MOTA; SILVA JÚNIOR; GOMES, 2003a; 2003b;

MOTA; SILVA JÚNIOR, 2003; MOTA; SANTOS, 2005; REIS et al, 2002) e naquela relativa às populações tradicionais e à conservação da biodiversidade na sociedade moderna (CASTRO, 1997; DIEGUES, 1998; DRUMMOND, 2002; FARIA et al, 2005).

Os dados derivados da aplicação dos questionários foram analisados através de uma planilha estatística especificamente desenvolvida a partir do programa Excel. Essa análise possibilitou a elaboração de gráficos e tabelas, assim como o cruzamento de informações, cujo objetivo foi fazer uma análise quantitativa, inexistente na literatura secundária.

2.4 – Referências bibliográficas

- ALMEIDA, M. W.B. **As reservas extrativistas e as populações tradicionais.** Entrevista do mês. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/entrevistas/almeida.htm>> Acesso em 14 set. 2004.
- CASTRO, E. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: CASTRO, E.; PINTON, F (orgs.). **Faces do Trópico Úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente.** Belém: Cejup, 1997. p.263 – 283.
- CAVALCANTI, J. S. B.; RAMOS, J. V. R.; SILVA, A. C. B. da. O Trabalho Feminino na Agricultura de Exportação. As Trabalhadoras na Viticultura. In: ABRAMO, L. & ABREU, A. R. de P. (orgs.). **Gênero e trabalho na sociologia latino-americana.** São Paulo: ALAST, 1998. p.101-114.
- DI CIOMMO, R. C. Relações de gênero, meio ambiente e a teoria da complexidade. **Revistas Estudos Feministas**, Florianópolis, v.11, n.2, p.423-443, jul./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br>> Acesso em 20 nov. 2005.
- DIEGUES, A. C. S. Aspectos sociais e culturais do uso dos recursos florestais da Mata atlântica. In: SIMÕES, L. L.; LINO, C. F. (orgs.). **Sustentável Mata Atlântica.** São Paulo: Senac, 2002. p. 135-158.
- DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: Hucitec, 1998. 169p.
- DIEGUES, A. C.; ARRUDA, R. S. V. (orgs.). **Saberes Tradicionais e biodiversidade no Brasil.** *Brasília*: Ministério do Meio Ambiente, São Paulo: USP, 2001.
- D'INCAO, M. A.; COTTA JÚNIOR, H. Transformações e Permanências no Espaço Feminino na Agricultura Familiar. In: D'INCAO, M. A., ALVARES, M. L. M.; SANTOS, E. F. **A Mulher e Modernidade na Amazônia.** Belém: GEPEN/CFCH/UFPB, 2001. p. 429-465.
- DRUMMOND, J. A. Natureza rica, povos pobres? – Questões conceituais e analíticas sobre o papel dos recursos naturais da prosperidade contemporânea. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, n.10, p. 45-68, jan./ jun. 2002.
- FARIA, I. M., VALENCIO, N. L. da S., MANCUSO, M. I. R.; SILVA, M. A. de M. Vozes e imagens do rio São Francisco: um estudo sobre populações tradicionais e problemas ambientais. In: BRUMER, A., PIÑERO, D.; LEPRI, M. C. ... [et al]. **Agricultura Latino-americana: novos arranjos e velhas questões.** Porto Alegre: UFRGS, 2005. p. 259-286.

FONSECA-KRUEL, V. S. da.; PEIXOTO, A. L. Etnobotânica na Reserva Extrativista de Arraial do Cabo, RJ, Brasil. **Acta Botanica Brasílica**, São Paulo, v.18, n.1, p.177-190, jan./ mar. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>> Acesso em 29 out. 2005.

GARVÍA, R. **Conceptos fundamentales de Sociología**. Madrid: Alianza Editorial, 1998. 115p.

HARDIN, G. **The tragedy of the commons**. Science 162:1244-8, 1968.

HIRATA, H. Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero. **Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho**, Campinas, n. 7, p. 5-27, 1998.

HOMMA, A. K. O. **Extrativismo vegetal na Amazônia: limites e oportunidades**. Brasília: Embrapa-SPI, 1993. 202p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção da extração vegetal e silvicultura**; Malha Municipal digital do Brasil: situação em 2005. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php> Acesso em 10 ago. 2007.

MARUANI, M.; HIRATA, H. (Orgs.). **As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho**. São Paulo: Senac, 2003.

MENDES, M. A. Estudos feministas: entre perspectivas modernas e pós-modernas. **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife, v.1, p.223-237, sem. 1985.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. Abrasco: São Paulo; Rio de Janeiro, 1996.

MINAYO, M. C. de S.; SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n.3, p.239-262, jul./set. 1993.

MOTA, D. M. da.; SANTOS, J. V. dos. Populações tradicionais e conservação dos remanescentes de mangabeira na Barra dos Coqueiros/Sergipe. In: III Congresso Brasileiro de Agroecologia, 3., 2005. Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2005.

MOTA, D. M. da.; SILVA JÚNIOR, J. F. da. Populações Tradicionais e Formas Coletivas de Gestão das áreas de ocorrência natural de mangabeira. **Raízes: Revista de Ciências sociais e econômicas**, Campina Grande, v.22, n.2, p.225-233, jul./dez. 2003.

MOTA, D. M. da, SILVA JÚNIOR, J. F. da.; GOMES, J. B. V. Lógicas de reprodução social de uma população tradicional de catadores de mangaba no litoral sul sergipano. In: Simpósio Brasileiro sobre a Cultura da Mangaba, 2003. Aracaju. **Anais...** Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2003a.

MOTA, D. M. da, SILVA JÚNIOR, J. F. da.; GOMES, J. B. V. Representações de uma população tradicional de catadores acerca do extrativismo da mangaba no litoral sul de Sergipe. In: Simpósio Brasileiro sobre a Cultura da Mangaba, 2003. Aracaju. **Anais...** Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2003b.

OLSON, M. **The logic of collective action.** Cambridge, MA: Harvard University Press, 1965. 186p.

OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento social do século XX.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1996.

REIS, M. S. dos; MARIOT, A.; CONTE, R.; GUERRA, M. P. Aspectos do manejo de recursos da Mata Atlântica no contexto ecológico, fundiário e legal. In: SIMÕES, L. L.; LINO, C. F. (orgs.). **Sustentável Mata Atlântica.** São Paulo: Senac, 2002. p.159-171.

SCHMITZ, H.; MOTA, D. M. da.; SILVA JÚNIOR, J. F. da. Gestão Coletiva de Bens Comuns e Conflito Ambiental: o Caso das Catadoras de Mangaba. In: Encontro da ANPPAS, 3., 2006. Brasília. **Anais...** Brasília: 2006. (CD-ROM)

SERGIPE. Secretaria do Estado do Planejamento e da Ciência e Tecnologia – SEPLANTEC. *Informes Municipais*, Aracaju, 2000. 75 v.

SILIPRANDI, E. Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.1, n.1, p. 61-71, jan./ mar. 2000.

SIMONIAN, L. T. L. **Mulheres da Amazônia brasileira:** entre o trabalho e a cultura. Belém: UFPA / NAEA, 2001. 270p.

CAPÍTULO 3: DO EXTRATIVISMO AO CONSUMO: ECOSSISTEMA, ATORES E CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO DA MANGABA EM BARRA DOS COQUEIROS/SE.

“Boca de auto falante bem de longe se escuta,
com cesto na cabeça na praça ou na feira
anuncia a fruta:
“olha a MANGABA!!!!!”
Trecho da música “Mangaba madura” de Nino Karva

Resumo

O extrativismo da mangaba é uma atividade que nos anos noventa assumiu uma significativa importância na constituição da renda familiar no município de Barra dos Coqueiros. Tal situação é confirmada quando os nativos descrevem as várias fases porque passaram o extrativismo e a agricultura no município. O presente artigo objetiva fazer uma caracterização do extrativismo da mangaba, desde o momento da coleta da fruta até a sua comercialização, destacando os atores de pesquisa – as catadoras de mangaba – bem como os canais de comercialização e os consumidores. A metodologia constou de abordagens qualitativas e quantitativas, fundamentais para a composição do mapa do extrativismo da mangaba na região.

Palavras-chave: extrativismo da mangaba (*Hancornia speciosa* Gomes), catadoras, ecossistema, comercialização.

Abstract

The extraction of mangaba is an activity that in the 90's gained a significant importance in contributing to the family income on the town of Barra dos Coqueiros. Such situation is confirmed when the natives describe the various phases through which extraction and agriculture in town have been. The present article aims in characterizing the extraction of mangaba, since the picking of the fruit to its commercialization, highlighting the research actors – the fruit-pickers of mangaba – as well as its commercialization channels and consumers. The methodology is formed with quantitative and qualitative approaches, very important for the formation of the extraction map of mangaba in the region.

Keywords: extraction of mangaba (*Hancornia speciosa Gomes*), fruit-pickers, ecosystem, commercialization.

3.1 – Introdução

Nos últimos anos, uma nova tendência tem mobilizado os mercados nacional e internacional, o aumento da demanda de consumidores (exigentes e preocupados com hábitos saudáveis) por produtos naturais e exóticos (MOTA, 2005). Um reflexo é a presença nas gôndolas de supermercados da polpa de frutas nativas como umbu, cajá, mangaba, dentre outros, que até certo tempo atrás se restringia às feiras livres.

A mangaba é uma das frutas que devido ao seu excelente aroma e sabor tem ocupado um espaço no mercado de consumo e atendido demandas que até então não existiam. Utilizada cada vez mais para a fabricação de polpas congeladas, sucos e sorvetes, além do consumo “in natura”, em outras regiões do país tem sido muito utilizada no fabrico de xaropes, licor, doces, compotas e geléias.

A mangabeira é uma espécie de ampla distribuição geográfica. Sua ocorrência é registrada desde o estado do Amapá até São Paulo, associada às vegetações de restinga, cerrados, tabuleiros e baixadas litorâneas. Endêmica nos biomas situados nas regiões centro-oeste, norte e nordeste, nesta última sua ocorrência é mais significativa (SILVA JÚNIOR et al, 2006).

Os solos em que a mangabeira se desenvolve são pobres e de textura arenosa, estendendo-se desde os Neossolos Quartzarênicos até os argissolos e latossolos, além da região do cerrado brasileiro, a mangabeira também está associada a solos do tipo concrecionários e Neossolos Litólicos (CHAVES; MOURA, 2003; LEDERMAN et al, 2000; RIEDER et al, 2003; NOGUEIRA; ALBUQUERQUE, 2006).

Em Sergipe as mangabeiras encontram-se em áreas tabulares costeiras e baixada litorânea. No entanto, a sua disponibilidade encontra-se ameaçada por vários fatores dentre eles fragmentação florestal, expansão imobiliária, turismo e aumento das áreas cultivadas pela cana-de-açúcar, coqueiro, pastagens. Diferente do que ocorre no estado, no município de Barra dos Coqueiros a ameaça decorre da forte expansão urbana,

agravada pela construção de uma ponte liga a Barra a capital Aracaju e pelo fato de serem áreas relativamente próximas da capital e de grande beleza.

Em Barra dos Coqueiros, a mangabeira é de ocorrência natural em todo o município, mas predomina geograficamente nos povoados Olhos D'água, Capoã, e Jatobá. Nesses povoados a ação das populações extrativistas contribuiu para o aumento do número de plantas nos estabelecimentos privados, e na área de acesso comum a densidade foi elevada pelo processo natural de regeneração do ambiente.

Considerando esse contexto, o presente artigo objetiva fazer uma caracterização do extrativismo no município, desde o momento da coleta da fruta até a sua comercialização, destacando os atores de pesquisa – as catadoras de mangaba – bem como os canais de comercialização e os consumidores.

A metodologia de pesquisa consta de uma diversidade de procedimentos que visam analisar tanto qualitativa quanto quantitativamente processos e atores através do uso de instrumentos como entrevistas tipo questionários e semi-estruturadas, observação participante e caminhadas transversais.

Os dados foram analisados centrando-se nas características dos processos e atores envolvidos – as catadoras de mangaba – e nos conhecimentos por elas apresentados. A análise dos dados obtidos via questionários foi realizada através de uma planilha estatística especificamente desenvolvida a partir do programa Excel.

3.2 – O MAPA DO EXTRATIVISMO NO MUNICÍPIO DE BARRA DOS COQUEIROS

3.2.1 – Um breve perfil dos atores de pesquisa

O extrativismo da mangaba conforme o resultado apresentado na Figura 3 é desenvolvido predominantemente por mulheres que estão numa faixa etária média de quarenta anos.

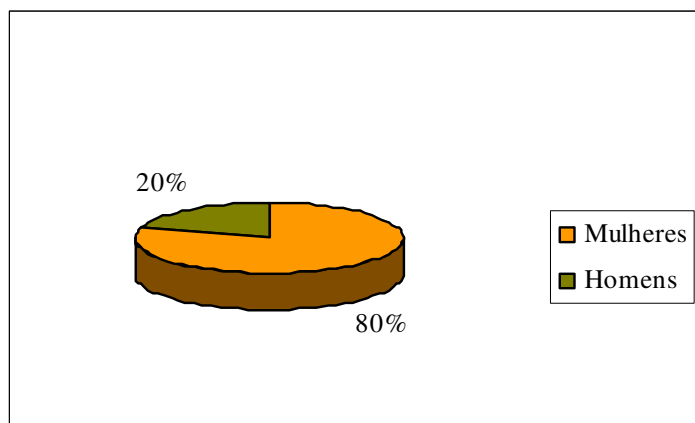


FIGURA 3: A participação no extrativismo por gênero segundo os entrevistados

A atividade mesmo com o aumento na participação de homens e até crianças nos últimos anos face a valorização da fruta, conta com a predominância das mulheres que tem concentrado socialmente no extrativismo suas tarefas.

Uma outra grande característica do extrativismo da mangaba é que a sua realização se dá em grupos, o que possibilita o aprendizado nos diferentes espaços de coleta, com a presença das catadoras mais velhas. A transmissão dos saberes ocorre quando as catadoras, com propriedade e segurança, falam e mostram aos mais jovens como se deve proceder na atividade. Nos momentos de interação entre as catadoras mais velhas e as mais jovens regras são construídas socialmente no que é possível ou não fazer na atividade.

Das entrevistadas 64% são casadas (Figura 4), e suas famílias relativamente pequenas, cerca de 35 %, apresentam em média de um a dois filhos (Figura 5).

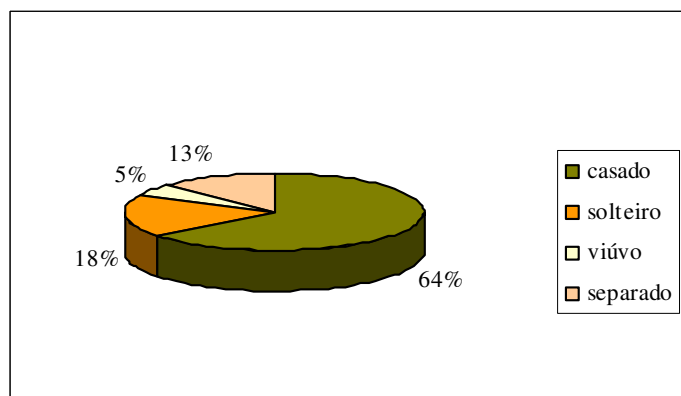


FIGURA 4: Situação conjugal dos entrevistados

Apesar do número de filhos por casal e por catadora ser pequeno observa-se nos espaços de moradia a aglomeração de famílias. Ou seja, filhos que casam e levam suas mulheres e filhos para morarem junto com os pais. Situação parecida ocorre nos estabelecimentos particulares, sendo que ao invés de várias famílias ocuparem a mesma casa elas compartilham o estabelecimento e se estabelecem na propriedade construindo várias casas próximas aos seus genitores. Essa situação acaba justificando a baixa escolaridade dos envolvidos, além da dupla jornada da mulher nos espaços da casa e do campo.

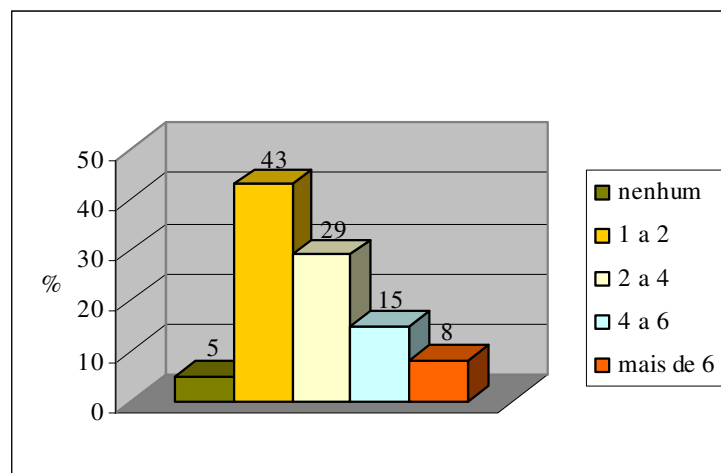


FIGURA 5: Número de filhos por família

O baixo nível de escolaridade, conforme o apresentado na Figura 6, é uma das características dos entrevistados. Dos entrevistados, 55% estudaram até o ensino fundamental não concluindo o curso na maioria dos casos. Tal situação reflete diretamente no desenvolvimento da atividade, seja através da baixa auto-estima, na ausência de organização e na luta pela melhoria dos serviços.

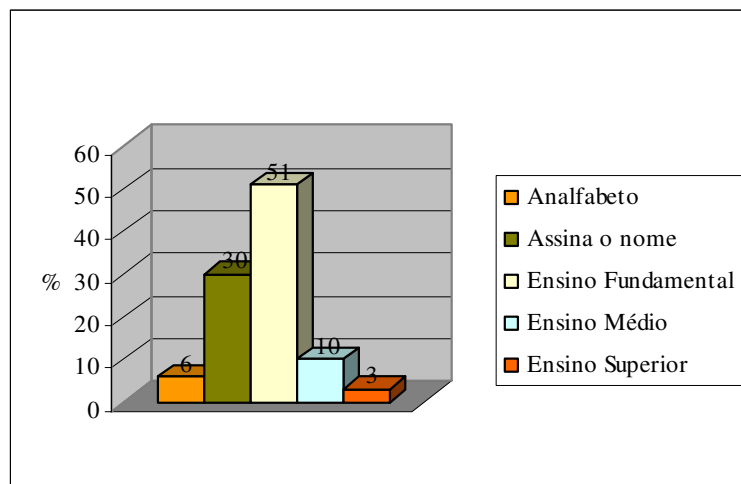


FIGURA 6: Escolaridade dos entrevistados

Apesar da predominância das mulheres na atividade, 62% delas não se caracterizam como chefes de família (Figura 7). Sendo essa condição designada aos homens, que apesar de muitas vezes ter uma renda relativamente inferior a da mulher, figura o papel, a partir de construções sociais, de chefe de família.

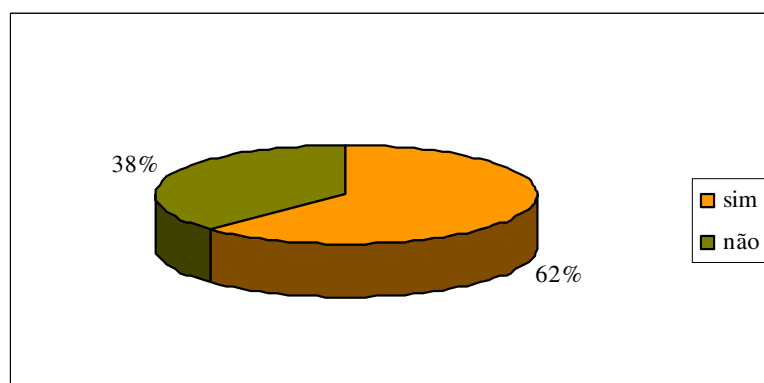


FIGURA 7: Chefes de família

De fato, as relações de gênero nas diferentes sociedades são fundamentadas e praticadas com base na divisão sexual do trabalho e, por sua vez, determinadas por uma valoração ao trabalho desempenhado pelo homem e pela mulher (FIGUEIREDO, 2005). No padrão tradicional dominante, a divisão sexual do trabalho também estabelece relações de subordinação de um sexo sobre o outro.

3.2.2 - A importância do extrativismo na renda familiar

De certo o extrativismo, dentro do conjunto de atividades desenvolvidas pelo grupo familiar, é uma atividade extremamente relevante diante das demais culturas por constituir 63% da renda conforme apresentado na Figura 8.

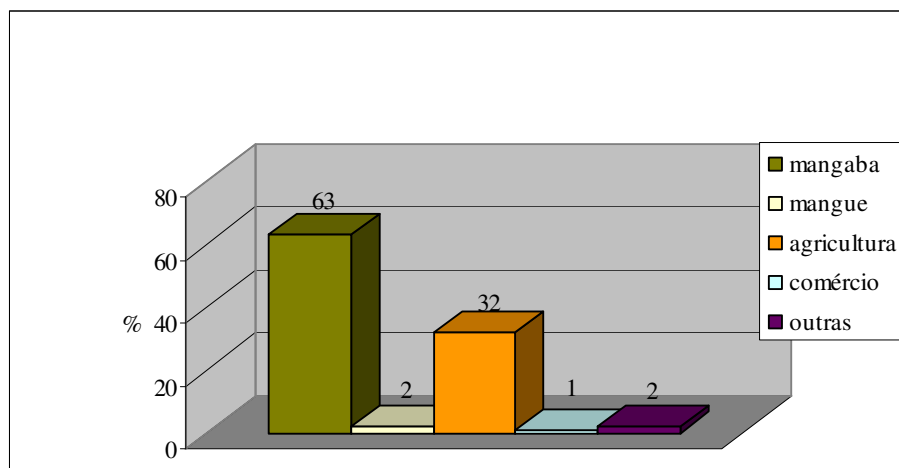


FIGURA 8: Atividades desenvolvidas pelo grupo familiar

O dado apresentado rompe tradicionalmente com a análise que atribuía à agricultura a condição de atividade principal, representada na região pela cultura do coco e das roças de maxixe e quiabo, o maior índice na constituição do patrimônio familiar. Independente do regime de propriedade em questão os dados mostram que a mangaba é uma significativa fonte de renda, possivelmente por não apresentar custos na produção (DRUMMOND, 2002). Como o extrativismo é uma atividade sazonal, a combinação de diferentes atividades é uma alternativa para suprir as necessidades, sendo que alternância mangaba/mangue é muito comum, e o extrativismo de produtos do manguezal é uma importante fonte de subsistência (MOTA; SILVA JÚNIOR; GOMES, 2003a; MOTA; SILVA JÚNIOR; GOMES, 2003b; MOTA; SILVA JÚNIOR, 2003; MOTA; SANTOS, 2005).

As políticas sociais ainda são um meio considerável na constituição da renda familiar. De acordo com a Figura 9, as rendas familiares derivadas de políticas sociais são o bolsa família com 51 %, a aposentadoria pelo Funrural com 43% e o defeso com 6%. Apesar de ser uma ação emergencial e temporária do Programa Fome Zero, o bolsa família representa uma significativa fonte de renda, expressiva nas épocas de entressafra da mangaba. Já nas famílias que apresentam idosos a aposentadoria pelo Funrural é a

base econômica mais importante. Assim, como nas famílias em que as catadoras são também pescadoras e marisqueiras, o defeso é uma política essencial.

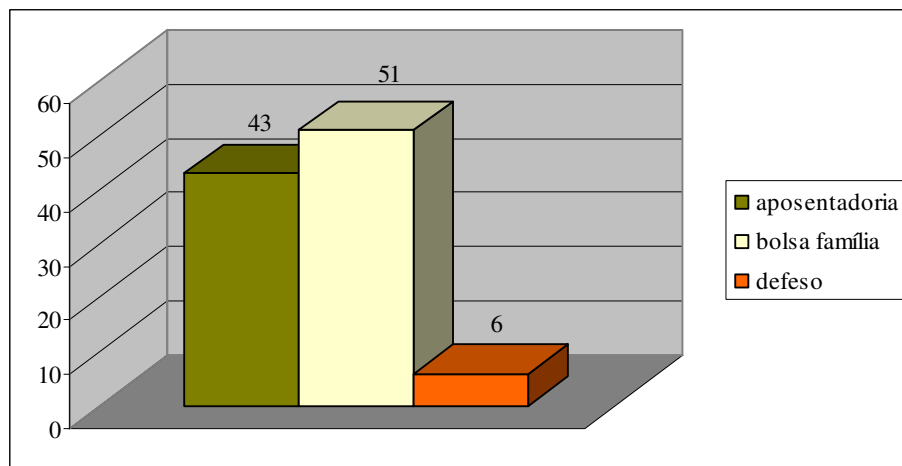


FIGURA 9: Rendas familiares derivadas de políticas sociais

3.2.3 – Caracterização do ecossistema e do sistema de recursos

De acordo com 97% dos entrevistados (Figura 10) o número de mangabeiras atual é relativamente superior a tempos pretéritos (cerca de vinte a trinta anos atrás). O que possivelmente se deve a valorização econômica da fruta, evidenciada com o reconhecimento da atividade pelos homens (visto que anteriormente a atividade era desenvolvida só por mulheres) e com o aumento na concentração de mangabeiras nas áreas.

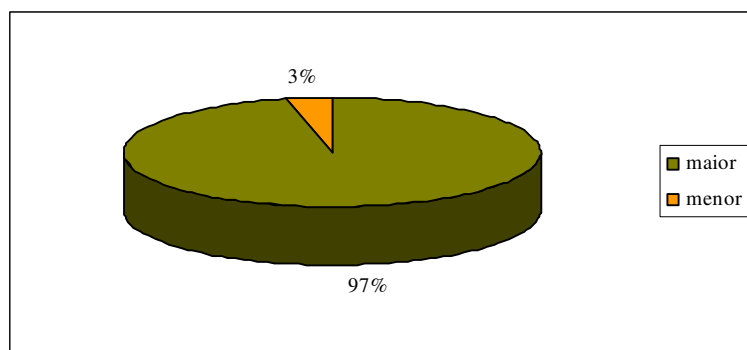


FIGURA 10: Quantidade de mangabeiras hoje em relação há 30 anos.

Há cerca de 30 anos o uso da mangaba era mais voltado para o consumo sendo lentamente introduzida na comercialização. Como o acesso nessa época se dava às áreas livre sem dono, ou nas áreas privadas sem necessidade de permissão, então a mangaba

era considerada uma fruta sem valor, sem relevância econômica, daí então a participação das mulheres na atividade. São elas que descrevem a paisagem de tempos anteriores fazendo menção a um passado em que as terras eram de poucos donos e de áreas que nem donos apresentavam. Portanto, a facilidade de se catar mangaba no passado.

A paisagem estava formada por uma vegetação densa que possibilitava o aparecimento de animais e favorecia a caça e o extrativismo além do uso da terra para o plantio de roças. Com a abertura de rodovias e estradas a paisagem mudou, havendo um aumento na privatização das áreas para a construção de casas de campo para veraneio. Junto a esse advento chegaram a energia elétrica, água encanada e sistema de telefonia, e comunidades antes isoladas tiveram acesso facilitado a outras áreas.

É importante destacar que os entrevistados conhecem toda a área e conseguem classificar os estabelecimentos quanto ao número e disposição das plantas em meio às demais. O reconhecimento da região é de suma importância porque demonstra o quanto essas pessoas têm seu ritmo de vida aliado a esse espaço e possivelmente contribua para um melhor uso dos mesmos. Para Albuquerque e Andrade (2002) o conhecimento acumulado pelas populações locais constitui uma importante ferramenta que pode valer um bom planejamento e manutenção de áreas.

A forma de manutenção da paisagem é mostrada na Figura 11. De acordo com a percepção dos entrevistados, dos campos remanescentes 54% são nativos conservados, 40% são cultivados e 6 % regenerados. O que representa que a atuação dos grupos extrativistas no sentido de manter os recursos tem sido válido para algumas áreas, a exemplo do Povoado Capoã. Apesar de não se tratar de dados provenientes do uso de equipamentos para o cálculo da área, o dado apresentado prima pela percepção dos entrevistados, de como eles vêem a região em relação a tempos pretéritos.

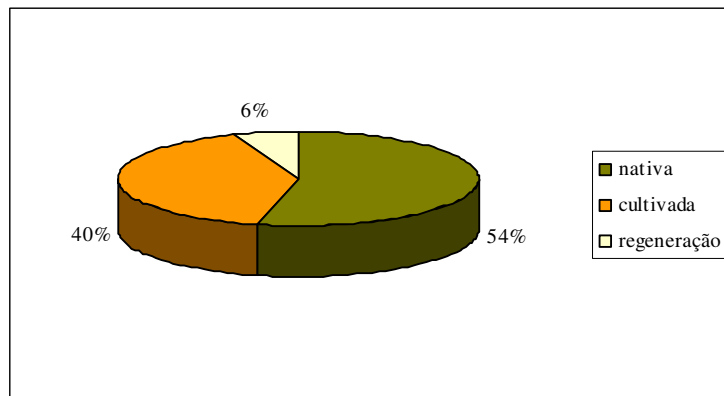


FIGURA 11: Vegetação no entorno das mangabeiras

O que caracteriza a atuação das catadoras de mangaba são as descrições do ecossistema através do tipo de terreno, do relevo, da vegetação nativa e o tempo de vida das plantas ao qual eles têm seu meio de vida associado, no caso a mangabeira. É dos saberes que demanda os cuidados inerentes à cultura e a reprodução de mudas, conforme está destacado na Figura 12, em que 51% dos entrevistados apresentam cuidados específicos no trato com as plantas, como: limpa do terreno, retirada de folhas e galhos secos, dentre outros. Destes, 13 e 29% fazem e plantam mudas em suas áreas, aumentando a densidade em suas propriedades.

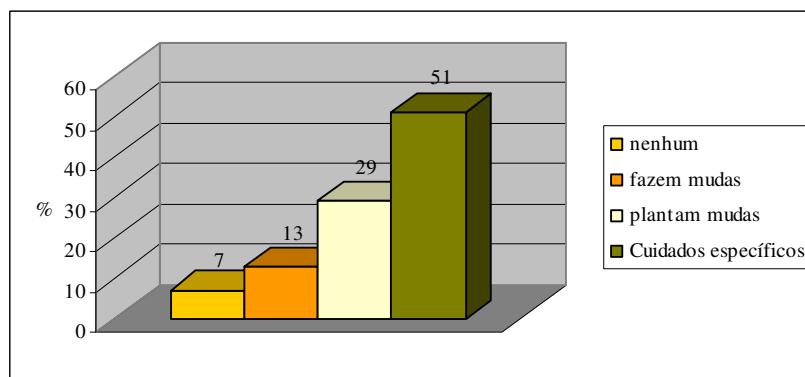


FIGURA 12: Manejo das mangabeiras

A necessidade de novas oportunidades econômicas e a valorização da fruta fez com que essas comunidades desenvolvessem conhecimentos relativos à produção de mudas (seja através da seleção e uso de sementes para a semeadura direta e/ou produção de mudas em pequenos sacos ou de brotos naturais) e propagação das plantas, espaçamento entre os pés de em média três metros. O desenvolvimento e a fenologia da planta, assim como peculiaridades na produção e na forma dos frutos são registros dos

saberes produzidos. E de como tais conhecimentos são relevantes para a reprodução desse patrimônio genético.

3.2.4 – Disponibilidade, conservação e uso dos recursos hoje.

A cata da mangaba é realizada sempre nos mesmos lugares, para os que se limita a uma única forma de acesso, onde cerca de até dez mangabeiras são visitadas por dia no tempo da safra. Para o desenvolvimento dessa tarefa as catadoras andam em média cerca de dois a cinco quilômetros para apanhar mangaba. Para medir o que foi colhido, a unidade de medida utilizada são baldes de cinco litros, o que equivale a quatro quilogramas de fruta. A estimativa de colheita (verificar Tabela 2) varia de acordo com a estação, se estamos no inverno a produção é alta, porém rápida, pois decorre da intensificação das chuvas nesse período, impedindo a maturação completa dos frutos. No verão a produção é gradativa e elevada, por que obedece a sazonalidade da fruta que é peculiar de clima quente. Além de a estação definir a estimativa de colheita, ela interfere também no valor da fruta. O litro da mangaba comercializado no verão é em média setenta centavos, já no inverno é de cinquenta centavos de real. Essa diferença no valor do fruto é proveniente de que a mangaba colhida no inverno apresenta um maior número de pintas e manchas decorrentes do ataque de fungos fitopatogênicos.

TABELA 2: Estimativa de colheita da mangaba

Período	Estimativa de colheita		Valor do litro
	kg	litros	
Inverno	10296	12870	R\$0,50
Verão	20592	25740	R\$0,70
Total	30888	38610	R\$1,20

3.3 – A disputa pelo uso dos recursos e a comercialização

Em se tratando do extrativismo da mangaba ou de qualquer atividade produtiva no espaço rural, para Cavalcanti (1999, p.155), é visível que as novas condições de mercados se imponham sobre comunidades locais ou suas populações. Segundo Mota,

Schmitz e Silva Júnior (2006) o que pode variar, ao longo do tempo ou territorialmente, são as configurações que se tecem.

O uso dos recursos é uma fonte de análise do comportamento das populações tradicionais e dos conflitos existentes a ação dos homens e mulheres “intermediários” que, frente à valorização dos produtos, disputam o controle dos recursos e da comercialização.

De um modo geral, as formas de acesso das mulheres, aos remanescentes de mangabeiras, dão-se de três formas, conforme o apresentado no Figura 13: em terras próprias, pelo sistema de meia e uso de áreas comuns (MOTA; SANTOS, 2005; MOTA; SCHMITZ; SILVA JÚNIOR 2006). Dentre elas a mais utilizada é a de acesso comum realizada por 39% dos entrevistados, seguida da propriedade privada com 33%. Essas formas, segundo Santos e Mota (2006), são determinantes nas estratégias de conservação. Na verdade o tipo de acesso caracteriza a técnica de manejo utilizada e evidencia certa fragilização das comunidades, diante da crescente valorização da mangaba no mercado de frutas frescas e exóticas.

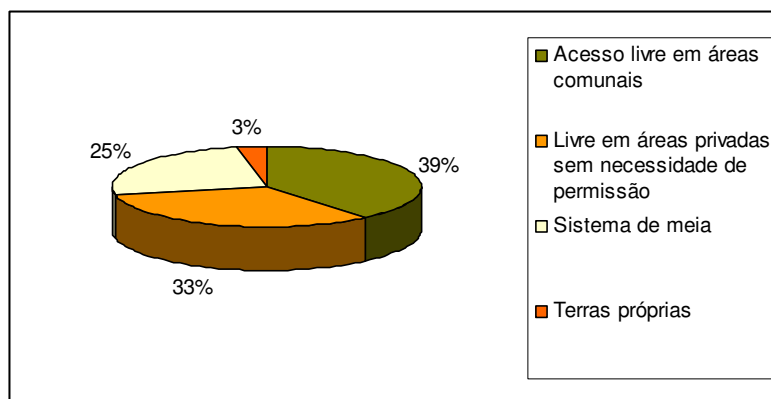


FIGURA 13: Formas de acesso aos recursos extrativistas

O uso dos recursos extrativistas não se limita exclusivamente às populações tradicionais que ocupam essas áreas. Cada vez mais, pessoas de outras localidades utilizam-se de áreas comunais e invadem propriedades. Segundo as catadoras, essas ações têm levado a exaustão das plantas (com a quebra de galhos e a intensificação na retirada de frutos verdes) visto que os invasores não apresentam os mesmos cuidados. Essa rivalidade também é observada na comercialização, em que o produto negociado tem que apresentar os aspectos desejados pelos consumidores e processadores. De fato,

uma menor variação dos frutos é uma exigência das agroindústrias de polpas e sucos, que procuram por frutos que apresentem o mesmo período de maturação, uniformidade no tamanho e frutos sem pintas, mesmo que a presença não altere o sabor, apesar de que no extrativismo não é possível padronizar a produção (SHANLEY; ROSA, 2005)

Se por uma lado, a forma de acesso aos remanescentes de mangabeiras implica na qualidade das relações que se desenvolvem localmente e no domínio de práticas e saberes, por outro, influencia nas estratégias de comercialização que são colocadas em prática e que condicionam maior ou menor ganhos. Ou seja, tanto influencia com quem e o tipo de relação que as catadoras manterão em redes de comercialização, como na renda que acumularão no decorrer do processo (MOTA; SCHMITZ; SILVA JÚNIOR, 2006).

Devido ao fato da fruta ser perecível e nas épocas de safra o escoamento está limitado ao mercado local, a comercialização da mangaba conta com a participação de alguns atores: catadoras, consumidores, feirantes locais e externos, etc., conforme destacado na Figura 14.

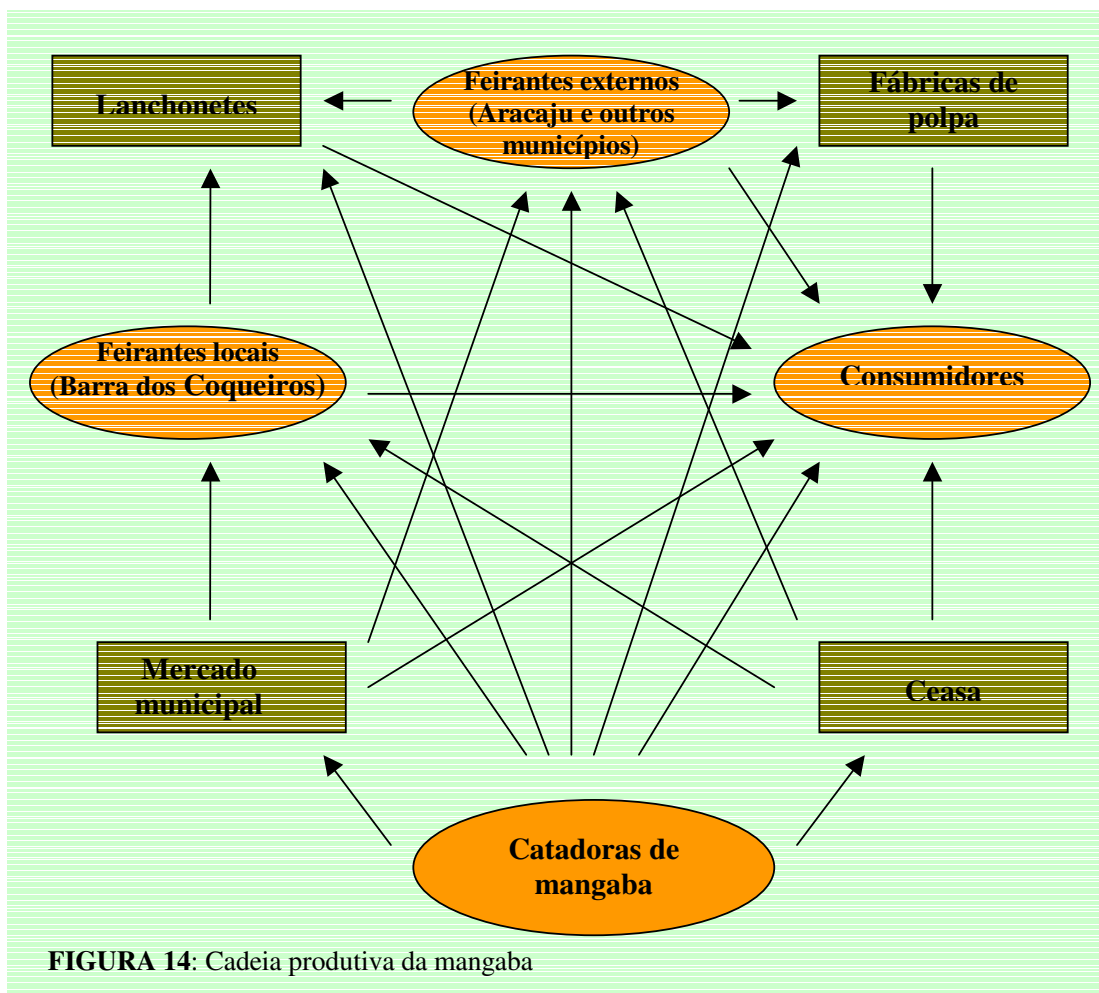


FIGURA 14: Cadeia produtiva da mangaba

A venda a diferentes compradores é uma estratégia para diminuir a vulnerabilidade, ou seja, se uma via falha, a outra funciona. Nesse caso, quatro canais viabilizam o destino da mangaba, diretamente ao consumidor, a comerciantes no local onde vive, comerciantes externos e diretamente na feira. Quando a oferta ainda não está no auge e a fruta ainda é relativamente rara, os catadores preferem vender diretamente aos consumidores por ser mais lucrativo. Em todos os casos, a decisão a quem vender depende muito do que é observado no momento de chegada aos pontos de comercialização, aprendizado resultante da experiência (MOTA; SCHMITZ; SILVA JÚNIOR, 2006). No período de safra a travessia da mangaba para a comercialização da fruta ocorre três vezes a quatro vezes na semana.

Pelo fato de a fiscalização ser mais intensa e os feirantes que têm banca dentro do mercado municipal reivindicarem dos fiscais municipais a proibição da venda avulsa

na parte externa do mercado, a comercialização das frutas, em Aracaju, é realizada logo cedo, antes da chegada dos fiscais que só ocorre a partir das sete horas.

Dessa forma, a venda da mangaba dá-se diretamente com os feirantes e outros compradores (consumidores, donos de lanchonete, processadores etc.), utilizando-se como unidade de medida o balde com capacidade de cinco litros, o correspondente a quatro quilogramas e meio de mangaba. Na Figura 15 é apresentada uma das características das catadoras: a comercialização realizada diretamente com o consumidor, cerca de 29%, e na feira, com 21%. Apesar dessa estratégia de venda a múltiplos compradores ser muito freqüente e lucrativa, e também por que os feirantes não compram toda a mangaba levada por cada catador e sim de três a cinco baldes, grande parte das catadoras reconhecem que é a mais arriscada porque pode não vender tudo e perder o produto.

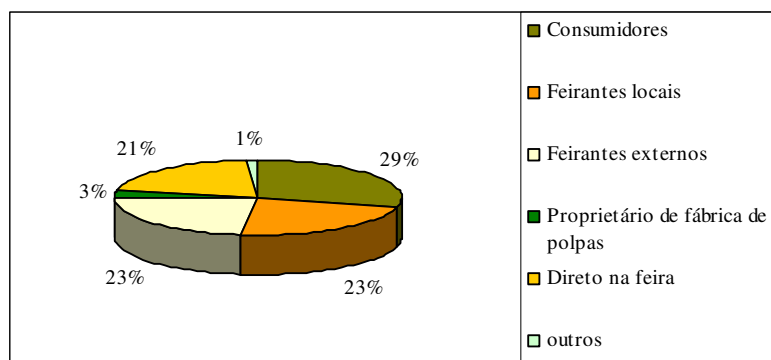


FIGURA 15: Diversidade de compradores de mangaba

Algumas avaliam que há momentos em que é melhor entregar as frutas mais barato do que desperdiçar. Segundo Mota, Schmitz e Silva Júnior (2006), nessas diferentes decisões influencia a experiência da catadora, a coragem em arriscar e o pertencimento a redes em que vendedor e comprador se conhecem e se escolhem por motivos diversos, dentre os quais, a empatia, a qualidade da mangaba e a camaradagem.

Nesse processo coexistem laços de amizade que completam essa relação. Vizinhos, compadres, parentes e amigos compartilham desse sistema de comercialização no quais as catadoras entregam sua produção e, posteriormente, recebem o pagamento.

As catadoras dominam todas as fases do extrativismo e da pós-colheita da mangaba, devido a uma riqueza cada vez maior de detalhes no trato com a fruta, o que facilita às mesmas um domínio maior sobre todas as etapas, comportando-se de modo flexível para lograr maior valorização possível do seu trabalho. E apesar do aumento da demanda, as mesmas continuam a frente de todas as etapas do extrativismo, desde o cuidado com as plantas até a comercialização, principalmente, nas feiras e mercados e as mesmas demonstram estar dispostas a garantir por muito tempo a sua presença nesses espaços.

3.4 – A venda: mercado cada vez mais promissor

De acordo com o apresentado na Figura 16, o extrativismo da mangaba é uma atividade que tem como demanda pessoas das áreas sejam urbanas e rurais.

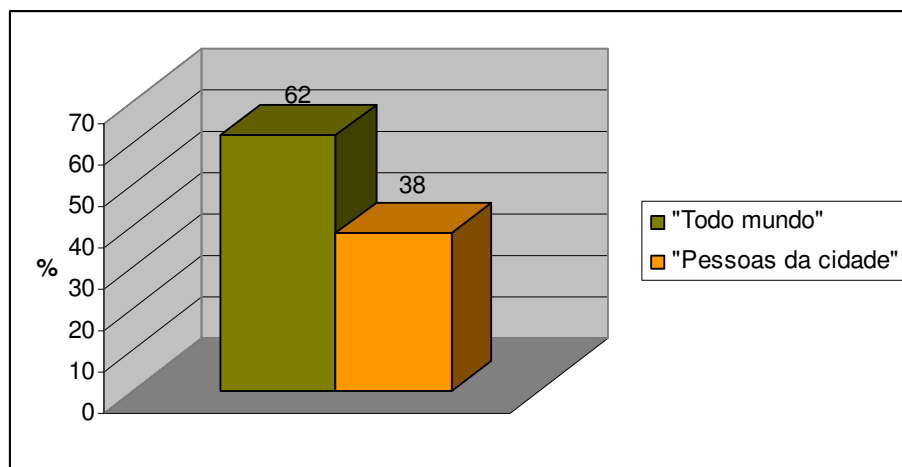


FIGURA 16: Perfil dos consumidores de mangaba

Mas, a grande disparidade dos dados, conforme a figura, é que apesar de o extrativismo ser uma atividade que envolve grupos humanos frágeis¹⁶ e de baixa condição financeira, a sua produção atende a uma demanda de grupos com alto poder aquisitivo, acompanhado da classe média e por último, pobres (Figura 17).

¹⁶ Essa citação se deve ao fato de que essas populações extrativistas são vulneráveis a ação de grupos externos e que estão constantemente ameaçadas de perda de acesso aos recursos de uso comum que garantem parte de sua sobrevivência.

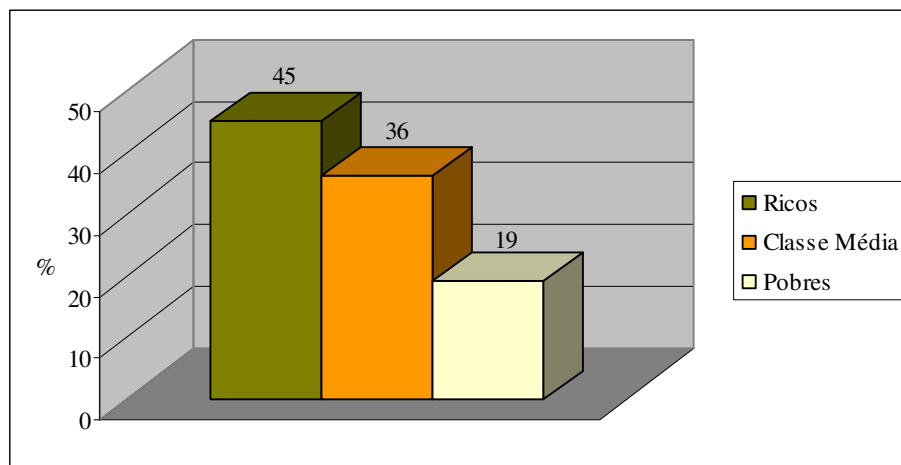


FIGURA 17: Os grupos consumidores de mangaba

Nos últimos anos, a mangaba ganhou destaque em espaços não convencionais de comercialização e esse destaque tem aquecido as vendas que se dão pelas próprias catadoras ou por intermediários. No primeiro caso, a medida volumétrica utilizada para se vender o fruto são baldes de cinco litros e cestos apenas nos casos em que a mangaba “de caída” é em menor quantidade. O valor da medida varia de acordo com o tipo de mangaba a ser vendida. Se for mangaba “de caída”, o balde custa em torno de doze reais e se for mangaba “de capota” custa entre seis a oito reais. O preço depende da disponibilidade do fruto. O faturamento diário depende da quantidade de medidas vendidas no dia e do tipo da mangaba em questão.

Na fase de alta produção, aproximadamente, cinquenta catadoras levam vinte e cinco baldes de mangaba cada uma, gerando um total aproximado de um mil duzentos e cinquenta baldes. A elevada oferta do fruto gera a queda no preço, que se reduz à metade, em decorrência do mesmo ser altamente perecível e não poder ser armazenado. Muitas vezes, o consumidor determina o preço do produto. No geral, as catadoras negociam diretamente com os feirantes locais (do município) e externos do Mercado Central e do Ceasa de Aracaju, além dos consumidores nas calçadas do mercado. A venda é realizada, em sua maioria, sempre no atacado e nas primeiras horas da manhã para evitar à fiscalização, pois as mesmas não são credenciadas no Mercado Municipal e, por isso, não pagam impostos, negociando irregularmente.

Deve-se considerar que além do aumento do número de plantas e da produção, o consumo cresceu significativamente nos últimos anos. Alguns fatores podem ter

motivado para o crescimento do consumo, dentre eles, a disponibilidade da fruta, o aumento da comercialização e a descoberta de uma nova opção. Mas o que assume grande relevância é a aceitabilidade da mesma, sem muito “marketing” nutricional a exemplo de outras frutas, pelo mercado consumidor.

3.5 – Conclusões

A partir dos dados, conclui-se que:

1. O extrativismo é desenvolvido predominantemente por mulheres, que apesar de compor a renda familiar e muitas vezes apresentarem uma renda significativa, não se autodenominam chefes de família.
2. Apesar da pluriatividade das catadoras, a renda derivada da mangaba é superior às demais desenvolvidas pelas mesmas e até pelo grupo familiar.
3. Devido à sazonalidade das receitas, as políticas sociais são ainda consideradas como fundamentais pela sua regularidade.
4. As populações extrativistas são conhecedoras de todo o sistema do qual fazem uso, por que tem seus modos de vida associados ao uso e manejo dos recursos.
5. A valorização da fruta fez com que essas comunidades desenvolvessem conhecimentos relativos à reprodução das plantas.
6. De acordo com as formas de acesso, as catadoras se dividem em três grupos: as que catam em áreas de livre acesso, as que possuem terras próprias para o extrativismo e aquelas que praticam o sistema de meia.
7. Há conflitos entre os donos de áreas e os que catam em áreas de livre acesso.
8. A cata da mangaba quando feita em áreas de livre acesso revela-se em momentos de interação social por que é realizada em grupos.
9. A comercialização da mangaba é destinada diretamente a consumidores e feirantes e realizada em diferentes espaços, sendo freqüente no Ceasa e no mercado Municipal de Aracaju.
10. Para os catadores, a mangaba é destinada a grupos de médio e alto poder aquisitivo.
11. O tipo de mangaba preferida pelos consumidores é a de caída, que apresenta um valor superior ao de capota.

12. A comercialização do fruto, proveniente da Barra dos Coqueiros, envolve vários canais, mas ainda se restringe ao mercado local e a capital, não atingindo outros estados, sendo as mulheres as responsáveis por essa atividade.
13. O extrativismo e a comercialização da mangaba são atribuições das mulheres que, cada vez mais, ganham importância entre as atividades desenvolvidas pelas famílias extrativistas que habitam o município de Barra dos Coqueiros.
14. Para as catadoras, em paralelo à produção, o consumo da mangaba aumentou significativamente nos últimos anos.

3.6 – Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, U. P. de.; ANDRADE, L. de H. C. Conhecimento botânico tradicional e conservação em uma área de caatinga no estado de Pernambuco, Nordeste do Brasil. **Acta Botanica Brasílica**. v.16, n.3, p.273-285, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>> Acesso em 29 out. 2005.

CAVALCANTI, J.S.B. Globalização e processos sociais na fruticultura de exportação do Vale do São Francisco. In: CAVALCANTI, J.S.B. (Org.). **Globalização, trabalho, meio ambiente**: mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação. Recife: Editora Universitária/UFPE, 1999, p. 123-170.

CHAVES, L. J.; MOURA, N. F. Recursos genéticos da mangabeira no Bioma Cerrados. In: Simpósio Brasileiro sobre a Cultura da Mangaba, 2003. Aracaju. **Anais ...** Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2003. (CD-ROM).

DRUMMOND, J. A. Natureza rica, povos pobres? – Questões conceituais e analíticas sobre o papel dos recursos naturais da prosperidade contemporânea. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, n.10, p. 45-68, jan./ jun. 2002.

FIGUEIREDO, L. D. **Empate nos Babaquais**: Do espaço doméstico ao espaço público – lutas de quebradeiras de coco babaçu no Maranhão. 2005. Dissertação (Mestrado em agriculturas familiares e desenvolvimento sustentável) – UFPA, Belém, 2005.

LEDERMAN, I. E.; SILVA JÚNIOR, J. F. da.; BEZERRA, J. E. F.; ESPÍNDOLA, A. C. de M. **Mangaba** (*Hancornia speciosa* Gomes). Jaboticabal, SP: Funep, 2000. 35p. (Série Frutas Nativas, 2)

MOTA, D. M. da. **Trabalho e sociabilidade em espaços rurais**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil; Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2005. 256p.

MOTA, D. M. da.; SANTOS, J. V. dos. Populações tradicionais e conservação dos remanescentes de mangabeira na Barra dos Coqueiros/Sergipe. In: III Congresso Brasileiro de Agroecologia, 3., 2005. Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2005.

MOTA, D. M. da.; SCHMITZ, H.; SILVA JÚNIOR, J. F. da. **Atores, canais de comercialização e consumo da mangaba no Nordeste Brasileiro**. Belém, 2006. (Texto mimeografado).

MOTA, D. M. da.; SILVA JÚNIOR, J. F. da. Populações Tradicionais e Formas Coletivas de Gestão das áreas de ocorrência natural de mangabeira. **Raízes**: Revista de Ciências sociais e econômicas, Campina Grande, v.22, n.2, p.225-233, jul./dez. 2003.

MOTA, D. M. da, SILVA JÚNIOR, J. F. da.; GOMES, J. B. V. Lógicas de reprodução social de uma população tradicional de catadores de mangaba no litoral sul sergipano. In: Simpósio Brasileiro sobre a Cultura da Mangaba, 2003. Aracaju. **Anais...** Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2003a.

MOTA, D. M. da, SILVA JÚNIOR, J. F. da.; GOMES, J. B. V. Representações de uma população tradicional de catadores acerca do extrativismo da mangaba no litoral sul de Sergipe. In: Simpósio Brasileiro sobre a Cultura da Mangaba, 2003. Aracaju. **Anais...** Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2003b.

NOGUEIRA, R. J. M. C.; ALBUQUERQUE, M. B. de.; Ecofisiologia. In: SILVA JÚNIOR, J. F. da.; LÉDO, A. da S. **A cultura da mangaba**. Aracaju, SE: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2006. 253p

RIEDER, A.; SANTOS, J. L. dos; ROCHA, N. M.; SILVA, P. L. da. & MODRO, A. F. H. Aspectos do ambiente de ocorrência natural da mangabeira (*Hancornia speciosa* Gomes) na Serra do Mangaval, em Cáceres, Mato Grosso, Brasil. In: Simpósio Brasileiro sobre a Cultura da Mangaba, 2003. Aracaju. **Anais ...** Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2003. (CD-ROM).

SANTOS, J. V. dos & MOTA, D. M. da. Uso e conservação dos remanescentes de mangabeira por populações tradicionais. In: XLIV Congresso Brasileiro da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 46., 2006. Fortaleza. **Anais ...** Fortaleza: UNIFOR, 2006. (CD-ROM)

SHANLEY, P.; ROSA, N. A. Conhecimento em erosão: um inventário etnobotânico na fronteira de exploração da Amazônia Oriental. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, [], v.1, n.1, p.147-171, abr. 2005. (Série Ciências Naturais)

SILVA JÚNIOR, J. F.; ARAÚJO, I. A. de.; BARRETO NETO, M.; ESPÍNDOLA, A. C. de M.; CARVALHO, N. S. G. de.; MOTA, D. M. da.; Recursos Genéticos nos Tabuleiros Costeiros e Baixada Litorânea do Nordeste. In: SILVA JÚNIOR, J. F. da.; LÉDO, A. da S. **A cultura da mangaba**. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2006. p.58-74.

CAPÍTULO 4: USO E CONSERVAÇÃO DOS REMANESCENTES DE MANGABEIRA POR POPULAÇÕES EXTRATIVISTAS

“Cantam as MANGABEIRAS, em atitude de vitória. Cantam no litígio desta madrugada, quando o tempo sofre dores de parto, na milícia de sua luz que convoca à sobrevivência. Cantam em folhas novas que recompõem a ternura ameaçada pela aspereza do ofício: uma vez MANGABEIRA, sempre MANGABEIRA?...”

(Fragmento do texto “Mangabeiras das madrugadas” de Francisco Morais)

Resumo

O estudo objetivou analisar como populações extrativistas usam e conservam os remanescentes de mangabeiras em Sergipe. Constatou-se que elas têm conseguido conservar os recursos genéticos dessa espécie a partir de um manejo tradicional que combina práticas e saberes (segundo as características dos recursos naturais, épocas, formas de acesso aos remanescentes, etc.) num contexto de crescente valorização da fruta nos mercados local e regional, mas também de fortes ameaças (turismo, agricultura e especulação imobiliária).

Palavras-chave: saberes tradicionais, mangaba (*Hancornia speciosa* Gomes), catadoras, extrativismo.

Abstract

The study aimed in analyzing the way traditional population use and maintain the remainder mangabeiras in Sergipe. It was shown that they have been able to maintain the genetic resources of this species using a traditional handling that combines practices and knowledge according to the features of natural resources, eras, ways of access to the remainders, etc. in a context of crescent valuation of the fruit in the local and regional market, but also of high threats (tourism, agriculture and real state speculation).

Keywords: traditional knowledge, mangaba (*Hancornia speciosa* Gomes), fruit-pickers, extraction.

4.1 – Introdução

Nos últimos anos, populações extrativistas de áreas de restinga e tabuleiros do Estado de Sergipe têm encontrado no extrativismo da mangaba uma alternativa de ocupação e de geração de renda (MOTA; SILVA JÚNIOR, 2003), particularmente, após o declínio da coleta do caranguejo nos manguezais. Em decorrência, investem na conservação dos remanescentes dessa cultura. Ao mesmo tempo, intensificam a sua exploração num contexto de crescente pressão sobre os recursos tanto nas áreas de uso comum, como naquelas privadas, nas quais os seus donos, apesar de permitirem o acesso das catadoras, as utilizam, cada vez mais, para o cultivo de coqueiro, construção de infra-estruturas turísticas e viveiros de camarão. Essas atividades dependem do corte das plantas e, por extensão, da desestruturação de sistemas de acesso aos bens comuns a partir de normas de conduta partilhadas há anos.

O objetivo deste trabalho é analisar como uma população extrativista usa e conserva os remanescentes de mangabeira no município de Barra dos Coqueiros, SE¹⁷, no contexto da crescente pressão que ameaça o acesso aos recursos de uso comum, dentre os quais, a construção de uma ponte sobre o rio Sergipe, que facilitará o acesso dos residentes na capital do Estado (Aracaju) às áreas remanescentes, crescentemente ocupadas com atrações turísticas.

Apesar desse sistema extrativista existir há mais de três décadas e de todas as ameaças que põem em risco a sua continuidade, as formas de gestão postas em prática por essa população ainda não foram sistematicamente estudadas e, conseqüentemente, consideradas pelas políticas públicas, não obstante as mesmas serem reconhecidas como fundamentais à conservação da biodiversidade. Por outro lado, essas populações constituem um grupo social que se identifica como agente do processo de desenvolvimento sustentável com baixo impacto sobre o meio ambiente e, assim, é visto também pelo resto da sociedade (CASTRO, 1997; ALMEIDA, 2004).

¹⁷ Município localizado na região leste de Sergipe, na Ilha de Santa Luzia é o quinto maior produtor de mangaba de Sergipe. Sua localização é definida pela latitude 10^o50'41" S e longitude 36^o55'07" W; e sua jurisdição compreende a costa do Estado de Sergipe, desde a extremidade N da foz do rio Sergipe até a divisa com o município de Pirambu, através do Rio Japarutuba. A distância da capital Aracaju é de um quilômetro e as atividades econômicas desenvolvidas são a agricultura, a pesca e o turismo.

As discussões aqui apresentadas tratam dos resultados da primeira etapa de uma pesquisa que está sendo realizada no município de Barra dos Coqueiros, nos povoados Olhos D'Água, Capoã e Jatobá, nos quais o extrativismo da mangaba é uma das principais atividades e fonte de renda dos nativos (SANTOS et al, 2006). O município possui 25% da sua população residindo no espaço rural, cujas principais atividades são a agricultura, pesca, turismo e artesanato.

A metodologia de pesquisa foi predominantemente qualitativa, constando do levantamento de dados primários (entrevistas estruturadas e semi-estruturadas, observação participativa) e secundários, organizados para compor um quadro geral do extrativismo, valorizando as práticas de conservação dos remanescentes, o uso e a comercialização dos frutos.

Em cada um dos povoados foram entrevistadas três catadoras de mangaba. Todas as entrevistadas residiam nos seus respectivos povoados, eram casadas, estudaram as primeiras séries do 1º grau, tinham entre 40 e 60 anos e eram responsáveis tanto pelo extrativismo, quanto pela pós-colheita e comercialização; assim como pela socialização das crianças, segundo uma divisão social do trabalho fortemente amparada nas diferenças de gênero.

Os dados foram analisados centrando-se nas características das catadoras de mangaba já descritas na literatura (MOTA; SILVA JÚNIOR, 2005; MOTA; SANTOS, 2005; MOTA; SILVA JÚNIOR, 2003; MOTA; SILVA JÚNIOR; GOMES, 2003a; 2003b), cujas práticas têm permitido: 1) geração de ocupação e renda e 2) conservação da biodiversidade e dos saberes tradicionais a ela associados com baixo impacto sobre o meio ambiente (SILVA JÚNIOR et al., 2003). A perspectiva de gênero e a relação passado/presente foram também consideradas na análise.

Espera-se, com os resultados dessa pesquisa, gerar um tipo de conhecimento o qual mostre que “a natureza, tal como a observamos hoje, é sempre o produto de uma prolongada atividade humana, geração após geração, civilização após civilização” (MENDRAS, 1978) e como tal, subsidie políticas e cenários voltados para encorajar a conservação dos recursos naturais através do continuado acesso das catadoras aos mesmos.

4.2 – O extrativismo da mangaba em Barra dos Coqueiros

A memória oral registra que no passado recente a existência de mangabeiras no município era exclusivamente “provida por Deus” e atendia a todas as necessidades dos antigos residentes, provavelmente, pela oferta exceder à demanda, num contexto em que a fruta se destinava apenas ao consumo. Todas as entrevistadas afirmam que nenhum habitante influenciava no desenvolvimento das plantas, competindo ao homem apenas usufruir dos frutos ofertados pela natureza. Ou seja, a tese da natureza como produto da ação humana (MENDRAS, 1978) parece não ter sustentação entre esse grupo, que tende a associar o passado longínquo a uma natureza intocada e idealizada na memória oral como “tempos de fartura”.

No presente, no entanto, reconhecem que o aumento da população implicou num maior grau de exploração do meio, fazendo com que estratégias de multiplicação das plantas tenham sido buscadas localmente¹⁸, e que na atualidade existam mais plantas do que no passado. Assim, a noção de uma natureza intocada cede lugar à “natureza manejada”, mas com predominância de uma única espécie que, pelo fato de ser nativa, não parece preocupar os entrevistados quanto à problemática do empobrecimento da biodiversidade.

No povoado **Jatobá**, são três os estabelecimentos¹⁹ que possuem áreas com mangabeiras, e a introdução de plantas através da produção de mudas é cada vez mais freqüente. A quantidade total de plantas é, aproximadamente, de quinhentos pés em fase de produção, que são manejados por quinze catadoras. Esse pequeno número de plantas é decorrente da forte pressão imobiliária nesse povoado nos últimos anos, que tem levado ao loteamento de áreas e a conseqüente diminuição do número de plantas pelo corte, para a construção de segunda residência.

No Povoado **Olhos D’Água**, o extrativismo da mangaba entrou em declínio a partir do final da década de oitenta, com a intensificação do cultivo do coco, o que gerou uma diminuição dos remanescentes de mangabeira e, conseqüentemente, a

¹⁸ A partir dos anos setenta, mudas de mangabeiras foram produzidas como resultados de pesquisa. No entanto, essas populações desconhecem esse processo e as reproduzem segundo saberes e práticas tradicionais.

¹⁹ No povoado Jatobá estima-se em dez o número de estabelecimentos, considerando-se que o número de loteamentos tem crescido com a fragmentação dessas propriedades.

expulsão de parte da população nativa para a zona urbana. Assim, poucos nativos conseguiram permanecer no povoado na condição de proprietário de pequenos estabelecimentos. Atualmente, cinco dos antigos moradores permanecem nessa área na condição de proprietários de espaços que variam de dez a dezessete hectares nos quais existem áreas naturais e cultivadas de mangabeiras consorciadas com mangueiras, cajueiros e coqueiros. Nesse povoado, o número de plantas é estimado em duas mil e trezentas, não havendo áreas de exploração comum. O número de catadoras é, aproximadamente, quinze. Diferentemente do povoado Jatobá, não há loteamentos e predominam os estabelecimentos de cidadãos que, geralmente, contratam caseiros para o trabalho no campo.

O povoado **Capoã** é a mais importante área de extrativismo, pois tem o maior número de plantas, de catadoras e de renda com a cultura. Ali, o extrativismo é a principal estratégia de sobrevivência. Estima-se que o número de plantas seja de seis mil e quatrocentos, distribuídas entre pequenos estabelecimentos (cerca de vinte) e uma área particular de aproximadamente cinquenta hectares. (com cerca de três mil plantas), de uso comum em decorrência do abandono da mesma pelos seus donos. O número de catadores é de cerca de 200 pessoas, sendo 160 mulheres. A superioridade dos números nesse povoado em relação aos demais é decorrência da relevância dessa atividade na composição da renda familiar. Diante dessa situação, as catadoras têm investido no desenvolvimento de práticas de manejo tradicionais que possibilitem um aumento da produção.

Em **Capoã** existem estabelecimentos que possuem cerca de cento e cinquenta plantas por hectares consorciadas com coqueiros, cajueiros e roças²⁰. Por essa elevada incidência, é ali que as catadoras demonstram um maior domínio das práticas e saberes associados ao manejo, a pós-colheita e a comercialização da fruta.

Os três povoados estão localizados em áreas próximas aos manguezais, isso facilita para que a exploração alternada “mangaba/mangue” faça parte das estratégias de sobrevivência dessa população, reforçando a tese de que o extrativismo deve ser sempre compreendido no conjunto das atividades da população (DIEGUES, 1998; 2002).

²⁰ A roça é caracterizada por esses catadores como o plantio de maxixe, quiabo, feijão de corda e de melancia.

Analisando-os comparativamente, constata-se que o número de plantas por catadora é completamente diferente nos três povoados, o que repercute na quantidade de frutas a ser vendida e, conseqüentemente, nos rendimentos auferidos por cada uma.

4.3 – Formas de acesso às áreas naturais e cultivadas de mangabeira

Como observado em outras áreas do Nordeste, existem diferentes formas de acesso às mangabeiras:

- 1) Algumas famílias vivem em propriedades privadas na condição de caseiros e, como tais, têm o direito de coletar as frutas no sistema de “meia” com o proprietário, competindo àqueles a colheita, pós-colheita e a venda. A renda total é dividida entre caseiros e proprietário da área.
- 2) Existem catadoras que colhem a mangaba em terras públicas a exemplo das áreas do Porto de Sergipe e da CODISE – Companhia de Desenvolvimento Industrial e de Recursos Minerais de Sergipe ou em terrenos de terceiros (abandonados) que é o caso do sítio Filizola²¹, uma propriedade particular onde seu dono não aparece há muito tempo; desse modo, considerada por muitos como uma área abandonada.
- 3) Outras colhem mangaba nos seus próprios estabelecimentos e os mantêm cercados para evitar a entrada de terceiros, contribuindo para que, cada vez mais, diminuam as áreas de acesso comum nessa região.
- 4) Algumas pessoas invadem as propriedades particulares cercadas e colhem o fruto, da mesma forma como observado em outras áreas de Sergipe (MOTA; SILVA JÚNIOR; GOMES, 2003a). Essas “invasões” acabam ocasionando rivalidades e até mesmo conflitos.
- 5) Há também catadoras que ganham pelo dia de trabalho. Esse comportamento foi observado numa localidade denominada Rio Morto, que fica entre os povoados Capoã e Jatobá²².

²¹ O sítio Filizola é a área de maior concentração de mangabeiras e considerada a maior produtora do município de Barra dos Coqueiros.

²² O sítio do Rio Morto pertence ao Grupo Gbarbosa. Uma das catadoras entrevistada já residiu nessa área. Ela afirmou que tanto ela como os filhos trabalhavam no extrativismo da mangaba e recebiam pelo dia de trabalho o equivalente hoje entre oito e dez reais, que eram pagos pelo gerente do sítio, pessoa encarregada de gerir toda a produção local.

Comparando as diferentes formas de acesso, as mais prejudiciais à conservação dos remanescentes são as áreas de livre acesso, onde o extrativismo é intenso e as plantas ficam expostas a agressões, especialmente, no período de safra, quando são retirados frutos verdes e os galhos são quebrados. Mesmo nessas áreas, a intensificação das colheitas acaba gerando discussões, pois há compreensões diferentes quanto aos procedimentos a serem utilizados no extrativismo. Para alguns, o uso intensivo dessas áreas não tem prejudicado a produção; para outros, as conseqüências são visíveis e têm prejudicado enormemente a conservação, compreensão, que é reforçada pela literatura recente para outras áreas do Nordeste (MOTA; SILVA JÚNIOR, 2005).

4.4 – Organização do trabalho

Como em outras atividades no espaço rural, a divisão social do trabalho está intimamente vinculada ao sexo, idade e posição ocupada na família, como pode ser observado na Tabela 3. No entanto, destaca-se a quase exclusividade das mulheres, da propagação das plantas à comercialização dos frutos. Nessa última atividade, isso é uma particularidade, considerando-se que, normalmente, as ações que envolvem transações comerciais estão sob a responsabilidade dos homens no espaço rural. Contudo, recentemente, a comercialização da mangaba começa a chamar a atenção dos homens, em decorrência da valorização econômica da fruta num mercado dinâmico que, cada dia mais, demanda frutas, desvincula locais, época de produção e formas de consumo.

TABELA 3: Organização do trabalho numa comunidade tradicional do município de Barra dos Coqueiros, SE.

RESPONSÁVEL	ATIVIDADE
Homens	Cuidam da cultura do coco, trabalham de enxada na produção de roças de feijão de corda, de quiabo, de melancia e de maxixe.
Mulheres	Cuidam da casa, são responsáveis pela reprodução das plantas, colheita, armazenamento e comercialização da mangaba, do caju, da manga e do murici. Ajudam no período de colheita da roça.
Crianças	As meninas ajudam as mães em todas as suas atividades (casa e campo) e os meninos acompanham os pais na roça e auxiliam as mães no campo na colheita da mangaba.

O predomínio das mulheres na atividade pode ser explicado pelo fato de que até os anos oitenta a utilização de frutas nativas ainda não era muito valorizada e, por esse motivo, destinavam-se predominantemente ao consumo familiar; apenas em pequenas quantidades eram comercializadas. Por serem sazonais, não representarem volumes expressivos e não demandarem investimentos e recursos tecnológicos, não constavam no elenco das culturas comerciais; sendo assim, os recursos obtidos com a sua venda se destinavam a suprir necessidades esporádicas, como uma roupa ou sapato para uma festa ou para o lazer. Ou seja, *um extra* para os diferentes membros da família que se dedicassem ao extrativismo, considerando que a fruta ainda não era tão intensamente vinculada ao mercado.

Por tudo isso e também pela facilidade de revezamento das mulheres entre a atividade doméstica e a extrativista, normalmente realizada nas proximidades da casa e sem demandar longas e ininterruptas jornadas de trabalho, as áreas de mangabeiras se constituíam em espaços de domínio feminino.

Nesse universo, lidar com a mangaba não era considerado uma atividade pública, nem geradora de renda – pertinente, pois, ao domínio das mulheres – em oposição à esfera de ação dos homens em que vigora o negócio, o público. Está implícita nessa concepção a desvalorização do trabalho extrativista, que era mais considerado como uma atividade ocasional que produtora de valor.

Sob outra ótica, essa divisão social do trabalho revela os papéis genéricos do masculino e do feminino, amparados numa polarização de qualidades “próprias” ou “adequadas” a cada um deles. Nesse caso, o pomar é considerado uma extensão da casa, portanto domínio preferencial das mulheres, as quais se desdobram entre as funções domésticas e extrativistas, tarefas julgadas leves. O extrativismo da mangaba não é considerado socialmente adequado ao elenco das atividades do denominado provedor da família que necessita de certa regularidade nos ganhos.

As crianças – tanto meninos quanto meninas – também participam desse processo a partir dos sete anos de idade. O que se tem observado é que, anteriormente, as crianças de ambos os sexos começavam ajudando e depois os meninos não catavam mais, voltando-se completamente a cuidar da roça. Hoje nota-se que a participação dos jovens tem aumentado e, segundo as mulheres, isso se deve ao fato do crescimento da

importância econômica da mangaba. O lucro com a mangaba é superior ao gerado com coco.

Os homens são responsáveis pela agricultura e colhem mangaba apenas quando estão disponíveis, mas não participam efetivamente nem do beneficiamento nem da comercialização da mesma, tarefas ainda consideradas exclusivamente femininas. E se alguns homens casualmente “ajudam” no processo de venda da mercadoria, é sob a liderança das mulheres. Isso levou um entrevistado a afirmar: “Eu ajudo a minha mulher aí na venda das mangabas”. Estaria havendo uma inversão de papéis? Ainda é prematuro afirmar que sim, mas é claro que as mulheres detêm esse espaço do mercado e não parecem dispostas a abrir mão dessa conquista.

Ainda na organização do trabalho, os papéis de homens e mulheres são diferenciados na socialização das crianças, cabendo aos dois a transmissão dos saberes e práticas acumulados em cada atividade considerada “inerente” ao gênero. A socialização funciona como um reforço aos papéis de homens e mulheres associados a pesado e leve, público e privado.

Independentemente da idade da catadora, o cuidado que se tem com a planta é visível em todas as atividades, evitando-se a quebra de galhos e o extrativismo predatório. Há também uma preocupação em conservar as plantas existentes e em favorecer a dispersão dos frutos através dos animais e/ou produção de mudas, garantindo, assim, a reprodução desse patrimônio para as gerações futuras. Para essas mulheres, o extrativismo da mangaba representa, simultaneamente, uma importante fonte de renda e de reconhecimento social.

No geral, as mulheres se diferenciam dos homens quanto aos papéis de cada um na conservação dos remanescentes. Supervalorizam as suas atribuições em detrimento da dos homens, que, segundo elas, não têm agilidade nem destreza para as atividades de colheita e pós-colheita – a fruta quando madura é muito delicada e se estraga facilmente com o manuseio inadequado. Não estaria implícita nessa crítica uma tentativa de garantia de posições conquistadas face à crescente tendência de valorização da mangaba?

4.5 – Conservação e usos

De modo geral, as mangabeiras situadas no município de Barra dos Coqueiros apresentam-se em grande número e são descritas pelas suas catadoras como plantas de terreno seco, de areia ou, como eles denominam, de “caatinga”.

4.5.1 – Mangabeiras: “coisa de Deus ou dos homens”?

Segundo as entrevistadas do povoado **Jatobá**, as áreas de mangabeira são formadas por plantas nativas e por plantas cultivadas. Porém não é perceptível a diferença entre umas e outras porque foi conservado o mesmo tipo de disposição que, historicamente, predomina nos pomares. O plantio se dá através de mudas produzidas com sementes selecionadas (fruta amadurecida naturalmente). Para algumas catadoras, existe dificuldade na germinação no que tange ao processo artificial, já que as sementes não brotam facilmente e as mudas exigem cuidados: regar e colocar coberturas para evitar o sol em excesso; o que é desnecessário para aquelas que germinam de forma natural. Além do mais, essas últimas são muito valorizadas e estimuladas²³ a crescer por serem mais resistentes.

Em todo esse processo, a observação é uma condição indispensável à reprodução das plantas o mais próximo possível do que pensam como o “natural”, ou seja, “*deixado por Deus*” (palavras de uma catadora). Assim, há uma mescla de plantas de diferentes idades e distâncias no mesmo espaço. Saberes praticados tradicionalmente são postos em prática, a exemplo da disposição das plantas, da seleção das mesmas para a colheita e dos tratamentos com os frutos.

Da mesma forma que no povoado Jatobá, em **Olhos D’Água** há uma mescla entre plantas nativas e cultivadas, sendo este reconhecido como um dos pioneiros no extrativismo de frutas como mangaba²⁴, murici (*Byrsonima sericea*), cambuí (*Myrcia sp.*) e caju (*Anacardium occidentale*).

²³ Observação constante para combater qualquer empecilho (outras plantas em volta, por ex.).

²⁴ Uma das mais antigas catadoras de mangaba da região faz parte desse grupo.

Como visto, pode-se afirmar que há uma crescente preocupação com o plantio de novas áreas nos três povoados, em decorrência da valorização da fruta nos mercados local e regional.

Como discutido na literatura (FARIA et al, 2005; DIEGUES; ARRUDA, 2001; PEREIRA, 2004; MOTA; SILVA JÚNIOR, 2003), as populações extrativistas conhecem detalhadamente o comportamento dos recursos com os quais se relacionam há anos, mas esse conhecimento é associado à intensidade da relação, à origem, idade e à forma de acesso. Quanto mais intensa a relação, mais saberes e práticas são dominados, como acontece no povoado Capoã, onde cada detalhe do desenvolvimento da planta é observado e repassado para as gerações futuras. A troca de experiências se dá a partir da vivência dos mais jovens com os mais velhos, predominantemente, pela demonstração nos diferentes momentos de desenvolvimento da planta.

4.5.2 – A produção de mudas como desafio

A produção de mudas é feita de forma artesanal e o processo praticamente se repete nos três povoados como demonstrado na Tabela 4²⁵.

²⁵ As mudas podem ser obtidas tanto a partir da semente como a partir do fruto inteiro, em ambas as etapas de seleção da semente e fruto, germinação e início da frutificação duram, respectivamente um dia, um a dois meses e dois anos. No entanto, o plantio do fruto inteiro no local definitivo é o processo mais utilizado pela maioria dos catadores.

TABELA 4: Descrição do processo artesanal de produção de mudas.

TIPOS DE MUDAS			
Mudas a partir de sementes	Mudas a partir do fruto		
ETAPAS	<u>Seleção da semente</u> – A partir do fruto bem maduro, retira-se a semente com cuidado, colocando-a para secar.	ETAPAS	
	<u>Semeadura</u> – As sementes são colocadas em pequenos sacos contendo areia; Deve-se ter o cuidado de regá-las constantemente, até as sementes germinarem e as plântulas alcançarem um tamanho que possibilite a sua transferência para as áreas escolhidas.		<u>Plantio</u> – Após a seleção do fruto, planta-se o mesmo inteiro, diretamente no local definitivo, não separando a polpa e a casca. A germinação e o desenvolvimento ocorrem diretamente no local escolhido, não necessitando de transplântio.
	<u>Escolha do local de plantio</u> – Deve-se escolher uma área aberta para que a muda possa se desenvolver sem competir com as demais plantas. Faz-se a transferência da plântula do saco para o local definitivo. Os cuidados, a partir daí, deverão ser as regas e o controle de plantas daninhas.		<u>Escolha do local de plantio</u> – Após a semeadura direta no campo, o catador tem o cuidado de regar o local e controlar plantas daninhas.

Conforme relatos dos entrevistados, no povoado Capoã a técnica de produção de mudas, seja através dos sacos plásticos para o transplântio ou da semeadura direta, vem sendo reduzida porque se tem notado que a dispersão natural de sementes proporciona plantas mais resistente aos fatores ambientais e com um melhor desenvolvimento, por suportar melhor o calor e a escassez de água. Segundo as catadoras, os responsáveis pela dispersão das sementes e sua rápida germinação são o cavalo, o gado e os pássaros, que se alimentam do fruto maduro encontrados no chão.

4.5.3 – Os cuidados com as plantas: tarefa das mulheres?

Para as catadoras, os cuidados dispensados às mangabeiras são mínimos se comparados aos tidos com o coco ou com outras culturas, como pode ser observado na Tabela 5.

TABELA 5: Práticas culturais executadas na mangabeira no município de Barra dos Coqueiros, SE.

POVOADO	PROCEDIMENTO
Olhos D'Água	Retiram-se todas as plantas que se desenvolvam embaixo e próximo aos pés de mangaba. Os galhos secos, que normalmente aparecem nas plantas, são removidos e todas as folhas que se encontram embaixo das plantas são retiradas, deixando-se a área limpa.
Capoã	As plantas invasoras são removidas e arrastadas para os pés de mangaba. As folhas que se depositam naturalmente embaixo das plantas não são retiradas, apenas os galhos secos ,que normalmente aparecem, são removidos. Essa estratégia de conservar a serrapilheira se deve à retirada da mangaba “de vez” (quando ela cai perde muito látex e, em contato com a terra, o fruto fica muito sujo, dificultando o processo de “encapotamento”). Com a serrapilheira, os frutos se mantêm limpos, isentos de areia, deixando mais fácil o trabalho dos catadores.
Jatobá	Os cuidados utilizados nesse povoado são idênticos aos usados no povoado Olhos D'Água, pois essas catadoras colhem a mangaba “de caída”.

A extração do látex da mangabeira para fins comerciais não é uma atividade desenvolvida nessa área, sendo realizada apenas quando pessoas, geralmente da zona urbana solicitam para fins medicinais²⁶. Mas a extração do látex é considerada por alguns como atividade que pode causar sérios danos à planta, ocasionando a diminuição da produção e até a sua morte.

²⁶ Segundo Silva Júnior (2003), algumas partes da mangabeira são utilizadas para fins medicinais como a casca, que possui propriedades adstringentes e o látex, que é empregado contra doenças pulmonares, tuberculose, úlceras e herpes. Também é utilizado no combate as câimbras. Silva Júnior destaca ainda a utilização, por uma comunidade do Pontal, Sergipe, da mistura do látex com água para pancadas, fraturas e inflamações.

4.5.4 – A colheita e “encapotamento” do fruto

A safra começa em dezembro e se estende até agosto, ocorrendo variações na quantidade de frutos produzidos nesse intervalo de tempo. A primeira safra (dezembro a março) é considerada a de melhor qualidade. Há divergências em considerar o número de safras que ocorrem no ano; uns afirmam que são três e outros que são duas.

A colheita é feita a partir do amanhecer (por volta das 5h30min) e ao entardecer. As catadoras evitam os horários mais quentes, pois o sol em excesso acaba queimando o fruto, afetando a aparência e o sabor. Nas visitas às plantas, são coletados frutos maduros que já estão no chão (chamados mangaba “de caída”) e retirados com um gancho de ferro os frutos que se encontram quase amadurecidos (chamados “de vez”). A retirada pode se dar também através da subida nos pés e, a fim de evitar danos aos galhos, essa tarefa é desempenhada predominantemente pelas crianças, que são leves.

Quanto à forma de amadurecimento, o fruto pode ser classificado como “de caída” e “de capota”. A mangaba “de caída”, como mencionado anteriormente, é aquela que cai do pé naturalmente, efetivamente madura. Já a mangaba “de capota” é aquela que é retirada do pé antes de completar o seu amadurecimento efetivo e que passa por um processo de amadurecimento artificial chamado encapotamento. O processo de encapotamento consiste na lavagem dos frutos após a colheita. Em seguida são colocados para enxugar sobre um pano seco. Logo depois são colocados em baldes revestidos com papel e cobertos também com papel ou tecido. Após três dias, os frutos estão maduros e prontos para serem comercializados. Apesar de todos esses cuidados, a chamada mangaba “de capota” não alcança valores tão elevados no comércio, nem é tão saborosa como a mangaba “de caída”, contudo ela é muito importante para a agroindústria, que as consideram melhores que as “de caída”, por serem mais resistentes ao transporte.

4.6 – Conclusões

A pesquisa permitiu concluir que:

1. Devido ao valor agregado à mangaba nos últimos anos (polpas, sorvetes etc.), o seu extrativismo é uma prática que vem se intensificando no município de Barra

dos Coqueiros, SE (mais especificamente no povoado Capoã), sendo fonte de geração de ocupação e renda, principalmente para as mulheres.

2. Mesmo tendo a participação de crianças e de jovens, o extrativismo é, sobrepujadamente, feito por mulheres, as quais se revezam entre a casa e o campo. Os homens somente ajudam na atividade quando a produção é intensa. Nota-se que a sobrelevação das mulheres no manejo da mangaba lhes confere saberes que têm contribuído para a conservação dos remanescentes.
3. As catadoras de mangaba (descendentes, em sua maioria, de sitiantes) são uma nova tipologia dentro das comunidades tradicionais que apresentam saberes acumulados – legado de gerações – e formas particulares de reprodução desses conhecimentos sobre práticas de manejo das plantas, sobre produção de mudas para a preservação das áreas e sobre colheita.
4. As formas de acesso aos remanescentes se dão de três formas: por terras próprias, pelo sistema de “meia” e pelo uso de áreas comuns, determinantes nas estratégias de conservação.
5. A intensificação das colheitas caracterizando extrativismo predatório é um dos fatores que tem contribuído para a exaustão das plantas, especificamente nas áreas de exploração comum, onde não há os mesmos cuidados dispensados nas áreas particulares.
6. No geral, as catadoras de mangaba são as responsáveis pela conservação dos remanescentes de mangabeira, porquanto as mesmas visualizam essas áreas como um patrimônio que precisa ser preservado para garantir a reprodução para as gerações futuras.
7. Os cuidados não só se limitam ao plantio, mas também ao manejo por meio da retirada dos galhos, da colheita dos frutos, da observação das diferentes etapas de reprodução, da diferenciação das plantas, folhas, frutos e do controle das ervas daninhas. Tudo isso tem conseqüências positivas na seleção e conservação das plantas *in situ*, seja pela propagação natural ou realizada pelo homem.

4.7 – Referências bibliográficas

- ALMEIDA, M. W.B. **As reservas extrativistas e as populações tradicionais.** Entrevista do mês. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/entrevistas/almeida.htm>> Acesso em 14 set. 2004.
- CASTRO, E. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: CASTRO, E.; PINTON, F (orgs.). **Faces do Trópico Úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente.** Belém: Cejup, 1997. p.263 – 283.
- DIEGUES, A. C. S. Aspectos sociais e culturais do uso dos recursos florestais da Mata atlântica. In: SIMÕES, L. L.; LINO, C. F. (orgs.). **Sustentável Mata Atlântica.** São Paulo: Senac, 2002. p. 135-158.
- DIEGUES, A. C. S. *O mito moderno da natureza intocada.* São Paulo: Hucitec, 1998. 169p
- DIEGUES, A. C.; ARRUDA. R. S. V. (orgs.). **Saberes Tradicionais e biodiversidade no Brasil.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente, São Paulo: USP, 2001.
- FARIA, I. M., VALENCIO, N. L. da S., MANCUSO, M. I. R.; SILVA, M. A. de M. Vozes e imagens do rio São Francisco: um estudo sobre populações tradicionais e problemas ambientais. In: BRUMER, A., PIÑERO, D.; LEPRI, M. C. ... [et al]. **Agricultura Latino-americana: novos arranjos e velhas questões.** Porto Alegre: UFRGS, 2005. p. 259-286.
- MENDRAS, H. **Sociedades camponesas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- MOTA, D.M. & SILVA JÚNIOR, J.F. **Populações tradicionais e formas coletivas de gestão e preservação dos remanescentes de mangabeiras no litoral sergipano.** Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2005. n.p. (Relatório de projeto de pesquisa financiado pelo CNPq).
- MOTA, D. M. da.; SANTOS, J. V. dos. Populações tradicionais e conservação dos remanescentes de mangabeira na Barra dos Coqueiros/Sergipe. In: III Congresso Brasileiro de Agroecologia, 3., 2005. Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2005.
- MOTA, D. M. da.; SILVA JÚNIOR, J. F. da. Populações Tradicionais e Formas Coletivas de Gestão das áreas de ocorrência natural de mangabeira. **Raízes: Revista de Ciências sociais e econômicas,** Campina Grande, v.22, n.2, p.225-233, jul./dez. 2003.
- MOTA, D. M. da, SILVA JÚNIOR, J. F. da.; GOMES, J. B. V. Lógicas de reprodução social de uma população tradicional de catadores de mangaba no litoral sul sergipano.

In: Simpósio Brasileiro sobre a Cultura da Mangaba, 2003. Aracaju. **Anais...** Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2003a.

MOTA, D. M. da, SILVA JÚNIOR, J. F. da.; GOMES, J. B. V. Representações de uma população tradicional de catadores acerca do extrativismo da mangaba no litoral sul de Sergipe. In: Simpósio Brasileiro sobre a Cultura da Mangaba, 2003. Aracaju. **Anais...** Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2003b.

PEREIRA, O. P. Criação de projeto de assentamento sob condições especiais em área frágil. In: MOTA, D. M. da; GOMES, J. B. V.; CARVALHO, L. M. de. (orgs.). Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, 6., 2004. Aracaju. **Anais...** Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2004.

SANTOS, J. V. dos.; MOTA, D. M. da.; HOLANDA, F. S. R.; SANTOS, J. V. dos. A construção de indicadores para uma avaliação do extrativismo da mangaba (*Hancornia speciosa* Gomes) em Sergipe. In: Congresso Brasileiro de Agroecologia, 4, 2006. Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Emater/MG, 2006. (CD-ROM)

SILVA JÚNIOR, J. F da. Recursos genéticos da mangabeira nos tabuleiros costeiros e baixada litorânea do nordeste do Brasil. In: Simpósio Brasileiro sobre a Cultura da Mangaba, 2003. Aracaju. **Anais...** Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2003. (CD-ROM)

SILVA JÚNIOR, J. F da.; LÉDO, A. da S.; LÉDO, C. A. da S.; TUPINAMBÁ, E. A. Caracterização morfológica de genótipos de mangabeira na restinga do Complexo Estuarino do Rio Vaza-Barris, Sergipe. In: Simpósio Brasileiro sobre a Cultura da Mangaba, 2003, Aracaju. **Anais ...** Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2003. CD-ROM.

CAPÍTULO 5: O EXTRATIVISMO DA MANGABA NA PERSPECTIVA DAS MULHERES

"A esposa não desprende de si o filho, senão quando ele não chupa mais seu peito. Ela é como a MANGABEIRA; nutre o fruto com seu leite, que é a flor de seu sangue."

(Fragmento do romance "Ubirajara" de José de Alencar)

Resumo

Um dos temas recorrentes nos estudos sobre as mulheres é a sua atuação quanto ao uso dos recursos naturais. Reconhecidamente, na literatura, as mulheres são tidas como fundamentais à conservação da biodiversidade. Isso ocorre porque as mesmas encontram-se diretamente ligadas à natureza, fazendo uso equilibrado dos recursos e viabilizando medidas favoráveis ao ambiente. Porém as mulheres têm-se apresentado crescentemente vulneráveis ao atual modelo implantado, que visa à privatização das áreas para a implantação de sistemas urbanos; procedimento que ameaça seus modos de vida e põe em risco a sustentabilidade do ecossistema. Nesse contexto, no presente artigo é feita uma análise do comportamento das mulheres no uso e na conservação das áreas remanescentes de mangabeiras, assim como das relações subjacentes a essa prática, no município de Barra dos Coqueiros/SE, num momento em que, concomitante à valorização da mangaba no mercado de frutas frescas, há uma crescente pressão sobre os recursos extrativistas.

Palavras-chave: Extrativismo da mangaba (*Hancornia speciosa* Gomes), saberes tradicionais, mulheres.

Abstract

One of the recurrent themes in studies about women is their work regarding the natural resources. Admittedly, in literature, the women are known as fundamental to the conservation of biodiversity, this occurs because they are directly linked to nature, using the resources with balance and making possible favorable measures for the environment. However, women have grown vulnerable to the actual model implanted that wants to privatize the areas to implant urban systems that threatens their way of

life, risking the sustainability of the ecosystem. In this context, in the present article we do an analysis of the women's behavior in using and maintaining the remainders of mangabeiras, as well as the relations related to this practice in the town of Barra dos Coqueiros/SE, in a moment that along with the valuation of mangaba in the fresh fruit market, there is an increasing pressure on extraction resources.

Keywords: extraction of mangaba (*Hancornia speciosa* Gomes), traditional knowledge, gender.

5.1 – Introdução

O extrativismo da mangaba enquanto prática social envolve predominantemente as mulheres como força de trabalho, pois sua participação dá-se em todas as etapas da atividade extrativista, desde a coleta da fruta até a comercialização, o que caracteriza a renda derivada dessa prática como fundamental no sustento familiar. Há de se considerar que a presença das mulheres, ultimamente, tem aumentado de forma significativa nas atividades produtivas (CAVALCANTI; RAMOS; SILVA, 1998) constituindo-se numa importante força de trabalho, apesar da ocultação de sua participação nos dados censitários.

Tanto na agricultura familiar como no assalariamento, as mulheres se fazem presentes, ocupando espaços que tradicionalmente estariam designados aos homens. Na verdade, a mão-de-obra da mulher é cada vez mais necessária em atividades que demandem habilidades e cuidados específicos.

Mas é importante destacar no estudo de gênero que, embora homem e mulher convivam no mesmo espaço, há divisões estabelecidas de papéis tradicionalmente inerentes a cada um dos gêneros. Ou seja, ambos os gêneros já têm predeterminados na sociedade seus espaços: o homem com o da produção, ou seja, o público; a mulher com a esfera da reprodução, o privado. Essa dicotomia no estudo possibilita entender que a questão das desigualdades de gênero reside na valorização atribuída às atividades desempenhadas por cada um, não se restringindo ao sexo, pois tanto o homem como a mulher encontram-se ao mesmo tempo em todas as dimensões (ALBUQUERQUE,

2002). Nesse caso, o estudo de gênero viabiliza a compreensão da complexidade nos espaços de convivência humana.

As relações de gênero no presente trabalho são fundamentadas no proposto por Saffioti (1992), que delimita o gênero como uma maneira contemporânea de organizar normas culturais passadas e futuras. Sua construção pode ser compreendida como um processo social, o qual tem lugar na trama das relações entre mulheres, entre homens e entre mulheres e homens.

As discussões apresentadas tratam dos resultados de uma pesquisa realizada no município de Barra dos Coqueiros / SE, nos povoados Olhos D'água, Capoã e Jatobá. A metodologia de pesquisa foi, predominantemente, qualitativa e os estudos constaram de histórias de vida, levantamento de dados primários e secundários (entrevistas, questionários), caminhadas transversais e revisão bibliográfica sobre a divisão social do trabalho, relações de gênero, formas de gestão dos recursos, estratégias de sobrevivência, comercialização e acesso à terra. As observações diretas deram-se nos diferentes espaços de coleta, de beneficiamento, de comercialização e de realização da vida social. Tanto os espaços de trabalho quanto os domésticos, foram objetos de investigação. Nessas ocasiões, as impressões foram registradas em diários de campo. Várias visitas foram realizadas aos povoados Olhos D'água, Capoã e Jatobá, nos quais o extrativismo da mangaba, associado ao trabalho de coleta no manguezal, são as principais fontes de renda e estão sob a responsabilidade das mulheres. Esses três povoados estão localizados em áreas próximas aos manguezais, o que sem dúvida contribui para que a exploração alternada “mangaba / mangue” faça parte das estratégias de sobrevivência dessa população, reforçando a tese de que o extrativismo deve ser sempre compreendido no conjunto das atividades da população (DIEGUES, 1998; 2002; ALMEIDA, 2004).

5.2 – Os campos nativos e a presença das mulheres

A presença da mulher no extrativismo da mangaba é uma particularidade nas áreas onde a atividade foi estudada. O predomínio da mão-de-obra da mulher no extrativismo tem possibilitado uma maior participação das mesmas na constituição do patrimônio e da renda familiar (MOTA; SANTOS, 2005). Sua participação efetiva

representa , através da comercialização, um rompimento nos padrões tradicionais. Para Luz et al (2003) é comum encontrar experiências da presença de mulheres em processos de produção, mas no que concerne à comercialização, os homens tomam a frente da atividade.

As explicações para o predomínio da mulher nessa atividade – de modo específico nessa região – remontam a uma época em que a coleta da mangaba ainda não era tão intensamente vinculada ao mercado e, por isso, constituía um campo de domínio feminino. Lidar com a mangaba não era considerada uma atividade pública (e não é até hoje) nem geradora de renda, portanto pertinente à esfera de ação das mulheres. Importando salientar que esse papel econômico atribuído a elas se opunha ao dos homens, em que vigorava o negócio, o público, segundo construções sociais que variam no tempo e no espaço.

Partindo de uma divisão de papéis claramente definida pela sociedade tradicional, na qual a mulher sempre exerceu uma posição de subordinação e de complementaridade ao trabalho do homem, nota-se no extrativismo uma inversão de atribuições em que o homem participa da atividade numa condição completamente diferente. Os homens, encarregados de cuidar da agricultura, coletam mangaba apenas quando estão disponíveis, mas não há uma participação constante no encapotamento e na comercialização da mesma porque essas tarefas ficaram designadas às mulheres. O homem, então, passa a representar o seu papel na cultura da mangaba como o de ajudante da mulher. Ou seja, com a intensificação da inserção da fruta no mercado, padrões culturais foram transformados²⁷ (D'INCAO; COTTA JUNIOR, 2001; CASTRO; LAVINAS, 1992) e as mulheres rompem a barreira do privado, através da comercialização.

²⁷ Mesmo o extrativismo da mangaba sendo uma atividade de fundamental importância para a economia local, a sua participação na composição da renda familiar é classificada como complementar, o que caracteriza segundo Di Ciomo (2003) a naturalização da dominação.

5.3 – Uma paisagem em definição: A influência da mulher versus o intenso processo de urbanização.

A memória oral dos antigos moradores da região registra que na década de oitenta o declínio de algumas atividades extrativistas possivelmente esteja ligado ao aumento do número de estabelecimentos e à ampliação dos já existentes para a implantação da monocultura do coco.

Uma localidade onde há trinta anos predominava a restinga pouco explorada transformou-se, gradativamente, com a introdução da cultura do coco, numa paisagem estritamente homogênea²⁸. Essa homogeneização das áreas se estende aos três povoados, todavia é fortemente evidenciada no povoado Olhos D'água.

Com a valorização econômica da mangaba, fruto da mangabeira, espécie nativa dos tabuleiros costeiros e cerrados, o povoado Capoã é o primeiro a apresentar modificações na conformação da sua paisagem. A domesticação da planta inicia-se pelos quintais e se distribui por todo o terreno, reconfigurando a paisagem e dando um ar de diversificação.

A paisagem, nesse sentido, é fruto de ações das mulheres, que possibilitaram à área uma consorciação de coqueiros e mangabeiras²⁹ (Figura 18), frente às distintas ações sobre os recursos nos diferentes povoados.

²⁸ No que se refere à presença de uma cultura, no caso o coqueiro.

²⁹ Plantas como mangueira e cajueiro, muitas vezes, estão presentes nessa conformação.



FIGURA 18: Visão geral da disposição das mangabeiras no município.

De modo geral, a paisagem atual possivelmente é resultante das práticas desenvolvidas por grupos tradicionais, especialmente mulheres, que, além de intervirem no ambiente, evitando o corte de plantas e contribuindo para a diminuição do processo de homogeneização dos coqueiros, auxiliam a propagação dos frutos através de animais dispersores e até a produção artesanal de mudas. Sobre os animais dispersores, deve-se considerar que a dispersão zoocórica é um processo natural de distribuição de sementes no ambiente. E, nesse caso, a co-participação das mulheres no processo propagativo inicia ao observar o elevado número de germinações nas fezes dos animais que comiam a fruta. É como se a frugivoria desses animais favorecessem a disseminação de novas espécies no ambiente. Então o que ocorre é que ao invés de coletar todas as mangabas maduras no chão, algumas são deixadas propositalmente, pelas catadoras, para os animais. Além do mais, para elas, essas novas plantas são mais resistentes ao intemperismo que as produzidas artesanalmente.

a) Povoado Olhos D'água

Como consequência da derrubada massiva de mangabeiras para o plantio do coqueiro, na década de oitenta, o povoado Olhos D'água foi o pioneiro no início e no fim do extrativismo de frutas como o murici, o cambuí e a mangaba. A pressão nessa área não possibilita a permanência de muitos nativos na região. Dessa forma, a comunidade reduziu e os seus modos de vida foram diretamente afetados, o que gerou a migração da maioria de seus moradores para os centros urbanos.

Desde então, com a decadência das atividades extrativistas, devido à diminuição e ao desaparecimento de algumas espécies, não mais se têm dados relevantes da prática. Pois, os poucos³⁰ que ficaram tiveram dificuldades em manter os pés de mangaba que restaram.

Atualmente, a domesticação da mangabeira (Figura 19) foi intensificada nesse povoado, podendo ser comprovada pelo aumento do número de plantas nos quintais e em frente das casas (fato possivelmente ligado a uma identidade extrativista da comunidade no passado). Há uma produção ainda relativamente baixa – se comparada a outras áreas como a do povoado Capoã – mas com evidentes sinais de ampliação no futuro, devido à intensificação na reprodução de mudas.

³⁰ Uma das catadoras desse povoado relatou o desafio de manter as mangabeiras, até porque a pressão para a derrubada dos pés estava em casa. Os homens, chefes de família, não aceitavam a mangabeira porque ocupava espaço para o plantio de mais coqueiros.



FIGURA 19: Área privada no Povoado Olhos D'água

b) Povoado Capoã

Apesar da alta de preços do coco na economia e do processo de homogeneização da paisagem decorrentes da expansão dessa monocultura, na década de oitenta, algumas propriedades mantiveram resquícios da vegetação nativa, o que viabilizou o desenvolvimento do extrativismo pelas mulheres.

O extrativismo da mangaba, posteriormente, na década de 90, com a desvalorização do coco e seu reconhecimento econômico daquela nessa mesma época, passa então a compor o elenco de atividades desenvolvidas pelo grupo familiar, especialmente pelas mulheres. Com uma grande concentração de mangabeiras num diversificado número de estabelecimentos, essa região apresenta uma área privada de acesso comum (Figura 20) que é uma importante fonte de renda para as catadoras que não possuem terras próprias para a coleta da mangaba.



FIGURA 20: Área privada de acesso comum no Povoado Capoã (Sítio São José do Arrebancado).

O povoado Capoã positivamente se destaca por apresentar a maior produção de mangaba (cerca de vinte e cinco toneladas) no município e por ser o pioneiro na atividade extrativista; ao passo que convive também com a ameaça constante de desaparecimento das plantas, diante do intenso processo de urbanização. A presença de placas indicando a venda de terrenos para loteamentos, construção de condomínios e infra-estruturas turísticas são indicadores dessa situação de forte pressão que ameaça os recursos e a população tradicional que habita essas áreas, o que tende a gerar um forte processo de marginalização social.

c) Povoado Jatobá

A devastação das mangabeiras nativas no Povoado Jatobá se deu por diferentes ações: 1) A implantação da monocultura do coco;

2) A construção do Porto de Sergipe;

3) A construção do Pólo Cloro químico;

4) A abertura de rodovias ligando áreas antes isoladas da capital Aracaju;

5) A privatização dos estabelecimentos para a construção de loteamentos.

A paisagem atual do povoado Jatobá é a de uma comunidade pobre que pouco fez uso do extrativismo da mangaba (e alguns poucos mesmo o fazem nessa área). As áreas de acesso utilizadas no extrativismo são aquelas outrora destinadas ao pólo cloro químico, pertencentes à estatal CODISE, mas agora abandonadas. São poucos os estabelecimentos produtivos que apresentam mangabeiras.

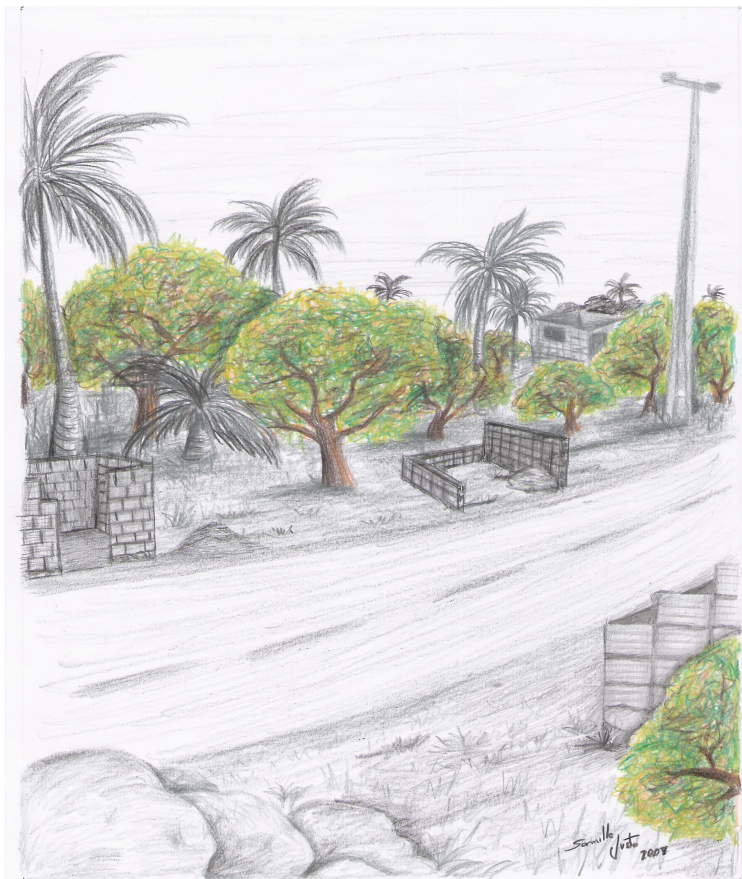


FIGURA 21: Expansão imobiliária do Povoado Jatobá

No povoado Jatobá (Figura 21), a paisagem passa a ser influenciada pelo resultado no povoado Capoã, ou seja, há a consorciação de coqueiros e mangabeiras. No entanto, apesar de alguns dos estabelecimentos produtivos iniciarem a introdução das mangabeiras, surge uma situação adversa: a pressão no espaço pela especulação imobiliária; fator que ameaça o estilo de vida de grupos que ainda persistem na região e que tentam contribuir para a formação de uma paisagem mais dinâmica e equilibrada.

5.4 – As mulheres e os saberes tradicionais no extrativismo

O comportamento das populações tradicionais estudado por Diegues (2002) e das mulheres, especificamente em relação ao uso dos recursos naturais, tem sido um constante objeto de estudo (DI CIOMMO, 2003; SILIPRANDI, 2000; SIMONIAN, 2001).

Esses grupos extrativistas têm um saber decorrente do convívio com a atividade extrativista, pois seu modo de vida, em grande parte, encontra-se associado ao uso e manejo de bens comuns e privados. Ligadas diretamente à restinga³¹, as mulheres, através do uso de seus produtos (especialmente a mangaba), apresentam-se vulneráveis à expansão do turismo e à especulação imobiliária.

O conhecimento expresso pelas catadoras³² tem possibilitado a reprodução de um manejo que possibilita a conservação dos remanescentes. O que contraria em parte a tese de Hardin (1968) e Homma (1990; 1993) no que se refere à inevitável extinção das atividades extrativistas. Mas, para o caso em análise, o fato de essas comunidades conhecerem os recursos extrativistas não lhes garante a permanência da atividade, pois as mesmas também se encontram sob ameaça do capital imobiliário. Então o proposto por Hardin (1968) e Homma (1990, 1993) torna-se verdadeiro, porque o grande problema que permeia essa área está na perda das condições de produção do conhecimento e no despreparo para fazer frente às ameaças que, de certa forma, coloca em risco a atividade extrativista. A falta de organização desses grupos gera a

³¹ A restinga é um ecossistema com características peculiares, caracterizado pela composição e estrutura da vegetação, funcionamento e interações com o sistema solo-atmosfera.

³² Os catadores em questão são predominantemente mulheres mães de família que se dedicam ao extrativismo numa simbiose entre os campos e o espaço da casa, expressando uma forte ligação com a natureza (DI CIOMMO, 2003).

invisibilidade dos mesmos e dificulta a ação na busca de políticas públicas que garantam seus meios de vida. Provavelmente esse seja um grande fator favorável à privatização das áreas.

Deve-se considerar que quanto mais intensa a relação “mulheres e campos nativos”, mais saberes e práticas são dominados, como acontece no povoado Capoã, onde cada detalhe do desenvolvimento da planta é observado e repassado como uma lição através da troca de experiências e do aprendizado acumulado a partir da vivência dos mais jovens com os mais velhos. A transmissão do saber-fazer dá-se com certa naturalização do ensino entre as pessoas e se processa no cotidiano, nos locais em que se realizam as tarefas de colheita e beneficiamento. O aprendizado que acontece no espaço da casa se caracteriza pela informalidade, pela ausência de rigor nos horários e nas técnicas (ALBUQUERQUE, 2002).

5.4.1 – Que saberes essas populações têm apresentado sobre o extrativismo da mangaba?

Em se tratando de saber local ou tradicional – ou de qualquer outro saber – ambos referem-se a um produto histórico que se reconstrói e se modifica, e não a um patrimônio intelectual imutável, que se transmite de geração a geração (CUNHA, 1999). Dessa forma o saber local produz conhecimentos valiosos que o mercado está apenas começando a reconhecer, que apresenta um valor próprio independente de seus acertos e que está precisamente na sua diferença de outras formas de fazer ciência.

Nesse sentido, as catadoras de mangaba constituem um grupo que apresenta um vasto conhecimento sobre as áreas extrativistas, no qual identificam particularidades do ecossistema, como tipo do solo, vegetação (desenvolvimento e fenologia, em particular da mangabeira) animais, etc.

A percepção e uso de outros recursos vegetais no entorno das mangabeiras têm uma grande importância já que equilibra a ação no uso dos recursos e viabiliza a conservação, variando de intensidade de acordo com a utilidade e disponibilidade do mesmo. Entre esses recursos se incluem as madeiras utilizadas como fonte de energia

(lenha), os comestíveis e os de uso medicinal. Na Tabela 6 estão presentes a diversidade de recursos e seus usos pelos grupos.

TABELA 6: Plantas usadas em uma comunidade tradicional do município de Barra dos Coqueiros, estado de Sergipe. Convenções, **A:** comestível; **B:** medicinal; **C:** madeira. Fonte do recurso: **a:** quintais; **b:** mata; **c:** campos de cultivo.

Táxons	Nome vulgar	Usos	Fonte
Anacardiaceae			
<i>Anacardium occidentale L.</i>	Cajueiro	A, B	a,b,c
<i>Mangifera indica L.</i>	Mangueira	A	a,c
Arecaceae			
<i>Cocos nucifera L.</i>	Coqueiro	A	c
Apocynaceae			
<i>Hancornia speciosa Gomes</i>	Mangabeira	A, B, C	a, b, c
	Acerola	A	a
Mirtaceae			
<i>Psidium guajaba L.</i>	Goiabeira	A, B	a
	Graviola	A	a
	Limoeiro	A	a
	Murici	A, B, C	b
	Maçaranduba	A, C	b
	Ingá	A, C	b
	Cambuí	A, C	b
	Amesca	A	b
	Cambucá	A, C	b
	Murta	A, C	b
	Carrasco	A, C	b
	Angelim	A, C	b
	Ameixa da praia	A	b
	Juá	C	b

O conhecimento descrito pelas catadoras sobre a mangabeira permite uma descrição botânica muito bem detalhada do recurso que utiliza, desde a morfologia até a fenologia da planta. Os conhecimentos desenvolvidos pelas mesmas tanto favoreceu a dispersão das sementes como viabilizou a reprodução através de mudas, o que possibilitou o aumento do número de plantas e, conseqüentemente, a produção.

Uma breve descrição botânica com base nas informações colhidas pelas catadoras e certo embasamento teórico no que já foi estudado presente na literatura é detalhada a seguir. Para os atores envolvidos, as mangabeiras são plantas de porte médio estimado em 4 metros (SILVA JUNIOR, 2003), sua copa é proporcional à idade

e as raízes são descritas como leitosas³³. Levam em média quinze dias para germinar e a fase produtiva ocorre no terceiro ano de vida e aumenta em função da idade, podendo viver mais de sessenta anos. A classificação dá-se segundo o volume de produção, e a idade é delimitada pelo tamanho e espessura do tronco. A morte de uma mangabeira é proveniente de doença ou velhice, sendo que a última ainda não foi registrada pela comunidade local. A dispersão das sementes nas propriedades maiores é viabilizada pelos animais³⁴, enquanto que os pequenos proprietários produzem mudas artesanais.

Os cuidados com as mangabeiras consistem na retirada de plantas do seu entorno e debaixo dos seus pés, e na eliminação de folhas e galhos secos. A produção de mudas dá-se de duas formas: através da fruta madura e através dos pés que brotam naturalmente por causa da dispersão. Nesse caso, as catadoras estabelecem uma distância média entre os pés, cerca de dois metros.

Existem mangabas com e sem pintas de tonalidade avermelhada³⁵. A primeira é denominada de mangaba vermelha ou pintada e a segunda é de cor homogênea, denominada de mangaba branca. A mangaba branca é mais demandada. A aparência da fruta tem relação direta com a estação, sendo a branca associada ao verão e a pintada ao inverno (MOTA; SANTOS, 2005). As entrevistadas reconhecem que as frutas são diferentes quanto à cor, sabor e tamanho, chegando a identificar dois tipos de fruto: a mangaba “de flor”³⁶ e a mangaba “de botão”³⁷. Na literatura não há essa diferenciação, mas há menção a esses dois tipos de frutos, sem, no entanto, explicação científica.

As entrevistadas reconhecem, outrossim, as alterações climáticas decorrentes da devastação ambiental e percebem a influência direta desse problema no extrativismo da mangaba, ressaltando a mudança na fenologia das plantas com a intensificação das chuvas fora de época e a elevada incidência de patologias³⁸. O convívio direto com a atividade lhes permite diagnosticar o futuro da atividade frente às constantes mudanças

³³ Todas as partes da mangabeira exsudam látex, popularmente conhecido como “leite” (SILVA JÚNIOR, 2003).

³⁴ Nesse caso tal afirmação decorre da observação das catadoras, caracterizando a dispersão zoocórica como um dos processos mais viáveis à propagação de sementes. As entrevistadas caracterizam tais animais como dispersores porque reconhece em suas fezes o desenvolvimento das plântulas.

³⁵ Monachino (1945) citado por Silva Júnior (2003) ressalta em seu trabalho.

³⁶ Ocorre no verão e observa-se o estádio da flor.

³⁷ No Jatobá é denominada de mangaba “de talo”. Ocorre no inverno e o estádio da flor não é classificado.

³⁸ Segundo Junqueira et al (2003) a homogeneização dos campos nativos de mangabeiras levou também ao aumento na incidência e evolução de seus patógenos.

no meio, ainda assim não conseguem identificar o risco eminente da perda de suas áreas para a especulação imobiliária, o que gera a fragilidade desses grupos.

5.4.2 – O calendário da mangaba

Como pode ser observado a seguir, de acordo com as informações disponibilizadas pelos atores da pesquisa, o ciclo de produção da mangaba é sazonal com variações mensais, sendo pertinente considerar que a atividade extrativista é desempenhada durante aproximadamente seis meses.

Deve-se considerar empiricamente que a primeira safra de mangaba inicia-se no final do mês de dezembro (Figura 33), sendo o mês de janeiro (Figura 22) caracterizado como o primeiro mês em que a produção de frutos atinge níveis satisfatórios de comercialização. Desde então, a safra é intensificada até o final de março (Figura 24), mês marcado pela elevada produtividade.



FIGURA 22: Mês de janeiro



FIGURA 23: Mês de fevereiro



FIGURA 24: Mês de março

No mês de abril (Figura 25) há uma queda na produção, e no mês seguinte (Figura 26) é iniciada uma nova safra, a qual a maioria das entrevistadas denomina de “safra de botão”. A “safra de botão” é caracterizada pelos atores como a safra em que não há a presença de flores, e tal fato pode ser justificado por nesse período ser intensa a ocorrência de chuvas, fator responsável pela desfloração. A “safra de botão” é a mais curta, mas, segundo os catadores, é a que apresenta os maiores frutos. O mês de junho (Figura 27), característico de chuvas que marcam o início do inverno, apresenta a fase de intensa queda de frutos e, conseqüentemente, de vulnerabilidade das que catam, pois é justamente nessa época em que o preço da mangaba declina devido à intensa oferta.



FIGURA 25: Mês de abril



FIGURA 26: Mês de maio



FIGURA 27: Mês de junho

O mês de julho (Figura 28) é caracterizado pelo fim da produção, havendo nele um decréscimo brusco devido à queda massiva dos frutos no mês anterior. Em agosto (Figura 29), há a queda da folhagem, que posteriormente reaparece no mês de setembro (Figura 30) com uma nova roupagem. O surgimento de novas folhas precede uma nova etapa: a produção de flores.



FIGURA 28: Mês de julho



FIGURA 29: Mês de agosto



FIGURA 30: Mês de setembro

As primeiras flores já começam a aparecer em meados do mês de setembro, mas é no mês de outubro (Figura 31) que há a intensificação. Em novembro (Figura 32) ainda perdura a ocorrência com a presença de frutos jovens. Essa safra é denominada de “flor” devido às catadoras identificarem essa fase durante a produção.



FIGURA 31: Mês de outubro



FIGURA 32: Mês de novembro



FIGURA 33: Mês de dezembro

Durante esse período, além de uma descrição detalhada da fenologia da planta, algumas particularidades na coleta puderam ser evidenciadas. Nos momentos de extração da fruta foi possível registrar que as catadoras tratam as plantas como indivíduos passíveis de conversação, supervalorizam as que produzem mais e questiona os motivos pelas quais algumas não se encontram em elevada produção. Devido a essa íntima relação e diante da curiosidade peculiar de cientistas natas, as catadoras conseguem, dentre outros detalhes, identificar o momento em que ocorre a queda dos frutos.

Essa naturalização do comportamento de diálogo entre as mulheres e as mangabeiras, possivelmente é uma confirmação do que é expresso pelo ecofeminismo, em que mulher e natureza são pontos afins que constituem dois lados de uma mesma moeda, como destaca Di Ciommo (2003) e Siliprandi (2000) em seus trabalhos.

5.5 – A vulnerabilidade do acesso aos campos nativos

Desde a formulação da expressão “Tragédia dos bens comuns” por Hardin (1968), o destino dos recursos pelo uso comum levaria a uma possível degradação e o uso exaustivo dos recursos acima de sua capacidade de suporte tenderia a um aniquilamento das áreas produtoras. O que para Homma (1993) seria justificado se levasse em consideração o fato da economia extrativista ser vitimada pela intensificação da economia de mercado. Mas, contrariando Hardin (1968), no centro dessa discussão emerge uma tendência atual, a luta das mulheres catadoras de mangaba, que apesar de não garantirem a possível degradação dos recursos ao menos tem contribuído nesse sentido por apresentar um conhecimento detalhado do recurso extrativista através de práticas culturais que favorecem uma maior dispersão das plantas, impedindo o seu desaparecimento e garantindo a continuidade da atividade.

Mas, apesar da luta em manter esses recursos, as catadoras encontram-se vulneráveis quanto às formas de acesso e sob a ameaça de um grande fator: a especulação imobiliária. As catadoras que tem como forma de acesso as áreas de uso comum encontram-se fortemente ameaçadas pela especulação imobiliária. A privatização de uma grande área de acesso comum (Sítio Filizola) limitará o acesso aos

campos nativos, a cerca de 150 catadoras³⁹, o que gera o aumento de conflitos entre as catadoras e os donos de terra, levando ao processo de marginalização social.

Amparadas por manejos tradicionais que tem possibilitado uma maior propagação da cultura, essas mesmas mulheres se deparam com uma possível limitação e desaparecimento das áreas remanescentes de mangabeiras no município. Como já ocorre em outras áreas do estado de Sergipe, esse fato têm chamado a atenção para a redução das áreas naturais de ocorrência da planta, que apesar de sua importância socioeconômica e das estratégias de conservação desenvolvidas pelas catadoras, tem enfrentado sérios problemas relativos à especulação imobiliária (MOTA; SILVA JÚNIOR, 2003).

Tal fato aliado à privatização crescente do espaço, que antes era de acesso comum ocupado pelas mangabeiras, trarão como consequência a expulsão da população extrativista, e a perda dos saberes acumulados ao longo de muitas gerações, colocando em risco, também, a sustentabilidade do ecossistema que tem sido manejado de forma equilibrada por essa população. A vulnerabilidade desses saberes está expresso antes na erosão das condições de produção desses saberes (CUNHA, 1999) e pelo fato destas populações não estarem preparadas e nem possuírem organização capaz de fazer frente às ameaças externas para fazer valer seus interesses.

5.6 – A divisão do trabalho e o extrativismo da mangaba como renda complementar

Como em outras atividades no espaço rural, a divisão social do trabalho está intimamente vinculada ao sexo, idade e posição ocupada na família. Nesse caso como o trabalho da mulher sempre foi tido como de ajuda, socialmente espera-se que o homem seja o provedor do sustento da família e, portanto, assuma tarefas que sejam de grande relevância na composição da renda familiar (como é o caso do coco, das roças de maxixe, quiabo, feijão de corda, etc.), atribuindo à mulher o papel de mãe e dona-de-casa. Nesses termos, mesmo quando a mulher exerce o papel de provedora do sustento familiar, a sua atividade laboral é considerada como subsidiária e complementar

³⁹ Esses catadoras residem em diferentes pontos do município, seja na zona urbana quanto na zona rural.

(ALBUQUERQUE, 2002). Apesar de no extrativismo da mangaba a inversão de tendências ter provocado mudanças no sistema familiar, devido à mulher romper espaços, antes exclusivo aos homens, e seu domínio não se restringir somente ao privado, mas também o público através da comercialização.

Mas, estaria implícito na consideração do trabalho da mulher como de ajuda a concepção de desvalorização do trabalho extrativista? Possivelmente por ser uma prática sazonal o extrativismo da mangaba, mesmo com uma valorização maior na economia, não seria considerado socialmente adequado ao elenco das atividades do provedor da família que necessita de certa regularidade nos ganhos (SANTOS; MOTA, 2006). Mas, o que pode ser constatado através da pesquisa é que a renda proveniente da mangaba corresponde a 62% de uma renda familiar de R\$ 233,00 enquanto que a atividade considerada como principal a agricultura (coco, roça, etc.) equivale a 32%, ou seja, enquanto a média anual da renda com a mangaba é de R\$3224,60, a da agricultura é de R\$ 2469,78.

Para Figueiredo (2005) o fato de o extrativismo ter sido, por muito tempo, estudado como “uma atividade tradicionalmente complementar e acessória às tarefas de cultivo referidas à chamada roça”, caracteriza o trabalho da mulher como invisível e isso possivelmente seja reflexo de uma cultura tanto dos grupos camponeses locais, como da cultura social mais ampla no qual esses grupos estão inseridos, de não valorização de uma atividade eminentemente feminina.

Até nos discursos das catadoras elas citam a cata da mangaba como um complemento na renda familiar. Todavia, quando questionadas do destino da renda com a comercialização da mangaba as mesmas acabam relatando situações na qual o extrativismo garante a manutenção da família, o recurso financeiro diário que garante a compra de mantimentos, como arroz, feijão, carne, açúcar, café, dentre outros. Além de ser garantia também no tratamento de doenças, compra de roupas, calçados, etc.

A grande questão que emerge da prática extrativista não é apenas o fato de ser caracterizada como complementar e sim a relevância que decorre de uma atividade que de uma forma ou de outra contribui para manutenção da família, e que há momentos na economia agro-extrativista em que a mangaba é a atividade principal, particularmente nas situações de crise na produtividade agrícola (FIGUEIREDO, 2005).

Neste estudo pôde ser observado que desde que houve um aumento na concentração de plantas e, conseqüentemente, da produtividade, mesmo com a intensa pressão urbanística, o extrativismo da mangaba ganhou proporções econômicas fundamentais na manutenção da família e interferiu não só do ponto de vista econômico, mas também mudando valores culturais à atividade e a quem a exerce. Portanto, tornou-se contestável o argumento de que o extrativismo é uma atividade meramente complementar.

O fato é que a complementaridade da renda apontada pelas catadoras, possivelmente esteja atrelada a baixa valorização que as mesmas têm de si próprias. E tal situação baseia-se, segundo Figueiredo (2005), ao posto assumido pelo homem de “chefe da família” que assume atividades cuja produção é considerada como principal e viável a sustentação da família, enquanto à mulher caberiam atividades na esfera reprodutiva da mesma.

5.7 – A importância das mulheres na conservação da biodiversidade: Reflexões finais

Nos últimos anos, têm-se notado a luta das mulheres por uma valorização e reconhecimento social. Historicamente, elas desempenharam um papel secundário e viveram (e muitas ainda vivem) à margem da sociedade. Tradicionalmente sua presença nos espaços de trabalho nunca foram registrados, as estatísticas sempre demonstraram descaso quanto ao trabalho feminino. Hoje nos remete a importância do seu reconhecimento cultural, social, econômico e ecológico.

A presença feminina nos mangabais é uma demonstração do quanto a mulher é fundamental nos programas de desenvolvimento, pois as mesmas tem desempenhado um importante papel quanto ao manejo seguro dos recursos naturais. Graças as suas estratégias de conservação, que implicaram na reformulação de práticas de uso e de acesso aos recursos, os campos remanescentes de mangabeiras não foram dizimados. Nos povoados em que está sendo desenvolvida essa pesquisa, independente da idade da catadora, o cuidado com as plantas é visível em todas as atividades: evita-se a quebra de galhos e o extrativismo predatório, como também, favorecem a dispersão dos frutos

através dos animais⁴⁰ e a produção de mudas, garantindo assim, a reprodução desse patrimônio para as gerações futuras. Porém, essas ações têm sido ameaçadas pela especulação imobiliária, o que intensifica o processo de urbanização, viabilizados, recentemente, pela construção de uma ponte que liga a Barra dos Coqueiros à capital Aracaju.

No geral, as mulheres se diferenciam dos homens quanto ao seu papel na conservação dos remanescentes. As mesmas supervalorizam as suas atribuições em decorrência dos homens não apresentarem, segundo elas, agilidade e destreza nas atividades de colheita e pós-colheita, pois a fruta quando madura é muito delicada e perecível. O rompimento de padrões tradicionais, que definiam a comercialização, parece demonstrar uma nova inversão de papéis, no qual apresentam uma condição de que as mulheres não estão dispostas a abrir mão dessa nova conquista.

Nesse contexto conclui-se que:

1. O extrativismo e a comercialização da mangaba são atribuições das mulheres que, cada vez mais, ganha importância entre as atividades desenvolvidas pelas famílias das comunidades tradicionais do município de Barra dos Coqueiros.
2. A atuação das mulheres no extrativismo representa um rompimento nos padrões culturais tradicionais em que a mesma se restringia a esfera privada, sendo que atualmente as mulheres predominam no domínio público, através da comercialização, o que significa uma reconfiguração das relações de gênero, e os homens comecem a participar desse processo como ajudantes das suas esposas.
3. A sua participação na manutenção dos campos nativos de mangaba contribui para a conformação de uma paisagem cada vez mais diversificada com o cultivo de plantas como coqueiro, mangueira, cajueiro e goiabeira, embora já tenha áreas devastadas e outras ameaçadas para a implantação de projetos de infraestruturas turísticas.
4. Contrariando a previsão da "tragédia dos bens comuns" de Hardin em que o destino de recursos escassos de uso comum parecia à degradação, os campos remanescentes de mangabeiras não foram dizimados graças ao desenvolvimento

⁴⁰ Quando ao colher elas deixam alguns frutos maduros sobre o chão expostos a ação dos animais.

de estratégias de conservação que implicaram na reformulação de práticas de uso e de acesso aos recursos.

5. Apesar da forte atuação das mulheres, a ameaça aos campos nativos é uma constante, oriunda da forte expansão urbana e da especulação imobiliária.
6. Embora a renda proveniente do extrativismo da mangaba seja considerada uma renda complementar, nota-se que essa atividade é relativamente significativa às demais o que constitui 63% da renda familiar sendo a base financeira na aquisição de produtos para o consumo diário da família.
7. A conservação dos remanescentes é consequência direta do trabalho das catadoras que, ao longo dos anos, têm contribuído para a reprodução das plantas através de mudas artesanais, mas quanto à comercialização encontram-se vulneráveis, pois ainda não desenvolveram estratégias viáveis para a melhoria dos sistemas de pós-colheita.

5.8 – Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, E. de F. **Desmanchando Novelos e Tecendo Sonhos**: A vida das rendeiras de Camalaú. 2002. 96f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 2002.

ALMEIDA, M. W.B. **As reservas extrativistas e as populações tradicionais**. Entrevista do mês. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/entrevistas/almeida.htm>> Acesso em 14 set. 2004.

CASTRO, M. G.; LAVINAS, L. Do Feminismo ao Gênero: A Construção de um Objeto. In: COSTA, A. O. & BRUSCHINI, C. (orgs.). **Uma Questão de Gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p.216-251.

CAVALCANTI, J. S. B.; RAMOS, J. V. R.; SILVA, A. C. B. da. O Trabalho Feminino na Agricultura de Exportação. As Trabalhadoras na Viticultura. In: ABRAMO, L. & ABREU, A. R. de P. (orgs.). **Gênero e trabalho na sociologia latino-americana**. São Paulo: ALAST, 1998. p.101-114.

CUNHA, M. C. da. Populações tradicionais e a Convenção da diversidade biológica. **Estudos avançados**, São Paulo, v.13, n.36, p. 147-163, mai./ago. 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>> Acesso em 16 dez. 2006.

DI CIOMMO, R. C. Relações de gênero, meio ambiente e a teoria da complexidade. **Revistas Estudos Feministas**, Florianópolis, v.11, n.2, p.423-443, jul./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>> Acesso em 20 nov. 2005.

DIEGUES, A. C. S. Aspectos sociais e culturais do uso dos recursos florestais da Mata atlântica. In: SIMÕES, L. L.; LINO, C. F. (orgs.). **Sustentável Mata Atlântica**. São Paulo: Senac, 2002. p. 135-158.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1998. 169p

D'INCAO, M. A.; COTTA JÚNIOR, H. Transformações e Permanências no Espaço Feminino na Agricultura Familiar. In: D'INCAO, M. A., ALVARES, M. L. M.; SANTOS, E. F. **A Mulher e Modernidade na Amazônia**. Belém: GEPEM/CFCH/UFGA, 2001. p. 429-465.

FIGUEIREDO, L. D. **Empate nos Babaçuais**: Do espaço doméstico ao espaço público – lutas de quebradeiras de coco babaçu no Maranhão. 2005. Dissertação (Mestrado em agriculturas familiares e desenvolvimento sustentável) – UFPA, Belém, 2005.

HARDIN, G. **The tragedy of the commons**. Science 162:1244-8, 1968.

- HOMMA, A. K. O. **Extrativismo vegetal na Amazônia**: limites e oportunidades. Brasília: Embrapa-SPI, 1993. 202p.
- HOMMA, A.K.O. **A dinâmica do extrativismo vegetal na Amazônia**: uma interpretação teórica. Belém: Embrapa-CPATU, 1990. 38p. (Documentos 53).
- JUNQUEIRA, N. T. V.; CHARCHAR, M. J. D.; PEREIRA, E. B. C. & PEREIRA, A. V. Principais doenças da mangabeira. In: Simpósio Brasileiro sobre a Cultura da Mangaba, 2003, Aracaju. **Anais ...** Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2003. (CD-ROM)
- LUZ, C.; SOUZA, D. F. de; CARDOSO, E. M.; TELLES, L.; RIBEIRO, S. Um olhar de gênero sobre as relações sociais no campo. **Informe agropecuário**, Belo Horizonte, v.24, n.220, p.103-111, 2003.
- MOTA, D. M. da.; SANTOS, J. V. dos. Populações tradicionais e conservação dos remanescentes de mangabeira na Barra dos Coqueiros/Sergipe. In: III Congresso Brasileiro de Agroecologia, 3., 2005. Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2005.
- MOTA, D. M. da.; SILVA JÚNIOR, J. F. da. Populações Tradicionais e Formas Coletivas de Gestão das áreas de ocorrência natural de mangabeira. **Raízes: Revista de Ciências sociais e econômicas**, Campina Grande, v.22, n.2, p.225-233, jul./dez. 2003.
- SAFFIOTI, H. I. B. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, A. de O.; BRUSCHINI, C. **Uma Questão de Gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p.183-215.
- SANTOS, J. V. dos & MOTA, D. M. da. Uso e conservação dos remanescentes de mangabeira por populações tradicionais. In: XLIV Congresso Brasileiro da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 46., 2006. Fortaleza. **Anais ...** Fortaleza: UNIFOR, 2006. (CD-ROM)
- SILIPRANDI, E. Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.1, n.1, p. 61-71, jan./ mar. 2000.
- SILVA JÚNIOR, J. F da. Recursos genéticos da mangabeira nos tabuleiros costeiros e baixada litorânea do nordeste do Brasil. In: *ANAIS do Simpósio Brasileiro sobre a Cultura da Mangaba, 2003*. Aracaju. **Anais...** Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2003. (CD-ROM)
- SIMONIAN, L. T. L. **Mulheres da Amazônia brasileira**: entre o trabalho e a cultura. Belém: UFPA / NAEA, 2001. 270p.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história do extrativismo da mangaba no município de Barra dos Coqueiros, reúne elementos que associam o uso dos recursos naturais aos modos de vida, com destaque para a atuação das mulheres que construíram referências de manejo que garantiram a reprodução dos remanescentes através de saberes e práticas socializadas através de redes de transmissões de um modo de vida muito peculiar.

A caracterização dos atores da pesquisa e o mapa do extrativismo no município construídos a partir da descrição feita pelas catadoras, foi fundamental por que destacou as várias fases pelas quais passou o extrativismo da mangaba. Se num primeiro momento a fruta era totalmente destinada ao consumo, na atualidade se destina aos mercados locais e a consumidores exigentes, além de ser matéria-prima para sucos, sorvetes e polpas.

As formas de acesso aos remanescentes foram determinantes nas estratégias de conservação e se dão de três formas: em terras próprias, pelo sistema de “meia” e uso de áreas comuns. E apesar dos conflitos entre os donos de áreas e os que catam em áreas de livre acesso, a cata da mangaba quando feita em áreas comunais revela-se em grandes momentos de interação social por que é realizada em grupos. Mas, se comparado às áreas particulares, a intensificação das colheitas nas áreas de acesso comum tem caracterizado o extrativismo como predatório, por contribuir para a exaustão das plantas.

Na atual configuração das atividades econômicas das famílias, a renda proveniente da venda da mangaba é uma importante fonte de renda no conjunto de atividades e apesar de sazonal alcança 63% do total.

Nas atividades extrativistas, a presença das mulheres é predominante quer seja no manejo dos campos remanescentes, quer seja nas atividades de pós-colheita e de comercialização. Tudo isso, significa a ruptura dos padrões tradicionais de reprodução social do grupo em que no passado havia uma divisão social do trabalho na qual competia às mulheres à coordenação das atividades na esfera privada, doméstica e aos homens o domínio das atividades públicas. Mais recentemente, diante da valorização

econômica da fruta, os homens começam a participar no extrativismo no momento de cata e venda das frutas como ajudantes das suas esposas.

Assim, de forma mais ampla, a atuação predominante das mulheres e minoritária dos homens no extrativismo da mangaba têm provocado uma reconfiguração das relações de gênero no grupo pesquisado. Com base nessas relações de gênero foi possível perceber a ação distinta de homens e mulheres frente ao uso dos recursos extrativistas.

Ano após ano, as catadoras acumularam saberes relativos ao desenvolvimento e fenologia das plantas e a prática extrativista, resultantes de modos de vida associados ao uso e manejo dos recursos. Tudo isso, foi extremamente importante no manejo da espécie, por que favoreceu o aumento do número de plantas. As formas particulares de reprodução desses conhecimentos, via oralidade, através das gerações foram fundamentais para a conservação das áreas e colheita. Os saberes locais e as práticas utilizadas no manejo tradicional, são ferramentas que tem viabilizado a manutenção dos campos nativos numa condição que tem possibilitado a conservação da biodiversidade.

No geral, deve-se destacar que as catadoras de mangaba são as responsáveis pela conservação dos remanescentes de mangabeira, visto que as mesmas visualizam essas áreas como um patrimônio que precisa ser preservado para as gerações futuras. A sua atuação ao longo dos anos tem contribuído para a conformação de uma paisagem cada vez mais diversificada com o cultivo de plantas como coqueiro, mangueira, cajueiro e goiabeira. Mas, apesar de sua forte atuação, a ameaça aos campos nativos é uma constante, oriunda da forte expansão urbana e da especulação imobiliária. A conservação dos remanescentes existentes é consequência direta do seu trabalho que, ao longo dos anos, têm contribuído para a reprodução das plantas através de mudas artesanais. No entanto, as pressões exógenas associada à falta de organização desses grupos e a inexistência de políticas públicas específicas para o grupo extrativista os tornam mais vulneráveis ao risco de perda de acesso aos remanescentes num momento em que a discussão sobre o uso desordenado dos recursos e o aquecimento global permeia os diferentes espaços da sociedade.

As novas ações para um desenvolvimento sustentável, surgem com o paradigma das populações tradicionais e das mulheres. Grupos que até então se encontravam (e se

encontram) em situação de vulnerabilidade social mas que tem contribuído significativamente para a conservação da biodiversidade exigem soluções calcadas nas suas demandas. O reconhecimento e a incorporação desses grupos em programas de desenvolvimento é de suma importância para a conservação dos seus modos de vida e do ambiente. Nesse sentido, análises como a efetuada nessa dissertação, são necessárias porque demonstram a urgência de se intervir por uma sociedade mais justa e igualitária.

APÊNDICE A

QUESTIONÁRIO Projeto CapacitaS

Entrevistador _____ Data _____ Nº do Questionário _____
Entrevistado _____ Apelido _____
Localidade _____ Município _____

A- DADOS GERAIS DO ENTREVISTADO

- 1- Idade _____
2- Sexo: 1- () Masc 2- () Fem
Situação conjugal
1- () casado/união consensual
2- () solteiro
3- () viúvo
4- () separado
5- () Outro
3- Chefe de família: 1- () Sim 2- () Não
4- Número de filhos:
1- () nenhum
2- () 1 a 2
3- () 2 a 4
4- () 4 a 6
5- () Mais de 6
5- Escolaridade
1- () Analfabeto
2- () Assina o nome
3- () 1º grau
4- () 2º grau
5- () 3º grau
6 - () Outro
6- Atividades que desenvolve

Atividade	Valor Ganho/Ano
1- () Extrativismo da mangaba	
2- () Extrativismo mangue	
3- () Agricultura	
4- () Caseiro	
5- () Assalariamento temporário	
6- () Comércio	
7- () Artesanato	
8- () Outras atividades _____	

7- Rendas Familiares através de políticas sociais

Fonte	Valor (R\$)
1- () Aposentadoria	
2- () Bolsa escola	
3- () Vale gás	
4- () Defeso (pescadores)	
5- () Bolsa alimentação	
6- () Outras _____	

B- CARACTERIZAÇÃO DO ECOSISTEMA E DO SISTEMA DE RECURSOS

OBS: Onde tiver mangabeira, o entrevistador deve falar pé de mangaba!

8- Quais os povoados que tem pés de mangaba que você conhece?

(Enriquecer de detalhes a localização e tentar tirar o máximo de informações sobre os locais)

Local	N. de plantas (pés de mangaba) Pouco: até 50 plantas Razoável: de 50 a 200 Muito: mais de 200	Só/Consoiciada (com outros pés de plantas)?	Descrição da paisagem: a) áreas abertas; s)ombreadas; m) mistas

10 -Quais os tipos de terreno em que as mangabeiras ocorrem?

- 1- () Plano
- 2- () Ladeira
- 3- () Em cima de morros
- 4- () Em dunas
- 5- () Na baixada*
- 6- () Outros _____

*Nesse item é importante dizer se é perto da praia, perto do manguezal, perto do rio.

11- Quais os tipos de terra em que as mangabeiras ocorrem?

- 1- () Arenoso
- 2- () Barro
- 3- () Cascalho/pedregulho/terra com muita pedra
- 4- () Areia
- 5- () Dunas
- 6- () Outros _____

12 - Como é a vegetação em torno das áreas que têm mangabeiras? (Como são as plantas perto dos pés de mangaba?)

- 1- () Nativa
- 2- () Cultivada (Que foi plantada)
- 3- () Regeneração
- 4- () Outra _____

13- Quais as plantas que normalmente ocorrem próximas às mangabeiras?

Nome da Planta	Uso pela população local (Utilidade)

14 - Quanto tempo uma mangabeira leva para:

- 1. Germinar (Quanto tempo leva pra um pé nascer depois que se planta o caroço?) _____
- 2- Crescer _____
- 3 -Florar _____
- 4- Frutificar _____
- 5- Morrer _____

15 - Quais os cuidados com as mangabeiras?

- 1- () Nenhum
- 2- () Fazem mudas
- 3- () Plantam mudas?. Áreas privadas ou de livre acesso? _____
- 4- () Têm cuidados com a planta? Quais? _____
- 5- () Outra _____

16- Como se faz pra plantar a mangaba?

- 1-() através de sementes (caroço)
- 2-() através das mudas que brotam naturalmente (através dos pezinhos que nascem perto dos pés grandes)
- 3-() Outros _____

17 - Qual a distância média entre as mangabeiras? _____

18 - Quantas safras/quando tem por ano?

Safra	Quando?	Nome da safra

19- Uma planta produz mais que outra?

- 1- () Sim
- 2- () Não

3- () Depende. De que? _____

20 - Uma planta dá frutos diferentes da outra?

1- () Sim

2- () Não

3- () Depende. De que? _____

21- Quais as diferenças observadas nas mangabeiras e nos frutos?

Mangabeiras	Frutos

22- Que animais comem o fruto da mangabeira? _____

C- HISTÓRICO DO EXTRATIVISMO E USO DAS MANGABEIRAS

23- Tem mais ou menos mangabeiras do que antigamente?

1- () Mais

2- () Menos

3- () Mesma quantidade

4- () Por que? _____

24- As mangabeiras continuam nos mesmos locais?

1- () Sim

2- () Não

3- () Por que? _____

25- Como se usava a mangaba antigamente?

1- () Consumo

2- () Venda

3- () Não se usava

4- () Retirada do leite

5- () Outros usos _____

26- Como era o acesso às plantas antigamente?

1- () Acesso livre em áreas sem dono

2- () Livre em áreas privadas (nas terras que tem dono) sem necessidade de permissão

3- () Em áreas privadas (nas terras que tem dono) com necessidade de permissão

4- () Cada um tinha as suas

5- () Outro _____

27- Quem catava mangaba antigamente?

1- () Mulheres

2- () Crianças

3- () Mulheres e crianças

4- () Homens, mulheres e crianças

5- () Outros _____

28- Como era a paisagem (como era essa região aqui) onde tinha mangabeiras quando você era criança (vegetação, uso da terra, animais etc)?

29- Essa paisagem mudou?

30- Como é a paisagem hoje?

31- O que causou as mudanças?

32- Você tira leite dos pés de mangaba?

1- () Sim 2 - () Não

33- Quem tira?

1- () Mulheres

2- () Crianças

3- () Homens

4- () Todos

34- Pra que serve?

35- Onde vende?

1- () No povoado

2- () Na cidade

3- () A quem encomenda

4- () A intermediários

36- Quanto tira por pé?

1- () Um copo tipo americano (de cerveja)

2- () um quarto de litro

3- () meio litro

4- () um litro

5- () Outra medida _____

37- Descreva como tira (tipo de corte e recipientes)

38- O que acontece com os pés onde se tiram o leite?

C- DISPONIBILIDADE, ACESSO, CONSERVAÇÃO E USO DOS RECURSOS HOJE

39- Através de que relações as catadoras têm acesso aos remanescentes

1- () Acesso livre em áreas sem dono

2- () Acesso livre (não tem dono, é do Estado, o dono não se incomoda, área abandonada)

3- () Áreas com donos e com necessidade de permissão

4- () Áreas arrendadas

5- () Áreas próprias cercadas em pequenos sítios

6- () Acesso só para assentados

7- () Outros _____

40- Qual a melhor forma de acesso (das citadas anteriormente)?

41- Quem apanha/cata mangaba?

1- () Mulheres

2- () Crianças

3- () Mulheres e crianças

- 4- () Homens, mulheres e crianças
 5- () Outros _____
 42- A catação da mangaba é feita em grupo ou individualmente?

- 43- Como ensinam aos mais jovens?
 1- () Mostrando como se faz
 2- () Falando
 3- () Falando e mostrando
 4- () Outros _____

- 44 - Após uma colheita em grupo familiar, como é dividido o lucro?
 1- () Os mais velhos cuidam disso
 2- () Cada um fica com a sua parte
 3- () Só os mais velhos ficam com o dinheiro
 4- () Cada coleta é destinada para um membro
 5- () Outros _____

- 45- Onde cata mangaba?
 1- () Sempre no mesmo lugar
 2- () Em áreas lugares diferentes
 3- () Outros _____

- 46- Quantas mangabeiras visita por dia no tempo da safra?
 1- () até 5 plantas
 2- () até 10 plantas
 3- () mais de 10 plantas
 4- () mais de 20
 5- () Não tem um cálculo.

- 47- Quem cata nas áreas de livre acesso?
 1- () Só os residentes locais
 2- () Residentes locais e de povoados vizinhos
 3- () Pessoas de qualquer lugar que chegam
 4- () Outros _____

- 48- Você conhece todas as catadoras?
 1- () Sim
 2- () Não
 3- () Por que? _____

- 49- Quanto vocês andam pra apanhar mangaba em distância?
 1- () Até 2km
 2- () De 2 a 5km
 3- () De 5 a 10km
 4- () Mais de 10km

50- O que é permitido fazer na catação de mangaba?

Atividade	Resposta	Tem alguém que faz?
1- Catar os frutos do chão		
2- Catar os frutos com gancho		
3- Subir nas árvores		
4- Retirar frutos verdes		
5- Retirar leite		
6- Cortar árvores		
7- Entrar em áreas cercadas		
8- Quebrar galhos		
9- Outros		

51- Existem brigas entre catadoras?

1- () Não.

2- () Sim. Quais? _____

3- Por que? _____

52- Existem brigas entre catadoras e os donos das áreas?

1- () Não.

2- () Sim. Quais? _____

3- Por que? _____

53- Como vocês fazem pra medir o que foi colhido? Tem alguma medida?)

Unidades de medida utilizadas	Equivalente em Kg	equivalentes em litros

54- Qual a estimativa de colheita?

Estimativa de colheita	Quantidade/l	Valor/l
Inverno		
Verão		
Total		

E- PÓS-COLHEITA

55 - O que se faz depois que colhe? Como fazem?

1- () limpa dos frutos _____

2- () lava os frutos _____

3- () classificação dos frutos (separa os frutos em alguma classificação tipo grande e pequeno, verde e maduro, etc.)

3- () armazenamento/embalagem dos frutos (encapotamento)

4- () outros _____

56- O que fazem mulheres, homens e crianças no extrativismo da mangaba?

Etapa	crianças	mulheres	homens
1- Produção de mudas			
2- Colheita			
3- Limpeza			
4- Classificação			
5- Armazenamento			
6- Comercialização			

F- COMERCIALIZAÇÃO

57- A quem vende a mangaba?

1- () Consumidores (turistas, nas casas, na beira da estrada, etc.)

2- () Comerciantes no local onde vive

3- () Comerciantes externos

4- () Proprietário de fábrica de polpas

5- () Vizinha que negocia na cidade com donos de restaurantes

6- () Direto na feira

7- () outros _____

58- Como e quando é o pagamento?

1- () Em dinheiro na hora que entrega

2- () Em dinheiro depois que a mangaba é vendida

3- () A cada visita do comprador recebe o dinheiro da entrega anterior

4- () Outros _____

59- Quantas vezes vende mangaba por semana?

N. de vezes	Na safra	Em outras épocas	Quantas semana? /ano
1- () Uma vez			
2- () Duas vezes			
3- () três vezes			
4- () Outros.			

60- Quanto vende para cada comprador de cada vez? (excludentes) Adequar, se for o caso, às medidas da região!!!

1- () baldes de 5l . Quantos? _____

2- () caixas de 20kg. Quantas? _____

3- () kg. Quantos? _____

4- () Litros. Quantos? _____

61- Onde vivem os compradores? (mais de uma resposta)

1- () No próprio povoado

2- () Em povoado vizinho

3- () Sede de municípios vizinhos

4- () Na capital do Estado

5- ()

Outros _____

62- Além de vender mangaba, o que mais os comerciantes fazem?

1- () Vendem produtos agrícolas em geral

2- () Vendem produtos agrícolas e do manguê

3- () Vendem apenas mangaba

4- () Outros _____

63- Para onde vai a mangaba comprada pelos comerciantes? (mais de uma resposta)

1- () Feiras e supermercados

2- () Processadoras de polpas

3- () Consumidores

4- () Outros _____

64- Os compradores fazem pós-colheita (alguma lavagem ou outro tratamento depois que recebe a fruta)?

Etapa	Sim	Não
1- Limpeza		
2- Classificação		
3- Armazenamento		

65- O comprador diferencia uma mangaba que passou por pós-colheita (que foi tratada depois de colhida) de uma que não passou?

1- () Sim

2- () Não

3- Como? _____

G- REGRAS DE SOCIALIZAÇÃO

66- Como aprenderam o que sabem sobre o extrativismo (a catação) da mangaba?

1- () Indo catar com pessoas da família que sabiam

2- () Indo catar com pessoas da comunidade

3- () Aprendeu sozinho

4- () Outra _____

67- Normalmente, quem cata mangaba junto?

1- () Família

- 2- () Vizinhos
 3- () Amigos
 4- () Outros? _____
- 68- Durante a cata da mangaba o que as pessoas fazem?
 1- () Conversam entre si
 2- () Cantam
 3- () Ficam calados
 4- () Outros _____
- 69- A partir de que idade as crianças catam junto? _____
- 70- Por que as crianças vão junto?
 1- () Para ajudar
 2- () Para aprender
 3- () Para não ficar em casa sozinha
 4- () Outros _____
- 71- Quem mais domina os saberes relacionados ao extrativismo da mangaba? (Quem mais sabe tudo sobre a mangaba?)
 1- () As mulheres velhas
 2- () As mulheres jovens
 3- () Os homens velhos
 4- () Os homens jovens
 5- () Os jovens
 6- () Outros _____
- Tem alguém aqui no povoado que sabe mais do que todo mundo?
- H- CONSUMIDORES**
- 72- Quem são os consumidores da mangaba?
 1- () Todo mundo
 2- () Pessoas da cidade
 3- () Pessoas do campo
 4- () Outros _____
- 73- Quais os grupos que mais consomem mangaba?
 1- () Ricos
 2- () Classe média
 3- () Pobres
 4- () Outros _____
- 74- Como preferem consumir a fruta?
 1- () A própria fruta
 2- () Sucos
 3- () Sorvetes
 4- () Mousses
 5- () Drinques
 6- () Doce
 7- () Outros _____
- 75- Onde os consumidores preferem comprar mangaba?
 1- () Nas feiras e ruas
 2- () Supermercado
 3- () Outros _____
- 76- Existe um tipo de mangaba que é preferida pelos consumidores?
 1- () Não
 2- () Sim.
 3- Qual? _____

77- Os consumidores diferenciam a mangaba de vez da de caída?

1- () Não

2- () Sim.

3- Como? _____

78- Os comerciantes diferenciam as frutas?

1- () Não

2- () Sim.

3- Como? _____

79- A qualidade da fruta influencia na venda?

1- () Não

2- () Sim.

3- Como? _____

80- O consumo aumentou nos últimos anos?

1- () Não

2- () Sim.

3- Qual e o motivo? _____

APÊNDICE B

calendário da Mangaba

Categorias



ativas



Nativas

calendário da
Mangaba

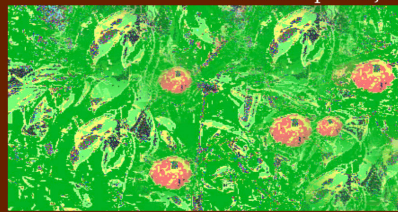
Junho

Bastante frutos em meio a poucas flores



Julho

Diminui a produção



Agosto

Queda da folhagem



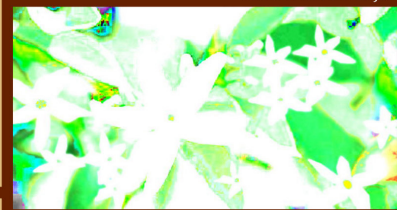
Setembro

Renovação das folhas



Outubro

Início da floração



Novembro

Bastante flores e frutos jovens



Dezembro

Flores e aparecimento dos primeiros frutos



Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)